

UNIVERSIDADE ESTATUAL PAULISTA – UNESP
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS (FFC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FERNANDA RUSSO CIRILLO

**TERRITÓRIOS DE RISCOS E DE DISPUTAS. DISCUSSÃO EM
TORNO DA ABJEÇÃO DOS USUÁRIOS DE CRACK NUMA CIDADE
DO INTERIOR PAULISTA.**

MARÍLIA - SP
2020

FERNANDA RUSSO CIRILLO

**TERRITÓRIOS DE RISCOS E DE DISPUTAS. DISCUSSÃO EM
TORNO DA ABJEÇÃO DOS USUÁRIOS DE CRACK NUMA CIDADE
DO INTERIOR PAULISTA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, UNESP, campus de Marília, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Pensamento Social, Educação e Políticas Públicas.

Orientador: Luís Antônio Francisco de Souza

**MARÍLIA - SP
2020**

C578t Cirillo, Fernanda Russo
Territórios de riscos e de disputas. : Discussão em torno da abjeção dos usuários de crack numa cidade do interior paulista. / Fernanda Russo Cirillo. -- Marília, 2020
113 p. : il., fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Luís Antônio Francisco de Souza

1. Políticas Públicas. 2. Usuários de drogas. 3. Corpo. 4. Subjetividade. 5. Cidadania. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

FERNANDA RUSSO CIRILLO

**TERRITÓRIOS DE RISCOS E DE DISPUTAS. DISCUSSÃO EM
TORNO DA ABJEÇÃO DOS USUÁRIOS DE CRACK NUMA CIDADE
DO INTERIOR PAULISTA.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, UNESP, campus de Marília, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de Concentração: Pensamento Social, Educação e Políticas Públicas. Orientador: Luís Antônio Francisco de Souza

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Luís Antônio Francisco de Souza (Doutor, Unesp, campus de Marília)

2º Examinador: Pedro Ângelo Pagni (Doutor, Unesp, campus de Marília)

3º Examinador: Rodolfo Arruda Leite de Barros (UFGD)

Marília, 11 de Novembro de 2020.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo contribuir para o debate em torno dos territórios, das experiências e da significação do uso de crack no contexto de uma cidade do interior do estado de São Paulo. A pesquisa visa pensar o lugar dessas vidas dos usuários a partir da sua situação de abjeção e infâmia. Os usuários são vistos em geral como estando abaixo da linha que demarca os sujeitos de direitos e interessa à pesquisa compreender como eles produzem sua subjetividade em relação ao seu corpo e em relação a outros usuários. O interesse teórico da pesquisa é refletir sobre a situação de abjeção, de infâmia e de estigma que marca a vida e a corporeidade dos usuários de crack. A proposta foi realizar uma etnografia dos territórios e estabelecer conversas informais com os usuários de crack. A pesquisa etnográfica demonstrou que o centro da cidade tornou-se um espaço de disputa em torno do uso e dos usuários. As observações e as incursões ocorreram nos territórios durante os anos de 2018, 2019 e no início de 2020. Esta experiência de observação, o debate teórico e a revisão da bibliografia ajudaram a compreender a situação social e a questão do corpo dos usuários. Os conceitos de biopolítica, subjetivação, corporeidade e abjeção foram utilizados como referências teóricas para as discussões aqui realizadas.

Palavras-chaves: políticas públicas; usuário de crack; corporeidade; subjetividade; abjeção.

TERRITORIES OF RISKS AND DISPUTES: DISCUSSION ON THE ABJECTION OF CRACK USERS IN A CITY IN THE INTERIOR OF SÃO PAULO

ABSTRACT

This dissertation aims to contribute to the debate around territories, experiences and the significance of crack use in the context of a city in the interior of the state of São Paulo. The research aims to think about the place of these infamous lives, captured and classified. Users are generally seen as being below the line that demarcates the subject of rights and the research is interested in understanding how they produce their subjectivity in relation to their body and in relation to other users. The theoretical interest of the research is to reflect on the situation of abjection, infamy and stigma that marks the life and corporeality of crack users. The initial proposal was to conduct an ethnography of the territories and establish informal conversations with crack users. Ethnographic research has shown that the city center has become a space of dispute. Observations and incursions took place in the territories during the years 2018, 2019 and early 2020. This observation experience, the theoretical debate and the review of the bibliography help to discuss the social situation and the issue of the users' bodies. The concepts biopolitics, subjectivation, corporality and abjection are of great importance in the discussions held here.

Key-words: public policies; crack users; corporality; subjectivity; abjection

**"Você se encontra sentado e fuma; você acredita estar sentado sobre a pipa e é
você que a pipa fuma; é você que exala sob a forma de nuvens azuladas."**

Baudelaire

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, é de muito valor ter a possibilidade em vivenciar dessa etapa da trajetória acadêmica. Quero agradecer Professor Luís Antônio Francisco de Souza, meu orientador, por ter me acompanhado e persistido comigo em um tema tão pouco considerado.

Agradeço à banca composta pela professora Joana D’Arc Teixeira, Professor Pedro Ângelo Pagni e Professor Rodolfo Arruda. Foi importante o aceite do convite para contribuir e compartilhar desse momento tão importante.

Agradeço também aos demais professores que fizeram parte dessa formação desde o início da graduação até o momento.

Agradeço ao CNPq, pela Bolsa de Estudos concedida durante o curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, e à UNESP/Marília.

O momento dos agradecimentos faz recordar a trajetória e perceber como foi inquietante e desafiador, e o quanto possibilitou perceber que toda vez que pensamos o outro, acabamos por nos pensar.

Sou grata.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Operação “Sufoco”	10
2. Operação “Sufoco”	10
3. Usuários de crack.....	105



“Operação Sufoco”. Cracolândia, SP. Foto de Edson Teles. 02/2012.



“Operação Sufoco”. Cracolândia, SP. Foto de Nelson Antoine/AE 02/2012.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Alcoólicos Anônimos (AA)

Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)

Centro de Atenção Psicossocial, Álcool e Drogas (CAPS-ad)

Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD)

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua (Centro POP)

Comunidade Terapêutica (CT)

Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP)

Departamento Nacional de Políticas Penitenciárias (DEPEN)

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Unesp (HCFM)

Manual de Classificação Internacional de Doenças (CID10)

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM5)

Narcóticos Anônimos (NA)

Pessoa Portadora de Transtorno Mental (PPTM)

Política Nacional Sobre Drogas (PNAD),

Produto Interno Bruto (PIB)

Rede de Assistência Psicossocial (RAPS)

Redução de Danos (RD)

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD)

Serviço de Atenção e Referência em Álcool e Drogas (SARAD)

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)

Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD)

Sistema Único de Saúde (SUS)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. POLÍTICAS PÚBLICAS E DROGAS.....	22
2.1. Etnografia dos territórios do crack: inserção, observações e incertezas.....	23
2.2. Contexto das políticas proibicionistas e o modelo da guerra às drogas.....	34
2. 3. Refletindo sobre as implicações das políticas de drogas no Brasil.....	39
2.4. Biopolítica, saúde, corpos e territórios do crack.....	45
3. CRACK, CORPOS ABJETOS E CORPOREIDADE.....	52
3.1. Da moralidade à abjeção: capturas dos corpos dos usuários.....	53
3.2. Errâncias e resistências, pensar o corpo e a corporeidade.....	70
3.3. Inflexões sobre as vidas abjetas: a relação entre drogas, raça e gênero.....	78
4. VER O CORPO, COMPREENDER O SUJEITO.....	86
4.1. Crack e subjetividade, para além da abjeção.....	87
4.2. Juntando as partes. Usuários de crack e os desafios da pesquisa.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
REFERÊNCIAS DAS FOTOS.....	113

1. INTRODUÇÃO

Esse lugar é um pesadelo periférico
Fica no pico numérico de população
De dia a pivetada a caminho da escola
A noite vão dormir enquanto os manos "decola"
Na farinha... hã! Na pedra... hã!
Usando droga de monte, que merda, hã!
Eu sinto pena da família desses cara
Eu sinto pena, ele quer mais, ele não pára
Um exemplo muito ruim pros moleque
Pra começar é rapidinho e não tem breque
(...)
É uma pena, um mês inteiro de trabalho
Jogado tudo dentro de um cachimbo, caralho!
(...)
É foda, essa noite chove muito porque Deus chora
(...)
Muita pobreza, estoura a violência...
Nossa raça está morrendo mais cedo...
(...)
É complicado, o vício tem dois lados
Depende disso ou daquilo ou não tá tudo errado
Eu não vou ficar do lado de ninguém por quê?
Quem vende droga pra quem? Hã
Vem pra cá de avião, pelo porto ou cais
Não conheço pobre dono de aeroporto e mais
Fico triste por saber e ver
Que quem morre no dia a dia é igual a eu e a você
(...)
Periferia é periferia...
Deixe o crack de lado, escute meu recado... cado... cado...
Periferia é periferia – Racionais MC's

A música dos Racionais faz uma importante denúncia dos efeitos sociais e políticos do comércio e uso de drogas. Mas, a música, em sua denúncia, tematiza a droga e o crack a partir de um ponto de vista moral, ressaltando os efeitos perversos da droga em termos de “vício”, que prejudicam os moradores das periferias, sobretudo os jovens: periferia, violência, exploração econômica, “lugares” do pesadelo periférico em que a droga tem um papel importante. A presente pesquisa, indo na contramão da tendência dominante de ler o crack a

partir de uma perspectiva moral, pretende compreender os movimentos, as vivências e as vicissitudes dos usuários de crack, em seus fluidos e disputados territórios de consumo, numa cidade média do interior do Estado de São Paulo. Para tanto, a pesquisa se baseia nas seguintes perguntas orientadoras: Como falar sobre a questão? Por onde começar? Pelas classificações que determinam tais pessoas? Essas são as primeiras e mais urgentes perguntas feitas por aqueles cuja tarefa é a de avançar, sair da armadilha de querer classificar ou dizer quais os motivos que levam alguém a um estado ou outro. E a partir daí perguntar: como se organiza o território do uso de crack? É possível compreender as suas trajetórias sociais? Como expressam suas experiências em relação à droga e em relação aos seus corpos? Estas perguntas orientadoras não necessariamente foram respondidas pelo trabalho de campo; completou-se a pesquisa empírica propriamente dita com uma leitura atenta das principais obras das Ciências Sociais que se debruçaram sobre a vida, o corpo e as trajetórias dos usuários de crack, particularmente as pesquisas que procuraram analisar o problema a partir da perspectiva dos sujeitos.

A presente dissertação incorpora o debate sobre a categorização do usuário de drogas. Para falar dele, usam-se categorias nativas (viciado, drogado, noia, craqueiro), ou categorias das políticas públicas (dependente, consumidor, usuário). Estes termos não levam em conta as identidades individuais e coletivas dos usuários, como se eles não pudessem ser caracterizados senão pela via da sua abjeção ou pela via do atendimento assistencial. Em razão destas questões, o termo **usuário** foi adotado na presente dissertação, embora este tema não seja necessariamente neutro. Mas, ao mesmo, usuário remete à terminologia adotada pela Rede de Assistência Psicossocial (RAPS) e neste sentido se esforça em compreender o usuário como sujeito de direitos. A prática, como sabemos, é sempre mais complexa. Os diferentes termos serão aqui empregados dentro de seus contextos discursivos, de forma crítica. Não devemos esquecer que todas as vezes que nos referirmos aos usuários, estamos pensando em termos de grupos de pessoas, com características específicas de condição social, gênero, idade e raça; são sujeitos que estabelecem interações simbólicas tanto com as demais pessoas que circulam nos espaços de consumo como com as denominadas drogas ilícitas (Rui 2012; Mayora, 2016).

Na presente dissertação, a questão das drogas será vista pelo ângulo do complexo papel que ela representa em nossa sociedade. Usamos a palavra “drogas” sempre entre aspas, porque ela está carregada de valorações problemáticas. E é muito difícil ir além destas valorações. Em geral, drogas referem-se às drogas consideradas ilícitas, deixando de lado

outras drogas que também provocam *efeitos problemáticos* sobre os usuários. O discurso médico, policial, jurídico e midiático contribui para a demonização das drogas ilícitas, sobretudo o crack, e a valorização de outras drogas, como álcool e as drogas da indústria farmacêutica. Esta noção de droga foi produzida historicamente, sobretudo no contexto de proibição, e tem o papel de legitimar o discurso da dependência como forma de captura e de controle social sobre os usuários (Campos, 2015b). Sabemos que o uso de drogas é disseminado em todos os grupos sociais e está presente ao longo de toda a história humana. Mas sua problematização como substância que provoca mal à saúde e à sociedade recua pelo menos ao momento em que os EUA declararam guerra às drogas, como parte de uma estratégia mais ampla de domínio imperial. No debate especializado, de fundo médico, o uso de drogas é caracterizado pelo consumo de qualquer quantidade da substância. O chamado uso prejudicial é aquele cujo nível de consumo traz algum tipo de dano, seja físico, subjetivo ou social, para o usuário. Os instrumentos de classificação empregados no campo da saúde sobre o uso prejudicial das drogas são o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM5) e o manual de Classificação Internacional de Doenças (CID), em sua décima versão, CID10. Neles encontra-se o termo uso nocivo, como aquele que causa danos físicos e mentais. Já a dependência de drogas, para ambos manuais de classificação, relaciona-se, além dos danos, às características de compulsão ao consumo, tolerância aos efeitos, uso intensificado progressivamente, estados de abstinência, uso persistente mesmo após ter consciência dos danos enfrentados. Esta não é uma discussão pacificada nem mesmo no âmbito da psiquiatria ou da psicologia; seja como for, o uso dos termos e a avaliação do debate apontam para a *patologização, anormalização e abjeção* do uso e do usuário de drogas, sobretudo das drogas consideradas mais lesivas, como cocaína, heroína e crack. Muitos, inclusive, falam de uso abusivo de drogas ou de uso problemático de drogas. A presente dissertação pretende se distanciar desta linguagem de poder e defender a ideia de que é preciso adotar uma visão mais ampla, complexa, matizada e crítica sobre as drogas e os usuários. Certamente, do ponto de vista das Ciências Sociais, a questão não deve se restringir ao modelo médico-psiquiátrico¹.

Os discursos e as práticas sobre drogas são fortemente condicionados pelas políticas proibicionistas, como pretendemos demonstrar ao longo da dissertação. Parece necessário indagar o que são as drogas em seu sentido social e histórico; quais são os efeitos das políticas proibicionistas; como os usuários são capturados por estas políticas? Certamente, os dados

¹ Para uma análise mais detida sobre este ponto e para pesquisas sobre uso, consumo e dependência, consultar: http://www2.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/quest_drogas/dependencia.htm. Acesso 24/02/2018.

oficiais da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Departamento Nacional de Políticas Penitenciárias (DEPEN) demonstram que a proibição e ilegalidade de algumas substâncias químicas permitem o enquadramento biopolítico de grupos e de pessoas bem como permitem colocar estas pessoas e grupos às margens da sociedade pela via do estigma, da abjeção ou da infâmia. As drogas ilícitas acionam um mecanismo policial-penal-médico, já que elas carregam um imaginário de riscos, perigos, ameaças, crime e violência. A relação torna-se imediata entre a droga e a destruição, a dependência e o vício (Brandão, 2016; Campos, 2015a). As drogas, sobretudo o crack, sendo classificadas como nocivas à saúde e perigosas, acionam pânico, repressão, incompreensão e estigmatização dos usuários. Os discursos favoráveis à proibição de drogas articulam-se em torno do dispositivo de dependência, na forma da criminalização do uso e do tráfico e da cura dos “viciados” (Fraga, 2007; Campos, 2015). A presente dissertação faz uso da noção de dispositivo da dependência, no sentido preciso do termo, ou seja, dispositivo é “um conjunto decididamente heterogêneo, o qual abrange discursos, instituições, planejamentos arquiteturais, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, propostas filosóficas, morais, filantrópicas, resumindo: o dito e o não dito” (Foucault, 1999, pg. 137).

Sendo assim, é importante para a presente dissertação que a noção de dependência seja discutida. Como mecanismo político de controle social, a dependência formula uma verdade que pauta os discursos e as políticas públicas em relação às drogas proibidas, ilícitas, perigosas ou, como também se costuma dizer, “pesadas”. A noção de dependência, embora presente no começo do século XX, sobre os alucinógenos, e no final do século XVIII, em relação ao álcool, e também nas primeiras décadas do século XX, com a lei seca nos Estados Unidos, ganhou força no discurso e nas políticas no contexto da guerra contra as drogas dos anos 1960/1970. A guerra às drogas promoveu décadas de genocídio e de encarceramento massivo da população negra e periférica, com a promessa de “erradicar o mal das drogas” de nossa sociedade. Desde a perseguição ao narcotráfico até o enquadramento biopolítico dos usuários em situação de rua há um enfrentamento que se faz em nome da vida, mas que produz mortes de uma parcela específica da população. Sabemos que as drogas estão em todos os espaços, mas são as mesmas pessoas marcadas por uma determinada classe social, determinada cor ou gênero que acabam sendo capturadas pela estratégia de guerra. A condição de abjeção do usuário de drogas serve como marcador que contribui para o encarceramento hospitalar ou penitenciário e para morte de muitos. A morte é provocada menos pelos efeitos colaterais da droga e mais pela violência estatal, em suas ações de

combate ao crime e aos usuários (Souza, 2016). A guerra às drogas orienta as políticas repressivas, e estas penalizam os comportamentos dos usuários. Os grupos sociais mais vulneráveis da sociedade (prostitutas, usuários, jovens negros, pessoas em situação de rua, pessoas que vivem nas franjas do mercado ilegal e informal) além de alvo de repressão, são também referidos como dependentes de drogas (Seibel & Toscano Jr, 2001).

O conceito de dependência, portanto, pertence ao campo da medicina, da psiquiatria e da neuroquímica. Ele substituiu, nas políticas públicas, o termo vício, que possui uma conotação fortemente moral. Mas, o usuário fica emparedado entre o vício, a dependência, o crime e a marginalidade. E é vítima fácil de uma miríade de agências públicas e privadas que querem salvá-los, curá-los, puni-los ou tirar proveito econômico e político de seus corpos estigmatizados. Mas, o que é impressionante, é que o termo dependência é usado de forma generalizada no seio da chamada indústria farmacêutica e da indústria cultural, sem que sejam refletidos os seus efeitos de verdade e de poder. A dependência química tem sido usada para incorporar o usuário às categorias médicas-psiquiátricas de doença e de transtorno mental (Seibel & Toscano Jr, 2001).

A política de drogas no Brasil é fortemente influenciada pelo proibicionismo, o que ainda hoje implica na repressão a usuários e traficantes. Uma postura menos conservadora foi adotada pela Lei 11.343, de 2006, a chamada Lei de Drogas, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e estabeleceu normas para repressão ao uso e ao tráfico de drogas, definindo também os crimes e suas penas, inclusive penas mais severas para aqueles que são caracterizados como traficantes. A mudança estabeleceu uma distinção entre usuário e traficante que diz ter por objetivo proporcionar ao usuário atendimento pela saúde pública. A Lei de Drogas, no âmbito da Federação, dos Estados e dos Municípios, deu ênfase às políticas de prevenção e de educação (Campos, 2015b; Garcia, 2008)². Mesmo assim, a proibição continua justificando a guerra contra o tráfico e usuários de drogas, estes são usados politicamente para demonstrar os efeitos negativos do consumo de drogas.

E isto tem impacto sobre o usuário de drogas, sobretudo, o usuário de crack. Mesmo olhando o problema numa perspectiva crítica, pesquisadores acabam reforçando aquilo que pretendem criticar: “A esmagadora maioria dos usuários autodestrutivos do crack é construída socialmente pelo seu abandono secular e pela experiência de humilhação cotidiana que ela implica” (SOUZA, 2016, pg. 36). Concordamos com esta afirmação, mas “usuários

² A Lei de Drogas, adotada em 2006 no Brasil, pode ser consultada aqui neste endereço oficial: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm Acesso em 30/11/2019.

autodestrutivos”? Como estamos dentro do quadro de uma biopolítica sobre os usuários, onde dois modelos disputam corpos e mentes dos usuários: o da saúde pública e o do direito penal, do cuidado e o da repressão. Isto é, os usuários são criminalizados ou são internados, são institucionalizados ou abandonados (Campos, 2015; Trad, 2009). Os usuários são vistos como vetores de risco para si e para outros. O discurso do risco permeia a discussão sobre os efeitos adversos da droga como violência e como dependência química. O dispositivo de dependência e do crime, portanto, acaba sendo útil, pois justifica a ação pública, privada, assistencial ou religiosa, voltada para internações compulsórias, expulsões, limpeza social e prisões em massa. As noções de “viciados em crack” e/ou “dependentes químicos” fazem parte do dispositivo de drogas que propõe a necessidade de tratamento compulsório para o “tratamento” ou “cura” do usuário de drogas, e aparece para a sociedade como uma medida de caráter redentor da desordem e ordenador da economia dos corpos (Silva e Adorno, 2013. Pg 23). Apesar de toda esta complexa discussão, o tema do crack e particularmente a questão dos usuários de crack ainda são pouco explorados pelas Ciências Sociais.

Portanto, a pesquisa pretende compreender como se dá a interação dos usuários de crack com as políticas públicas, como os usuários circulam e significam os seus territórios, os espaços de fluxo, de passagem e de permanência precária, bem como sua relação com a droga. A pretensão da dissertação é olhar para a questão do usuário de crack respeitando a sua perspectiva. Por esta razão, a dissertação buscou abordar os usuários em seus territórios e procurou observar as interações entre todas as pessoas que circulam, vivem ou trabalham nas áreas do consumo. As dificuldades de acesso aos usuários pela via das políticas públicas locais definiram a decisão de realizar a pesquisa a partir de incursões nos territórios, observação das situações de uso de crack e interação com as pessoas que circulam nos espaços. Foram muitas as dificuldades, mesmo porque nem todo mundo se dispõe a falar sobre o problema, sobretudo nas agências do governo local. Mas pudemos nos inserir em alguns contextos de uso da droga e, neste sentido, foi possível mapear os territórios e compreender sua dinâmica social, principalmente na linha férrea que corta o centro da cidade. Neste sentido, três aspectos de pesquisa foram considerados na presente dissertação: a) etnografia dos territórios de crack; b) as falas dos usuários e de moradores sobre a droga; c) a visão da imprensa local sobre as ações públicas e privadas que incidiram sobre o território, sobretudo no que diz respeito ao projeto chamado “Estação Cultural”.

O objetivo foi contribuir para o debate em torno dos territórios, das experiências e a significação da droga no contexto de uma cidade do interior do estado de São Paulo. A

presente dissertação visa pensar o lugar dessas vidas infames que por conta da invisibilidade ou falta de representação desses grupos torna ainda mais difícil que possamos compreender a existência desses grupos sem o olhar moral e direcionado. Os que estão pelas ruas, e embora, quase apagados, estão como alvos capturados, afastados e classificados. Estes que se encontram abaixo da linha que demarca o sujeito de direitos. O interesse teórico da pesquisa é refletir sobre a situação de abjeção, de infâmia e de estigma que marca a vida e a corporeidade dos usuários de crack. A proposta inicial foi realizar uma etnografia dos territórios e estabelecer conversas informais com os usuários de crack em tratamento. A pesquisa etnográfica dentro das instituições encontraram barreiras m razão dificuldades em entrar nas instituições, e então, o campo se fez em um espaço de disputa no centro da cidade. Foi um modo de observar e me inquietar com questões que surgiam em cada situação.

As dificuldades do campo são conhecidas, pois os sujeitos estão em constante mobilidade, passando por espaços institucionais diversos e circulando em territórios muitas vezes de difícil acesso para o pesquisador (Rui, 2012). A observação participante foi realizada até aqui a partir das indicações de método já consagradas nas Ciências Sociais, considerando o sentido atribuído pelos sujeitos, a totalidade das ações sociais observadas num dado contexto e a relevância das interações sociais em termos de sua significação para os sujeitos (Mann, 1973; Foote Whyte, 2005).

As observações e incursões ocorreram de forma descontínua nos territórios durante os anos de 2018, 2019. Elas foram completadas nos dois primeiros meses de 2020. A irrupção da pandemia provocada pelo coronavírus impediu a retomada do trabalho de campo e este fato condicionou a finalização da dissertação. Esta experiência de observação, o debate teórico e a revisão da bibliografia ajudam a discussão sobre a situação social e sobre a questão do corpo. Os conceitos de biopolítica, subjetivação, de corporeidade e de abjeção têm centralidade na reflexão até aqui realizada. A conversa informal e as anotações em caderno de campo foram essenciais, já que estas técnicas são aquelas que menos provocam perturbação ao cotidiano e às interações, sobretudo em contextos de muita desconfiança em razão da situação precária dos usuários de crack. Por isso, a pesquisa adotou estratégias indiretas e na medida do possível a observação dos trânsitos dos usuários em seus territórios.

A entrada no campo é sempre uma das fases mais difíceis da pesquisa direta nas Ciências Sociais. Mesmo em situações de interações abertas, proporcionadas pela entrada nos territórios morais dos usuários de crack, a pesquisa se pautou pela preservação do sigilo das pessoas observadas. A descrição fará uso de material de pesquisa coletado junto às incursões

em espaços sociais em que ocorreram cenas de uso e consumo de drogas, este material, como já foi dito, consistiu em anotações de campo e em conversas informais com os atores locais. A pesquisa também se beneficiou da pesquisa realizada no meu Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Ciências Sociais (TCC) e da minha atuação como professora de sociologia na rede de ensino público na cidade e região. A partir das observações e da condição das pessoas envolvidas, pude notar que são as marcas e a condição de classe, cor e gênero que acentuam seu lugar de abjeção. A presente dissertação apresenta resultados preliminares à discussão e deixa muitas questões que precisam ser refletidas e sistematizadas.

A dissertação está organizada em três capítulos. O capítulo, *POLÍTICAS PÚBLICAS E DROGAS*, introduz o campo de pesquisa, relata as principais observações sobre o território estudado, bem como traz uma discussão inicial em que se faz a crítica às políticas proibicionistas e ao modelo adotado no Brasil de guerra às drogas, assim como seus efeitos. Neste capítulo, ainda, busca-se fazer uma análise crítica sobre as características das políticas públicas adotadas no Brasil sobre drogas e, sobretudo, em relação ao crack, nos últimos anos, dando-se ênfase às experiências de políticas públicas adotadas na Cracolândia, na cidade de São Paulo³. O capítulo, *CRACK, CORPOS ABJETOS E CORPOREIDADE*, discute o problema da abjeção considerada como uma das características definidoras do ser usuário de crack, tendo como referência a tese de doutorado de Taniele Rui (2012). Ao realizar este debate, pretende-se também fazer uma crítica ao conceito de abjeção e, ao mesmo tempo, ir além, portanto, da abjeção. Também, no capítulo, é feita uma discussão mais detida sobre a relação entre raça, gênero e drogas no Brasil contemporâneo, como componentes definidores do perfil dos usuários de drogas e dos usuários de crack em particular. Os conceitos de biopolítica, corpo, corporeidade, resistência dentro da abjeção também mereceram uma reflexão. O capítulo, *VER O CORPO, COMPREENDER O SUJEITO*, pretende apresentar uma discussão que coloca o usuário como sujeito e neste sentido como sendo capaz de, a partir de seu corpo, resistir às tentativas de captura pelas políticas públicas. O capítulo termina

³ Na presente dissertação, o termo cracolância será muito empregado. Para evitar confusão, adotamos o termo Cracolância para falar especificamente da Cidade de São Paulo e cracolândia para o sentido amplo de qualquer *lôcus* urbano onde ocorre o uso de crack. O termo tornou-se de uso corrente, embora ele tenha sido criado pela imprensa com um senso negativo que a dissertação pretende problematizar.

com uma retomada da discussão e com a colocação de que o debate mais amplo sobre os usuários de crack ainda representa um desafio para as Ciências Sociais.

A presente dissertação se beneficiou das discussões travadas nas disciplinas cursadas durante o curso do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp, campus de Marília (PPGCS) e, sem elas, parte dos avanços atingidos não seria possível. A dissertação também se beneficiou das contribuições e críticas dos professores que participaram da banca de qualificação e da banca final, as críticas foram bem-vindas e foram incorporadas na versão final. A presente dissertação descreve, assim, um processo de reflexão, de tomadas de decisões e de incertezas que estimulam a continuidade da pesquisa e iluminam caminhos alternativos à maneira como nossa sociedade compreende o problema das drogas e trata os usuários de crack.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E DROGAS

No presente capítulo, serão apresentadas as características gerais da cidade onde a pesquisa foi conduzida. Trata-se de uma cidade média do interior do estado de São Paulo, conhecida pelo seu parque industrial na área de alimentos, pelo conjunto dos serviços médicos oferecidos para toda a região e pelas inúmeras universidades que no conjunto garantem à cidade um Produto Interno Bruto (PIB) per capita acima da média da região. O trabalho de campo aqui relatado procura apresentar as questões que foram surgindo durante as visitas aos territórios de crack, questões estas que vão orientar a sequência das discussões realizadas na dissertação. Adicionalmente, o capítulo explora as políticas públicas brasileiras referentes às drogas, dando ênfase ao modelo de atendimento que privilegia a redução de danos. No entanto, as políticas de drogas no Brasil não se desvincularam totalmente da abordagem policial e, em grande parte, tem permitido a disseminação de entidades privadas e religiosas no tratamento dos usuários. A discussão se inicia com uma apresentação do modelo de proibição e de guerra às drogas, adotado no país e alterado, em parte, pela legislação mais recente que aponta, ainda que de maneira contraditória, que o “problema” das drogas deva ser tratado como questão de saúde pública e de polícia. Sendo assim, o capítulo pretende apresentar o modelo atual da área da saúde, voltado para a atenção e cuidado dos usuários dentro do modelo do Sistema Único de Saúde (SUS) e do sistema Centro de Atenção Psico-Social (CAPS).

2.1. Etnografia dos territórios do crack: inserção, observações e incertezas.

O presente item envolve uma descrição da cidade e do território onde a pesquisa de campo se realizou. As observações cumprem o papel de perceber a invisibilidade e incômodo que os usuários de crack e outros errantes urbanos provocam sobre os moradores e pessoas que circulam nos espaços da cidade. Ao mesmo tempo, a descrição visa mostrar que a política de revitalização adotada pela prefeitura da cidade, em articulação com empresários locais e entidades da sociedade civil, implicou na expulsão dos usuários de seus espaços de consumo e de perambulação.

A cidade etnografada pertence à região oeste do Estado de São Paulo, com aproximadamente 240 mil habitantes, tendo como características principais a indústria alimentícia, o comércio e uma rede de assistência de saúde e educacional, que atrai a população de toda a macrorregião. A geografia da cidade é muito peculiar porque os bairros mais periféricos estão bem distantes do centro comercial e administrativo, em razão do fato de que a mancha urbana da cidade ocupa os dois espigões principais que formam uma espécie de “X”, ladeado por vales marcados por uma formação geológica chamada de Itambé e ocupados por fazendas. O centro da cidade fica no cruzamento deste X, sendo que as Zonas Sul e Norte são as mais distantes em relação ao centro porque ocupam o eixo mais longo do X e podem ser caracterizadas sem erro de áreas periféricas. As Zonas Leste e Oeste ocupam a perna mais curta e apresentam maior uniformidade social, embora contemplem inúmeros loteamentos e projetos habitacionais considerados populares. Além disso, Leste e Oeste abrigam universidades, aeroporto, hospitais, parque municipal e condomínios de alto luxo, sendo em grande parte áreas bem bucólicas e arborizadas. As zonas sul e norte concentram os condomínios residenciais populares mais degradados, marcados pela presença do tráfico de drogas e do comércio popular e informal e, portanto, atraem um significativo fluxo de usuários.

Aparentemente, os usuários conspícuos de crack não permanecem o tempo todo nas periferias; ao contrário, tendem a se deslocar para alguns pontos de destaque da cidade, onde estão os territórios de consumo. Esta população flutuante da cidade tende a fazer um fluxo periferia-centro, sendo que em geral tende a se colocar nos territórios de consumo que ficam na antiga estação e nos trilhos de trem desativados, na área vizinha ao abrigo central, no terminal de ônibus urbanos e nas proximidades do terminal rodoviário da cidade, assim como em alguns postos de gasolina posicionados estrategicamente nas duas rodovias principais que recortam o tecido urbano. A linha do trem é extensa, atravessa a cidade. A parte dela que está

localizada bem no centro da cidade, foi o local que pude perceber grupos de pessoas que podem ser caracterizados como usuários. A sua presença neste espaço provoca incômodo aos transeuntes porque o território está localizado no centro da cidade e em uma área que estava abandonada por décadas pelo poder público da cidade. Como espaço abandonado, este território passou a ser ocupado por pessoas que não vivem mais com suas famílias, por aqueles que passam pelo local e permanecem por dias, e só depois voltam para suas cidades onde residem e até mesmo aqueles que passam o dia para desenvolver atividades no projeto que passou a ser realizado na cidade, chamado de “Projeto Estação Cultural”. Esta parte da linha não é muito extensa, mas é dividida, separada por um relógio antigo que já não marca mais o tempo, mas marcava o lugar de cada atividade ali na antiga estação ferroviária. Os usuários transitam pela cidade e neste movimento trazem consigo as margens, pois não apenas ocupam as margens do tecido urbano, mas as corporificam. Os trilhos desativados, aliás, cortam a cidade ao meio, na área central, definindo claramente o eixo leste do oeste da cidade. Sendo assim, há uma dupla particularidade desta cidade. Ela, por sua disposição geográfica, oculta a desigualdade social, porque há lugares no centro que são cortiços e casas bem degradadas na área central, próximos à antiga rodoviária, por exemplo, assim como oculta a condição dos errantes que ficam “escondidos” nestes espaços vazios ou abandonados da cidade, neste verdadeiro baldio urbano que são os entornos dos trilhos e das rodovias.

Ou seja, estamos diante de um urbanismo que torna invisíveis os problemas sociais. Nos últimos anos, começou a emergir também nas cidades do interior de São Paulo a tendência já observada em São Paulo, da chamada proximidade murada, ou seja, a disseminação de condomínios residenciais fechados de classe alta, de classe média e de classe média baixa, o que permite uma proximidade entre as diferentes classes sociais. Há uma aproximação espacial, mas por outro lado uma acentuada distância social entre os moradores. O efeito mais dramático destas mudanças é o virtual abandono de alguns bairros mais centrais, que passam por um processo de degradação urbana acelerada, com muitos imóveis vazios, esperando a exploração imobiliária (Caldeira, 2000; Schmidt, 2013).

Nesta cidade, a porta de entrada é o serviço de saúde (CAPS) e o de assistência social (CREAS). A cidade também conta com um hospital psiquiátrico espírita; na região do estado onde se situa a cidade em questão existem Comunidades Terapêuticas (CT) e pelo menos uma casa de internação da chamada Cristolândia⁴. Os territórios do crack na cidade são

⁴ A Cristolândia e as Comunidades Terapêuticas (CT), cujo referencial de atenção ao usuário de crack se fundamenta no discurso religioso e reforça o sentido de falta, de culpa e de redenção, têm sido objeto de algumas pesquisas que apontam esta mudança no paradigma das políticas públicas voltadas para as drogas, para políticas

constituídos por galpões abandonados, trilhos desativados de trem e a antiga estação central, postos de gasolina das rodovias que cortam a cidade, áreas vizinhas ao estádio municipal e à rodoviária, dentre outros. Mas é importante ressaltar a fluidez destes territórios, porque às vezes são locais de consumo, outras vezes são lugares de permanência mais longa, outras vezes estão vazios; estes territórios são transitórios e muito precários, mas é possível, com atenção, perceber sua existência. Os usuários, nestes territórios, tem uma corporalidade característica, mas, muitas vezes, são confundidos com pessoas em situação de rua ou usuários de álcool. Mas é possível identificar claramente estes marcadores de abjeção⁵:

“É possível perceber que há uma relação de continuidade entre a rua, o abrigo, a prisão, os aluguéis precários e a casa na qual habita algum familiar ou conhecido. Grande parte dos sujeitos entrevistados caminha de um lugar para o outro, conforme os problemas imediatos que precisam enfrentar.” (Mayora, 2016. pg 138).

Territórios também são designados em algumas pesquisas como “circuitos de uso de crack”, o que marca de forma mais clara seu caráter não permanente. No caso específico da cidade da etnografia, esta caracterização parecer ser mais apropriada. Corre, passarela, circuitos, territórios são os termos em geral usados para descrever a interação dos usuários com os espaços das cidades (Cf. Raupp, 2011). O usuário de crack, portanto, é esta figura esquiva, fugidia, que circula em diferentes instituições e percorre diversos caminhos. Sua identidade, neste sentido. Se confunde com a identidade de outros sujeitos errantes que habitam as partes mais degradadas da cidade, partes da cidade que estão no centro de disputas urbanas, no centro de projetos contraditórios, ou simplesmente, áreas de passagem, não observadas pelos pedestres e motoristas.

articuladas com interesses privados e religiosos. Estas iniciativas merecem uma análise mais detida que infelizmente não será realizado na presente dissertação (cf Trinta, 2017). Os discursos e práticas religiosas ligados à redenção podem ser observados no seguinte sítio da internet: <https://www.grupovidatorocaba.com.br/> Acesso 08/02/2020.

⁵ As notícias veiculadas pela imprensa comercial indicam crescimento do uso de crack na cidade, embora não existam dados oficiais sobre isto. As notícias sempre usam um discurso em tom alarmista em relação aos que se chama de “epidemia de crack” e um tom depreciativo em relação aos usuários. Além disso, as referências aos territórios de consumo estão presentes nas matérias de jornal e aos poucos vem ganhando mais visibilidade na cidade do interior de São Paulo. Em geral, as notícias articulam a degradação do espaço urbano com a presença de usuários de drogas. <https://marilianoticia.com.br/crack-se-disseminou-em-marilia-na-ultima-decada/> Acesso 15/01/2020.

Em razão disto, na presente dissertação, seguiremos as indicações de Rui (2012, pg. 42): “1) não é possível isolar o consumo de crack do uso de outras substâncias como maconha, cocaína, bebidas alcoólicas e, acima de tudo, cigarros; 2) qualquer que seja o tipo de envolvimento com o crack, ele é sempre situacional; variável ao longo das distintas trajetórias individuais e do histórico de encontros com redes de sociabilidade específicas; e, por fim, 3) o uso de crack revela apenas uma face da mesma pessoa que pode ser considerada por outros serviços de atenção como “morador(a) de rua”, “menino(a) de rua”, “travesti”, “profissional do sexo”, entre inúmeras outras identidades contingenciais e políticas”. É em torno desta complexidade e desta circularidade que a presente descrição procura se articular.

O usuário de crack que está nas ruas é um grande incômodo social.

Como moradora da cidade desde 1998, sempre andei pelo centro, e por diversos locais da cidade. Nunca me foi surpresa o uso do crack, nem que as pessoas não o utilizam apenas na periferia. Mas ao me voltar para o tema das drogas e mais precisamente para os usuários de crack, passei a observar os espaços com olhar de pesquisadora e não apenas de moradora da cidade. Então, durante o ano de 2017, passei a ter outro olhar para os territórios e procurar pelas pessoas, por grupos que mesmo no centro desta cidade média, vivem nas margens. Ainda assim, resistem e constituem territórios nos quais permanecem e se locomovem, na medida em que são expulsos, ameaçados e até capturados pelas instituições.

A “cracolândia” local se movimenta. É formada por um conjunto de pessoas de diferentes estratos, classes, gêneros e “raças”, que se encontram no mesmo espaço em busca da droga. Principalmente no ano de 2018, passei a andar pela cidade e procurar por lugares os quais estivessem ocupados por pessoas que utilizam do crack. Após inúmeras observações, percebi uma “cracolândia” na antiga estação de trem da cidade. Estação que por muito tempo encontrava-se abandonada.

Como chegar a estes lugares a que você não pertence? Após muitas vezes andar a pé, de moto ou de carro, em horários variados, e perceber movimentos de pessoas indo e vindo. Um dia qualquer durante a semana, chamei um amigo que estava de passagem pela cidade que me acompanhasse até a linha do trem. É um lugar de passagem que liga duas ruas do centro da cidade. Ele aceitou passar por essa minúscula “cracolândia”, se comparada à da

capital. Mas assim que terminamos a “travessia”, ele me pergunta por que quer saber disso, pois o lugar era “deprimente”, “sujo”, com pessoas mais sujas ainda.

Expliquei que o motivo era de compreender como os territórios se constituem e que gostaria de ouvir os sujeitos, seu lugar de fala, como se relacionam com a droga e com os demais usuários, sejam eles que utilizam do crack, ou os outros grupos que circulam nestes espaços ambíguos. Que eu gostaria de saber deles se recebem atenção pública, a partir das agências que atuam na cidade e na região.

Outro dia qualquer da semana, algumas semanas após essa passagem, fui desacompanhada à linha. Atravessei a linha algumas vezes e no meio de dez ou doze homens, avistei uma garota que estava sentada em um colchão, comendo uma marmita com as mãos em forma de talher. Olhei e ela deve ter me reconhecido, já que atuo na educação pública e, provavelmente, ela foi aluna de uma de minhas turmas. Ela comia. Resolvi não perguntar nada, já que a situação não me dizia respeito, apenas cumprimentei e continuei a minha caminhada.

Havia uns 10 colchões no chão, um ao lado do outro, e pessoas sentadas ou em pé em volta deles. Fumavam cigarro e, possivelmente, crack. Não fiquei olhando exatamente o que faziam, não é assim que se ingressa no campo. Naquele dia mais que outros me senti uma invasora, alguém que poderia incomodar mais do que ser incomodada. No dia 22 de março de 2019 conheci os responsáveis por uma ação comunitária desenvolvida para ocupar o espaço e ao mesmo tempo dar alguma atenção aos usuários de crack. Num primeiro momento, as pessoas envolvidas na ação me contaram sobre a situação dos usuários dividirem espaço com o projeto “Estação Cultural”, mantido pela prefeitura municipal e que visa a “revitalização” dos trilhos. Disseram que o projeto também ajuda os usuários porque todos os dias o projeto oferece uma refeição feita na cozinha improvisada próxima àquele espaço.

Na linha, existe um brechó, onde roupas recebidas por doações são vendidas ao preço simbólico de 01 real e oferece troca de roupa, as pessoas que ali estão em situação de rua e uma biblioteca para empréstimos de livros na base da confiança. De acordo com as pessoas que trabalham nestes espaços, a prefeitura não auxilia em nada, portanto, a ação depende em grande medida de doações e da reciclagem de materiais para construção. O comércio fica logo na entrada da Estação Cultural, para quem vem pela rua Nove de Julho, uma das principais ruas de comércio do centro da cidade..

O trecho da linha férrea onde se localiza o território liga duas ruas, a Nove de Julho e a Paraná. Esta parte da linha atravessa toda a extensão noroeste e sudoeste da cidade em sua

parte mais central, afetando o comércio local e o chamado camelódromo da cidade, próximo ao terminal urbano. A linha deixou de ser usada há muito tempo, estando em situação de abandono, mas percorre áreas de grande interesse imobiliário. Como espaço abandonado passou a ser ocupado por pessoas que não vivem mais com suas famílias, por aquele que passam pelo local, ficam um tempo por ali e depois retornam para suas cidades ou bairros. Esta parte da linha possui um marco espacial cuja simbologia é importante: um relógio antigo que não marca mais o tempo, mas marca o tipo de uso e de usuário do espaço colado à estação ferroviária desativada.

Trata-se, evidentemente, do relógio da antiga estação central da cidade: pelo menos ainda há um Hotel Estação, nas redondezas. Dá para imaginar o tempo em que os mascates viajavam de trem vindos da capital, desembarcavam na estação central e se dirigiam ao hotel; no caminho curto que percorriam, passavam na zona do meretrício ou nos muitos bares e restaurantes que ladeavam as ruas da estação. Voltando ao presente, o relógio é um símbolo de um tempo passado, mas resiste e é tomado como referência por toda a gente que ali circula, trabalha, vive ou sobrevive, às vezes alheia aos empuxos modernizantes de outros espaços da cidade. A velha estação é gelada, sendo ocupada por pombos que se aninham no alto do telheiro de barro. Alguns giros pelo território permitem observar estas coisas, outras, fico sabendo a partir de conversas informais com a Sandra e o Dema (nomes fictícios), que se apresentaram como fundadores e responsáveis pela ação na linha do trem. Casados e moradores da periferia da cidade, afirmam que tiveram esta ideia e mantêm a iniciativa diariamente.

Dema, de 59 anos, diz que já utilizou fez uso de drogas e viveu a situação de ser um usuário de crack. Ele diz que hoje sabe da importância em ajudar as pessoas para que se reorganizem e se tornem “úteis”. Segundo ele, a ação não visa apenas “limpar” o território, mas sim oferecer uma estrutura para os usuários. Além deles, Maria, que é moradora de um acampamento do MST, diz que passa a semana em na cidade, no Jardim Bandeirantes, mas fica o dia todo na Estação. Ela ajuda a cuidar da horta do local, onde planta legumes e temperos, e a preparar o almoço numa cozinha comunitária. A ação envolve também uma banca para venda de doces e outros alimentos. Maria destaca a importância da presença deles no local: “Somos do povo, falamos a mesma linguagem, sabemos o que passam e sabemos nos aproximar deles. Diferente de quando vem uma assistente social ou secretária da prefeitura e abordam de maneira que só os afastam.” O Dema disse: “Eles vêm aqui propor que volte para casa, para suas famílias. Que família? Essas pessoas já destruíram os laços

familiares, já não são mais queridos na família. Precisaria fazer um trabalho com as famílias e com eles, mas não mandar pra casa, pois não têm condição. Eles ficam na linha. Alguns já voltaram, já alugaram casinhas, já se internaram por vontade própria. Toda vez que o Estado força a barra, e se impõe, não dá certo. Falo isso por mim. Comigo foi assim. Quando não quis mais, aí parei. Quando percebi que não queria mais pra mim. E nunca me internei.” E Sandra disse: “Eles ainda usam lá no fundo e perto do SAMU mais pra baixo depois da linha também, mas não aqui perto de nós e mais durante a noite. Quando alguém fuma mesmo que não seja crack e sim um baseado falamos para fazerem pra lá do relógio e fica tudo bem. Eles fazem pra lá. Do relógio pra lá, pode! Que fica depois da cozinha, depois do banheiro e da horta comunitária!”

Sandra diz que há em média 10 pessoas no território do crack, homens em sua maioria. Havia o caso de uma menina de mais ou menos 19 anos, que estava grávida e pariu na linha do trem, sendo depois levada ao hospital público pelo SAMU. O espaço parecia de acolhimento de acolhimento e de superação. Apesar de sempre ter sempre visto a polícia passando de carro pela lateral da linha. E de acordo com as pessoas com quem falei, a polícia passa por ali todos os dias, e é frequente as revistas policiais em razão de armas ou drogas. Mas, estas observações são feitas de forma quase sorradeira, como se o assunto política fosse uma espécie de tabu entre as pessoas que circulam no espaço. Sandra contou que um dos usuários queria matar uma mulher que passava na linha vinda de uma cidade pequena da região; mas o DEMA interferiu; ela conta que os usuários não se envolvem nas “tretas” dos outros. Estas pessoas do projeto com quem estabeleci contato se referem aos usuários como nórias ou moradores. Parece que no projeto os usuários são vistos com uma certa indistinção: nunca se sabe exatamente onde começa a pessoas em situação de rua, o usuário de crack, o usuário de álcool ou uma pessoa portadora de algum distúrbio mental.

Cheguei a conversar com a mulher que foi ameaçada com a faca. Ela estava com um amigo e disse morar em outra cidade e vir apenas para passar a semana por aqui e que volta aos finais de semana para cidade dela. Era um dia de semana por volta do meio dia, enquanto procuravam por um cigarro. Nosso dialogo foi breve. Queriam cigarros e então disseram que saíam atrás de um cigarro e voltariam. Mas, como sabemos, o tempo para o usuário tem outra notação e como não retornavam, deixei o local. São fragmentos de vidas, pedaços de histórias que compõem um mosaico cujas peças nunca se encaixam.

Tive essa oportunidade, pois estava pra cá do relógio, no trilho, em frente à cozinha. Não caberia ir para lá do relógio se não iria fumar crack ou uma maconha. Ali também

dormiam pessoas, outros dois homens ajudavam na horta. Ali recebiam comida algumas vezes. Soube também que grupos religiosos também já haviam distribuído marmitas à noite algumas vezes. Em março do ano de 2019, durante a semana da mulher, ocorreram algumas apresentações envolvendo o movimento LGBTQ, e outras pessoas que fizeram rodas do sagrado feminino e vendas de artesanato. Neste momento o espaço foi “compartilhado” por quem foi até o local para se reunir e assistir shows, buscar entretenimento ou mesmo protestar, sempre com o aval da prefeitura e com um palco improvisado, montado no local. E os usuários após o relógio se movimentavam, passando pelo mato ao lado da linha, tentando manter distância e invisibilidade: eles não participam das atividades promovidas pelos grupos da cidade.

Ainda no ano de 2019, houve vários encontros no local. Pessoas que marcavam como ponto de encontro a linha do trem para sair para caminhada, para ciclismo, corrida, para plantar; a linha passou a ser frequentada, a ser disputada, a ser querida por diferentes grupos que antes nem se lembravam dela. Sempre foi um local abandonado e, de repente, alguns grupos bem posicionados da cidade passaram a disputar o território, expulsar os usuários e outros errantes: as ações de revitalização começaram a produzir efeito: expulsos os usuários, o espaço começa a se tornar *cult* e a ser ressignificado.

No mês de junho de 2019, fui até “a linha”, e entrei pelo lado onde ficavam os usuários, e eles não estavam lá! Um homem que cuida de um trailer, que fica na entrada nessa entrada para linha, me informou que a polícia expulsou todos há pelo menos dois dias. As pessoas que estavam em torno do trailer afirmaram a mesma coisa: os usuários foram expulsos!

Perguntei para Sandra e ela me disse que eles foram porque quiseram, alguns foram para casa e outros fazer tratamento, que ela nem sabe direito para onde foram. Sandra também disse que era melhor, que causavam problemas e queriam brigar e que teve briga lá entre o casal novamente e que ela não sabia mais deles. Ainda disse que talvez tenham descido para um galpão abandonado, mas ela disse que acha que não por já tinha muita gente lá pra baixo, que ela realmente não sabia deles. Em meio à contradição e à ocupação, o projeto continua: no início de 2020, os usuários não estavam mais na linha. E, segundo a Sandra, não voltarão e nem tentarão voltar. E o projeto está “andando bem”.

Pelo olhar “da cidade”

A visão que a imprensa e consequentemente a população da cidade têm do território de uso de crack é bem diferente da visão criada a partir da circulação ao rés do chão. O relato aqui feito é apenas um esboço de um problema maior, mas ajuda a entender os conflitos em torno da cidade, de seus espaços e de seus moradores. Não faremos indicações precisas a respeito das matérias de imprensa aqui usadas para exatamente não permitir a identificação do nome da cidade e de seus personagens.

Uma matéria gravada na linha do trem pelo portal de notícias da cidade, realizada em 2018, mostra que a linha do trem se tornou um problema. Um local cheio de pessoas desocupadas. Agora, a estação agora é vista como um lugar limpo, revitalizado, cuidado e que deve ser preservado e organizado. Através de uma gravação de um morador da cidade, fica fácil perceber o novo olhar para a estação. Quem fala e mostra o novo projeto, evita deixar claro que faz parte do lugar um coletivo de pessoas em situação de rua. Que o local onde o projeto se desenvolve, também conta com pessoas que estão ali constantemente e outras que estão de passagem. Considerando que uma “cracolândia” se movimenta, o território acompanha a jornada das pessoas, povos urbanos *perambulantes*, que carregam seus pertences, poucos, mas significativos. Narrar o que acontece nestes territórios é descrever uma caminhada sem rumo.

O jornal da cidade mostra como ficou diferente o local após a retirada dos usuários. A reportagem escolhe cuidadosamente as falas: o espaço era sujo, cheio de pessoas bêbadas, desempregadas, drogadas. A sujeira e o lixo agora não estão ali. O local está livre da sujeira. A matéria fala sobre o projeto de revitalização, mas não diz nada sobre o destino dos usuários. Este espaço da linha do trem é uma espécie de terra de ninguém jurídica, porque o terreno pertence à União e os equipamentos (sucatas, para dizer a verdade) pertencem a uma empresa concessionária que administra a ferrovia. Seja lá qual for o destino a ser dado ao território da linha do trem, ele não inclui os usuários. As pessoas entrevistadas na matéria afirmam que o lugar era vazio e abandonado (os pedestres davam a volta com receio de cortar caminho pela linha), mas agora se tornou útil em razão das atividades do projeto Estação Cultural. As pessoas entrevistadas pela matéria ainda afirmam que uma disputa judicial não deve prejudicar as atividades. Ao mesmo tempo, recriam o estado de sujeira, abandono, perigo e drogas.

Uma matéria do Jornal da Manhã de janeiro de 2019 sobre “O Projeto Estação Cultural” que acontece na antiga estação ferroviária ao lado do terminal urbano. O jornal trata da importância da revitalização e urbanização. A matéria fala sobre o pouco tempo de dois anos para transformação do local. Deixa claro que a iniciativa de Dema e de outros voluntários, com apoio da Secretária da Cultura, permitiram uma grande mudança no local antes abandonado. A matéria também fala que entre os planos de intervenção estava a ideia de oferecer refeição para pessoas de rua e ofertar oficinas para crianças. Ao que tudo indica, a fala da cidade refere-se mais às pessoas em situação de rua e não aos usuários de crack. O usuário é invisível mesmo quando comparado a outras pessoas errantes. Segundo pude observar, as oficinas de arte deveriam ser para os que as pessoas que estavam ali, mas acabaram sendo ocupadas por pessoas de outras classes sociais. Segundo Dema, na matéria em questão: “Fomos conquistando parcerias com empresas, entidades sociais, profissionais liberais e passo a passo renovamos o espaço com a finalidade social para a população, visando uma ocupação responsável com foco nas artes. (...) Devemos iniciar as oficinas a partir de fevereiro (2019), incluindo dança, teatro, capoeira e artesanatos”, contou o ativista. A Secretaria da Cultura doou inúmeros livros para a biblioteca, que ficará aberta para a população, assim como o banheiro e a praça. O regime semiaberto da Penitenciária está respondendo pela limpeza e capinação no local. Também vamos doar pipoca e algodão doce para as crianças nos eventos que realizarmos”.

Ou seja, o usuário de crack está no centro de uma disputa em torno dos espaços e dos usos da cidade; sua presença ou sua mera passagem em determinados territórios parece *poluir, degradar e matar* estes locais com a marca de sua abjeção de seu *vício*. Do ponto de vista dos interesses urbanos, a solução não é a busca de humanização dos espaços de convivência, mas sim, a adoção de um modelo de *revitalização* urbana em que o espaço, agora ocupado por classes sociais distintas, não permite a inclusão do usuário. Sendo assim, o usuário passa a ser expulso que pela ação policial quer pelo olhar recriminador de quem circula. E todo um discurso do uso adequado do espaço se articula, em escala maior, aos projetos urbanos que visam não apenas recuperar certos trechos da cidade, mas também dar argumentos em torno da necessidade de que estes espaços sejam *úteis*.

A caracterização do usuário de crack como um ser abjeto permite que o território que ocupa ou circula seja disputado por outros atores sociais. O território é visto como degradado e abandonado. As políticas e ações sociais no território implicaram então na expulsão dos usuários e na sua consequente invisibilidade. Além das ações policiais, das ONGs e da

prefeitura municipal, não foi possível observar o trabalho dos agentes do CAPS-ad nem do CREAS locais. Parece que além da política de “revitalização” da linha do trem, não há de forma sistemática outras ações governamentais ocorrendo no território. Os corpos abjetos são expulsos do local e são colocados em movimento, junto com outros corpos que *perambulam* pelo centro da cidade em sua invisibilidade e em sua abjeção.

2.2. Contexto das políticas proibicionistas e o modelo da guerra às drogas

As políticas públicas sobre drogas no Brasil produziram corpos de usuários capturáveis pela abjeção e pelos riscos do consumo *abusivo* do crack. O usuário, sendo capturado pela lógica do vício ou da dependência, não consegue ser visto como sujeito histórico. Ele é definido pelo efeito da situação social do consumo, ou seja, pela abjeção. E mesmo os autores que se propõem a fazer uma crítica deste dispositivo, acabam de certa forma a reforçar os efeitos das políticas de guerra às drogas e de estigmatização dos usuários:

“Não é a malignidade da droga, portanto, que cria a prisão do vício, mas, o abandono afetivo e a experiência silenciosa de uma humilhação ubíqua e sem explicação palpável. [...] Nesses casos, para muitos, a reação é dirigida contra si mesmo e o consumo da droga é uma tentativa desesperada de fugir de um cotidiano intragável ainda que o consumo progressivo apenas aumente o desprezo social e a degradação subjetiva e objetiva.” (Souza, 2016, pg.36)

Os termos utilizados são marcantes: malignidade da droga, abandono afetivo, experiência de humilhação, consumo de drogas como fuga, consumo progressivo, desprezo social, degradação subjetiva e objetiva. Como escapar destas caracterizações produzidas história e socialmente por uma política que visava exatamente produzir estes efeitos e normalizar esta linguagem de abjeção absoluta que prende o usuário ao signo mesmo das políticas que pretende mantê-los nas margens entre crime, doença, estigma, abjeção, dor, sofrimento e repulsa?

As políticas públicas voltadas para a questão das drogas no Brasil carregam a marca do proibicionismo⁶. Ele produziu dois efeitos visíveis sobre pessoas e grupos de pessoas que fazem uso das drogas ou se aproveitam do amplo mercado ilegal das drogas. De um lado, ativou uma estratégia repressiva cuja face mais atual é uma forte presença policial-militar nas comunidades periféricas das nossas grandes cidades. De outro lado, ativou um discurso e práticas ligadas à noção do risco que a droga produz à saúde, a partir da noção de dependência. Repressão e saúde pública mobilizam, portanto, as iniciativas públicas e

⁶ Desde os anos 1960/1970, a guerra contra as drogas tornou-se majoritária nos discursos conservadores e nas políticas proibicionistas. A guerra às drogas decorre de uma migração do sentido da guerra do Vietnã para o âmbito da vida interna das sociedades. Trata-se, portanto, do ressurgimento de um discurso guerreiro no interior das modernas democracias ocidentais (Foucault, 1985).

privadas, instituições, saberes, poderes na questão do que fazer com as drogas, com usuários e com traficantes. Apesar de alguns avanços pontuais e alguma flexibilização, estes discursos permanecem dominantes.

A guerra às drogas, ao contrário de promover a redução do consumo, tem permitido a implantação de um amplo regime de repressão que está articulado ao incremento das taxas de encarceramento. Ela, na verdade, produz uma cesura entre o universo da indústria farmacêutica, com suas drogas legalizadas, e o mundo do crime, com todo um aparato jurídico e econômico. Os discursos e práticas proibicionistas movimentam instrumentos de repressão e de estímulo das drogas, assim, a ação a ser reprimida acaba se reforçando pela sua presença conspícua na realidade social, como uma maldição que recai sobre aquelas pessoas que são objetivadas como “vulneráveis” e “criminalizáveis”⁷, para as quais são designadas ações preventivas, de controle e repressivas. Neste sentido, a guerra às drogas também faz parte das mudanças recentes daquilo que foi denominado de novo urbanismo militar (Graham, 2016; Caldeira, 2000), cuja expressão mais cabal no Brasil são as “cracolândias” em que a violência policial, políticas higienistas, estratégias militarizadas de controle de acesso e aviltamento dos usuários de drogas compõem o quadro mais amplo da tragédia social brasileira⁸.

O dispositivo militarizado do combate às drogas estimula de forma permanente o consumo de drogas lícitas e, de outro, se inclina à repressão às drogas ilícitas (Rodrigues, 2015). A repressão tem uma dupla face: a repressão policial que estimula o incremento das taxas de encarceramento; a internação compulsória que tem sido a pedra de toque da mudança das políticas de saúde mental no Brasil dos dois últimos anos, ao reativar a internação como modelo militar de imobilização dos usuários como portadores de transtornos mentais. Duas estratégias de cunho militarizado, que articulam estratégias públicas e privadas, repressão e medicalização do social (Azevedo, Souza, 2017). A repressão está direcionada a certas

⁷ Até mesmo políticas públicas inclusivas enfrentam problemas diante da estratégia de guerra às drogas já que deparam com todo um componente de criminalização dos usuários e têm que enfrentar a desconfiança e hesitação das agências públicas quando procuram lidar com os usuários numa perspectiva de sujeitos de direitos (Nasser, 2018).

⁸ O documentário “Cortina de Fumaça” de Rodrigo Mac Niven (2010) é um excelente exemplo sobre as mistificações construídas em torno da guerra às drogas e sobre os efeitos perversos da criminalização dos usuários e da militarização do combate. O resultado é a violência policial sistemática contra os usuários, contra os chamados traficantes e contra os moradores dos morros e periferias, com aumento das mortes e das taxas de encarceramento: <https://www.youtube.com/watch?v=L44QDZjKNzY> O documentário “Notícias de Uma Guerra Particular” de João Moreira Salles (1999) demonstra os efeitos deletérios da guerra às drogas nas comunidades do Rio de Janeiro que além de provocar a ocupação violenta dos morros e favelas, mantém um cordão sanitário entre a população periférica e negra e os bairros nobres da zona sul. O documentário valoriza as perspectivas dos moradores, dos chamados traficantes e dos policiais do BOPE. https://www.youtube.com/watch?v=bBkeSMMc_2E

práticas sociais de risco relacionadas ao consumo e ao comércio ilegal. Sendo assim, o discurso da proibição enraíza a crença de que as drogas são um grande problema, ativando toda uma produção social. As drogas ilícitas, no contexto da proibição, acionam discursos e práticas do campo do religioso, onde certas designações vão buscar novas ovelhas para oferecer-lhes saídas mágicas ou conforto paliativo. Elas acionam todo um mecanismo policial-penal, que coloca um grupo social inteiro sob suspeita e sob ameaça de restrição de direitos, elaborando todo um imaginário sobre riscos e sobre o crime que se alimenta do tráfico e de traficantes. A relação torna-se imediata entre a droga e a destruição, a dependência e o vício. A figura do usuário torna-se rotineira na mídia (Brandão, 2016; Campos, 2015a). Pensando em políticas públicas de saúde, a guerra às drogas gerou uma construção perversa que mais destrói vidas do que protege (Carlini, 2006; Carneiro, 2012; Ribeiro et al, 2015).

Quando, em 1972, os EUA declaram guerra às drogas, havia o objetivo de assinalar seu domínio imperial no subcontinente americano, sobretudo nos países produtores de coca. A atitude política do governo americano implicou na disseminação de um dispositivo guerreiro que influenciou os documentos e as políticas da ONU sobre o tema (Fraga, 2007; Cruz, 2017). A guerra às drogas, portanto, representa a adoção de políticas públicas de caráter repressivo, que incluem a criminalização da venda, do consumo, a penalização de comportamentos de risco, bem como a violência institucional, como formas de produção de controle social sobre determinados grupos sociais. A estratégia militarizada de guerra às drogas se disseminou nos países da América Latina, produzindo um dos contextos de maior violência provocada tanto pela presença de grupos paramilitares e milicianos, provocando o incremento às táticas militares adotadas pelos países da região, incluindo o aumento do contrabando de armas (Rodrigues et al, 2017).

Três Convenções determinaram o controle internacional de drogas. A Convenção Única de 1961, cuja ratificação foi ampliada em 1971 e 1988, tornou-se o arcabouço jurídico mundial para a guerra contra as drogas (Neves, 2015). A Convenção Única sobre Substâncias Psicotrópicas submeteu as substâncias proibidas a um regime internacional de interdição, um elemento fundamental na repressão que pretende combater as organizações de comércio do tráfico de drogas. Proibiu produção, transporte, comércio, porte ou uso de qualquer droga classificada como ilegal/ilícita. As Convenções Internacionais destinadas ao controle e erradicação das drogas, de iniciativa norte-americana, tiveram impacto direto nos países latino-americanos, incluindo o Brasil. Os países, por força destas Convenções, adaptaram seus

ordenamentos jurídicos para acolher a perspectiva da proibição às drogas e a lógica do combate à produção, tráfico e venda de drogas, incluindo alterações nesta direção em suas legislações penais. A guerra às drogas envolveu países latino-americanos, que sofreram pressão para se adequarem ao padrão de combate às drogas, e assim, fortaleceram sua imagem interna na medida em que mostravam estar preocupados com o perigo das drogas e dos traficantes (Fraga, 2007; Ribeiro, 2014).

A proibição no Brasil ocorreu por decisões políticas e institucionais que também foram influenciadas pela ação da guerra às drogas. As necessidades políticas e econômicas do país colocavam-no numa posição subalterna às políticas internacionais. A falta de autonomia do Brasil no que diz respeito à política de drogas fica clara com a Ditadura Militar, que acirra a postura securitária e proibicionista, mesmo não estando no centro, naquele momento, do tráfico internacional de drogas (Fraga, 2007). O modelo da proibição vigora no país durante mais de 20 anos e só começa a ser rediscutido à luz da nova Constituição Federal de 1988 e a partir de posicionamentos políticos menos conservadores presentes no cenário da política nacional. A discussão redundou em uma avaliação negativa dos efeitos da proibição, sobretudo em relação ao tratamento penal de usuários e traficantes. Um primeiro passo foi dado na direção de despenalizar o uso de maconha. Essa nova postura foi consignada na Lei 11.343, de 2006, conhecida como Lei de Drogas, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), criou a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e estabeleceu normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, definindo também os crimes e suas penas. Com a Lei de Drogas, no âmbito da Federação, dos Estados e dos Municípios, foram iniciadas políticas de prevenção e de educação (Campos, 2015b; Garcia, 2008). Os princípios presentes na Lei de Drogas foram reafirmados pela Política Nacional Sobre Drogas (PNAD), conforme decreto 9761 de 11 de abril de 2019⁹. No entanto, estas estratégias preventivas e educativas continuam tendo em seu centro nervoso a lógica de que tudo que diz respeito às drogas é proibido, é perigoso, é moralmente repudiado. As políticas públicas, por si sós, não são capazes de mudar o referencial de proibição e de condenação, mesmo as políticas que se inserem no discurso da redução de danos (RD).

Mesmo assim, depois de décadas, o proibicionismo não impediu a disseminação das drogas, não diminuiu a violência do Estado em seu enfrentamento e, certamente, não diminuiu o poder das organizações criminosas. Percebe-se que o poder do tráfico de drogas é utilizado

⁹ Ver Política Nacional Sobre Drogas: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm#anexo Acesso 20/10/2020.

para legitimar a repressão armada e estimular o mercado global de segurança. Sendo assim, justifica-se não apenas a guerra contra o tráfico, mas também contra os usuários de drogas. Os usuários implicam riscos mínimos para a sociedade, mas são vistos como ameaças e são estigmatizados. A partir desta percepção, os usuários são usados politicamente para demonstrar os efeitos perversos do consumo de drogas. E, sobretudo, para a persistência da dependência química e seus (supostos) efeitos deletérios no organismo. Assim, o tráfico sustenta toda uma política de guerra, permite a distribuição de poderes e de recursos no sistema social mais amplo. A proibição dá sustentação às campanhas morais contra as drogas. Assim, no interior do dispositivo de proibição convivem dois modelos complementares, o da saúde e o do direito. Do lado do direito, o controle se dá pela polícia, pela prisão e pela condenação a uma pena de prisão para o traficante. Do lado da saúde, o controle se dá por meio de uma visão sanitária que se volta para o usuário como doente (Campos, 2015b; Trad, 2009).

Qual então foi o efeito de verdade e de poder das políticas proibicionistas? A produção mesma da abjeção! Entendemos os usuários pelos efeitos das políticas públicas, pelos efeitos do dispositivo da dependência, pelo discurso médico, psiquiátrico e jurídico. É preciso tentar ir além destas caracterizações e para isto, temos que observar os sujeitos, seus espaços, seus conflitos e suas vivências. Sem isto, as políticas continuarão a promover não apenas a invisibilidade dos sujeitos, mas também nos forçarão a compreendê-lo pelo signo mesmo de sua abjeção. Vimos o quanto as políticas de drogas, ao criminalizarem e estigmatizarem o uso, o consumo e o usuário produzem efeitos biopolíticos que reforçam as malhas da opressão e da violência contra os usuários. Ao mesmo tempo, estabelecem um limite a partir do qual parece que não queremos ou não podemos ir. Não compreendemos o outro, a alteridade parece não ser possível diante do usuário e de seu corpo “abjeto”. Como pensar todas estas questões a partir de um referencial outro? Como ultrapassar o limite estipulado pela abjeção, pelas cisões sociais, políticas e culturais que se impõem entre “nós” e “eles”. Como ultrapassar o poder do discurso de redenção ou de punição, presente até mesmo entre as pessoas que “estiveram naquele lugar” e que “saíram dele com seu próprio esforço”? Como evitar o caráter ainda moralizante presente até mesmo nas pesquisas que pretendem criticar as políticas públicas que criminalizam ou medicalizam os corpos errantes, os corpos incorrigíveis?

2.3. Refletindo sobre as implicações das políticas de drogas no Brasil

Nos últimos anos, as políticas públicas de saúde voltadas para atendimento de usuários de drogas no Brasil têm dado ênfase às campanhas, ao atendimento ambulatorial e, em menor grau, à internação. Embora hoje haja um retrocesso das políticas públicas relativas ao cuidado com os usuários de drogas, políticas estas que antes eram fundamentalmente baseadas no cuidado e na atenção especial, sobretudo dentro do referencial da redução de danos (Raupp, 2011; Rui, 2012). Portanto, tratava-se de políticas essencialmente ligadas à saúde e à saúde mental. Como foi o caso da Portaria 3088 de 23/12/2011, do Ministério da Saúde, que instituiu a Rede de Atenção Psicossocial, “cuja finalidade é a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”. Ou seja, integrou a Rede numa das políticas mais abrangentes e articuladas para o cuidado com saúde mental e, particularmente, com as saúde de pessoas em situação de risco.

Os objetivos da Rede são os seguintes: I - ampliar o acesso à atenção psicossocial da população em geral; II - promover o acesso das pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas e suas famílias aos pontos de atenção; e III - garantir a articulação e integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território, qualificando o cuidado por meio do acolhimento, do acompanhamento contínuo e da atenção às urgências. Os objetivos específicos são: I - promover cuidados em saúde especialmente para grupos mais vulneráveis (criança, adolescente, jovens, pessoas em situação de rua e populações indígenas); II - prevenir o consumo e a dependência de crack, álcool e outras drogas; III - reduzir danos provocados pelo consumo de crack, álcool e outras drogas; IV - promover a reabilitação e a reinserção das pessoas com transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas na sociedade, por meio do acesso ao trabalho, renda e moradia solidária; V - promover mecanismos de formação permanente aos profissionais de saúde; VI - desenvolver ações intersetoriais de prevenção e redução de danos em parceria com organizações governamentais e da sociedade civil; VII - produzir e ofertar informações sobre direitos das pessoas, medidas de prevenção e cuidado e os serviços disponíveis na rede; VIII - regular e organizar as demandas e os fluxos assistenciais da Rede de Atenção Psicossocial; e IX - monitorar e avaliar a qualidade dos serviços por meio de indicadores de efetividade e resolutividade da atenção.

Conforme o artigo segundo, as diretrizes da Rede eram as seguintes: I - respeito aos direitos humanos, garantindo a autonomia e a liberdade das pessoas; II - promoção da equidade, reconhecendo os determinantes sociais da saúde; III - combate a estigmas e preconceitos; IV - garantia do acesso e da qualidade dos serviços, ofertando cuidado integral e assistência multiprofissional, sob a lógica interdisciplinar; V - atenção humanizada e centrada nas necessidades das pessoas; VI - diversificação das estratégias de cuidado; VII - desenvolvimento de atividades no território, que favoreça a inclusão social com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania; VIII - desenvolvimento de estratégias de Redução de Danos; IX - ênfase em serviços de base territorial e comunitária, com participação e controle social dos usuários e de seus familiares; X - organização dos serviços em rede de atenção à saúde regionalizada, com estabelecimento de ações intersetoriais para garantir a integralidade do cuidado; XI - promoção de estratégias de educação permanente; e XII - desenvolvimento da lógica do cuidado para pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, tendo como eixo central a construção do projeto terapêutico singular.

Fazem parte da Rede: a) Unidade Básica de Saúde; b) equipe de atenção básica para populações específicas: 1. Equipe de Consultório na Rua; 2. Equipe de apoio aos serviços do componente Atenção Residencial de Caráter Transitório; c) Centros de Convivência; II - atenção psicossocial especializada, formada pelos seguintes pontos de atenção: a) Centros de Atenção Psicossocial, nas suas diferentes modalidades; III - atenção de urgência e emergência, formada pelos seguintes pontos de atenção: a) SAMU 192; b) Sala de Estabilização; c) UPA 24 horas; d) portas hospitalares de atenção à urgência/pronto socorro; e) Unidades Básicas de Saúde, entre outros; IV - atenção residencial de caráter transitório, formada pelos seguintes pontos de atenção: a) Unidade de Recolhimento; b) Serviços de Atenção em Regime Residencial; V - atenção hospitalar, formada pelos seguintes pontos de atenção: a) enfermaria especializada em Hospital Geral; b) serviço Hospitalar de Referência para Atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas; VI - estratégias de desinstitucionalização, formada pelo seguinte ponto de atenção: a) Serviços Residenciais Terapêuticos; e VII - reabilitação psicossocial.

No que diz respeito especificamente aos usuários de drogas, a Rede contempla o CAPS III, que atende pessoas com transtornos mentais graves e persistentes. Proporciona serviços de atenção contínua, com funcionamento vinte e quatro horas, incluindo feriados e

finais de semana, ofertando retaguarda clínica e acolhimento noturno a outros serviços de saúde mental, inclusive CAPS-ad, indicado para Municípios ou regiões com população acima de duzentos mil habitantes; IV – CAPS-ad: atende adultos ou crianças e adolescentes, considerando as normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Serviço de saúde mental aberto e de caráter comunitário, indicado para Municípios ou regiões com população acima de setenta mil habitantes. Martinez (2016) faz uma meticulosa etnografia local destas redes e destas políticas de atenção psicossocial. A pesquisa não apenas demonstra as dificuldades para colocar em prática os preceitos de atendimento universal e preventivo estabelecidos nos documentos oficiais. As políticas locais estabelecidas a partir destas redes emergem de adaptações e de interesses que colocam em cheque os objetivos dessas políticas.

Em razão da ampla divulgação midiática da situação da Cracolândia de São Paulo, sobretudo depois das chamadas Operações Sufoco¹⁰, e dos resultados de pesquisas nacionais sobre uso e consumo de drogas, particularmente o crack, foram lançados programas para enfrentamento das drogas, com uma normativa de caráter federal, estadual e municipal: o “Programa Crack é possível vencer!”, do Ministério da Saúde; o programa “Recomeço” da Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo; e vários programas municipais conformam o cerne das políticas. Como já foi dito, o referencial para estas políticas é o da redução de danos, que propõe que as políticas de saúde proporcionem segurança subjetiva e de saúde, com respeito à dignidade, aos usuários de drogas, particularmente de crack (Martinez, 2016; Trinta, 2017)¹¹.

¹⁰ As fotos destacadas no início desta dissertação são exemplos que retratam o caráter repressivo da intervenção policial na cracolândia de São Paulo: o “sufoco” representa os atos de arrebancar e de asfixiar os corpos negros dos usuários de crack. A polícia se assemelha aos capitães do mato e os usuários da cracolândia a escravos fugidos que procuraram um porto seguro na nova palmares. Estas imagens ganharam notoriedade em razão da virulência da ação policial e diante da absoluta inocência das pessoas perseguidas pela polícia. Em razão destas estratégias repressivas, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), por meio do seu núcleo de Direitos Humanos, entrou com uma ação de liberdade preventiva, inusitada diante do quadro da ilegalidade da ação estatal. O sufoco também pode ser considerado na perspectiva do usuário de crack: os desafios e dificuldades que enfrentam num cotidiano de fome, frio, violência, discriminações, desconfianças, incertezas, errâncias e abjeções.

¹¹ Na onda da visibilidade do “problema do crack”, foi criado o Observatório do Crack pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com dados atualizados sobre o consumo e os custos do crack por municípios brasileiros. O tom do site é de alarme diante do problema. O mapa de São Paulo, por exemplo, mostra que os municípios que apresentam mais problemas relacionados ao crack se localizam no interior do Estado, assim como, mostra que são poucas as políticas públicas e ações locais para o enfrentamento do crack, sendo o CRAS a política mais disseminada localmente. Ver http://www.crack.cnm.org.br/observatorio_crack/#section-linebox-1 Acesso 20/02/2020.

O Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD) está no centro desta política de atendimento, com uma equipe multiprofissional composta por médicos psiquiatras, clínicos gerais, psicólogos e assistentes sociais. Além do CAPS-AD, a política nacional refere-se a três eixos. O eixo do Cuidado, que contempla o Consultório na Rua, unidades de acolhimento, leitos em enfermarias especializadas, CAPS-AD 24 horas, comunidades terapêuticas, serviços de abordagem de rua, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua (Centro POP). O eixo da prevenção compreende Centros Regionais de Referência e Capacitação para profissionais e para a sociedade civil. O eixo autoridade compreende bases móveis de atendimento, políticas de enfrentamento ao crime organizado e capacitação de policiais¹².

O programa “Recomeço” visa atender “dependentes químicos”, principalmente os usuários de crack. A proposta é oferecer tratamento e acompanhamento multiprofissional aos usuários e familiares, por meio do acesso ao tratamento médico, apoio social e internação em centros de referência, comunidades terapêuticas e moradias assistidas. O programa também faz interface com o Poder Judiciário visando internações compulsórias. O programa funciona em rede de entidades conveniadas. O programa compreende, somente na capital de São Paulo, uma rede composta pelo Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), que é uma clínica ambulatorial de 24h, com serviços de desintoxicação, avaliação médica, tratamento ambulatorial intensivo, semi-intensivo e não intensivo para dependentes químicos; a unidade Recomeço que é um centro de convivência e enfermaria de desintoxicação com 21 leitos e 37 vagas para moradia assistida; a tenda Recomeço, que conta com equipe formada por profissionais de enfermagem, assistência social e conselheiros de dependência química, que atuam na abordagem aos usuários de drogas com o objetivo de oferecer serviços de cuidados e mobilizá-los para aderir ao tratamento de saúde, na região da chamada Cracolândia. O programa oferece 3.327 vagas para o atendimento de dependentes químicos em todo o Estado, divididas entre leitos de internação, desintoxicação, observação, comunidades terapêuticas, casas de passagem e vagas de república. O programa possui o Hospital Recomeço, instalado em Botucatu, o primeiro hospital público do Estado destinado

¹² O marco da política de drogas do Brasil procura dar ênfase ao cuidado e à assistência, a partir da chamada política de redução de danos (RD) que implica criar condições adequadas de vida e saúde para os usuários. No entanto, a perspectiva punitiva e policial ainda tem grande impacto nas ações, mesmo porque em torno de 40% da população prisional do país responde por crimes relacionados às drogas. Cf. <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/index.html>. Acesso em 28/08/2018.

ao tratamento e reabilitação de dependentes químicos, especialmente de crack¹³. A clínica é dividida em sete blocos que, juntos, contam com 66 leitos voltados ao processo de desintoxicação dos dependentes¹⁴.

No município de São Paulo, foi adotado, na gestão Haddad, o Programa “De Braços Abertos”. O Programa foi considerado referência internacional em termos de políticas públicas. O Programa oferecia um atendimento aos usuários de crack especificamente oriundos da Cracolândia, a partir do modelo da redução de danos: atendimento de saúde, capacitação profissional, moradia e emprego. O objetivo era construir uma rede de serviços para atendimento aos usuários e disponibilizar serviços de Atenção Integral à Saúde, atendimento baseado nas chamadas ações intersetoriais e integradas das áreas de assistência social, direitos humanos, saúde e trabalho. Apesar do reconhecimento e dos resultados promissores, o Programa foi desativado logo depois que a nova administração municipal assumiu o governo, em 2017.

As políticas voltadas para os usuários de crack são inspiradas no modelo dos Alcoólicos Anônimos (AA) e dos Narcóticos Anônimos (NA), afirmando que a dependência é uma doença que não tem cura e que o usuário deve ficar “limpo”. Estes passos são processos de mortificação que têm na religião seu fundamento. O discurso religioso está presente nessas políticas: inferno, purificação e redenção são recorrentes. Exceção foi o “De Braços Abertos”, baseado em princípios de cidadania. O programa atual de São Paulo é denominado “Redenção”, e representa claramente um retrocesso em relação às políticas de redução de danos (Melo, 2016). Não se trata aqui de defender a redução de danos. Seria mais importante que as políticas públicas, além do referencial da saúde preventiva, mesmo que esta ainda mantenha o dispositivo da dependência, gravitem mais na direção do discurso e das práticas de cidadania e de defesa dos direitos humanos de usuários de crack. Não à abjeção e sim ao respeito às pessoas como titulares de direitos. Mas este caminho é muito complexo e somos

¹³ O hospital funciona em sistema de convênio com o Serviço de Atenção e Referência em Álcool e Drogas (SARAD) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina (HCFM) da Universidade Estadual Paulista, Unesp, campus de Botucatu-SP. Ele conta com equipes multiprofissionais e uma variedade de ações preventivas, curativas e de reinserção. O hospital é considerado uma referência de atenção ao usuários no interior do estado de São Paulo. <http://www.hcfmb.unesp.br/sarad-servico-de-atendimento-referencia-alcool-e-drogas/> Acesso em 03/03/2019.

¹⁴ As justificativas para as internações, previstas na Lei 10.216/2001, fundam-se em noções da psiquiatria sobre pessoa portadora de transtorno mental (PPTM) ou sobre situação de crise: “estreitamento da consciência”; “falta de capacidade para uma decisão racional”; “perda da capacidade de discernimento”; “colocar sua própria vida e de terceiros em risco”; “ameaça à ordem pública”, “incapacidade de autocuidado” (Martinez, 2016, pg. 188). Ver: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/recomeco>. Acesso em 28/08/2018.

forçados a achar que a redução de danos é um avanço porque se baseia no princípio que o estado tem que oferecer condições para que a pessoa não “se destrua ainda mais”.

No plano da cidade média pesquisada, a RAPS segue o modelo adotado nacionalmente; no entanto, os serviços oferecidos são precários e adaptados às condições políticas locais. De uma forma geral, pode ser afirmado que os agentes e instituições que compõem a rede, compartilham o espaço de atendimento com entidades privadas e religiosas de assistência: Hospital Psiquiátrico Espírita, Comunidades Terapêuticas e ações de entrega de alimentos por entidades religiosas. A disputa pelos usuários se dá no plano local da mesma forma que no plano regional e nacional. Mais problemas do que soluções.

2.4. Biopolítica, saúde, corpos e territórios do crack

O presente item tem por objetivo refletir questões sobre o limite e a qualidade da vida em nossas sociedades, numa perspectiva teórica. Um limite desenhado pelo poder que define a corporeidade e identidade de cada pessoa e faz deste o instrumento e motivo para exercer o poder sobre outro. Através de reflexões e conceitos de pensadores como Hannah Arendt, Michel Foucault, Jacques Sémelin, Davi Le Breton Georges Vigarello e Erving Goffman tenho por objetivo estabelecer reflexões sobre questões referentes à violência e aos massacres. Direcionaram seus questionamentos à compreensão e até mesmo comparação de casos de extrema violência. Como uma sociedade que se importa tanto com a vida de sua população conseguiu selecionar e acumular em montantes os corpos? Corpos de crianças, idosos, deficientes, aqueles que não estão colaborando para sistema perverso. O interesse é gerar pânico e fazer com que as pessoas nem mesmo saibam os motivos por estarem ali, ocorre com outras formas de massacre na sociedade atual. A violência e o massacre podem assumir diferentes modos de acordo com o período, elementos e condições para desenvolver no imaginário uma crença. Pretendo pensar o contexto dos usuários de crack como uma forma de resistência e também de captura de um sistema que constrói novos modos de campo de concentração, delimita o lugar de cada grupo para manter o controle do poder sobre corpos desconsiderados: vidas que não valem ser vividas.

A biopolítica da violência e do massacre faz sentir que este outro pode ser qualquer um de nós, apenas depende se nos assemelharmos aos que não merecem viver: sejam os tutsis, os judeus, os hutus, os usuários de crack, um imigrante, o anormal. Michel Foucault (1985), no famoso capítulo V “Direito de morte e poder sobre a vida”, aponta para o papel da biopolítica como mecanismo de gestão das vidas, trata-se de um poder que investe sobre o ser humano como ser vivo, como população, de onde se pode extrair um determinado quantum de ação ótima, tendendo para uma normalização do corpo social, ao invés de, simplesmente, um mecanismo de punição.

São populações, mas alguma marca identifica o grupo como inimigo, odiado, mal para humanidade, uma doença. O caso do Nazismo, o mais analisado dos massacres, não ocorreu de qualquer maneira, e sim, de modo a alimentar o desejo de destruição. Para isso foi necessário estabelecer uma crença em uma verdade, fazer com que a sociedade alemã colaborasse para tamanha tragédia: acreditar que judeus, ciganos e todos que não obedecessem a um padrão ariano ou a um comportamento específico deveriam ser eliminados da sociedade alemã e do mundo. A estratégia foi despersonalizar o outro e utilizar até o último

suspiro daquele corpo para atuar em benefício do poder de um grupo que os aprisiona em campo. Pessoas foram colocadas como parte do esquema, como cúmplices de um crime e de sua própria destruição. O contexto dos massacres como uma estratégia política de poder é muito bem planejado e desenvolvido para manter uma estrutura de poder.

A discussão colabora para a compreensão de uma análise sobre o corpo, sobre o corpo social que se constitui. O caminho para compreensão de determinadas ações e aceitações de um poder político na sociedade, elimina aquilo que caracteriza a pessoa em sua identidade por meio de uma corporeidade que envolve crenças, valores, uma cultura que envolve as subjetividades e trajetórias. Fazer pessoa e do corpo sentidos opostos e com isso, a pessoa se torna um corpo passível de descarte, é parte dos mecanismos de poder que estabelecem determinadas tecnologias e, com isso modificam as relações do poder referentes à soberania e posteriormente à vida. De modo que o poder deixa a morte de lado (Foucault, 2016).

Pensar nos massacres e entender seus motivos estratégicos, não elimina a responsabilidade de todos envolvidos direta e indiretamente de praticarem crime contra humanidade.

“Repito: compreender não significa negar ultrajante, subtrair o inaudito do que tem precedentes, ou explicar fenômenos por meio de analogias e generalidades tais que se deixa de sentir o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa antes examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós- sem negar sua existência nem vergar humildemente a seu peso, como se tudo o que de fato aconteceu não pudesse ter acontecido de outra forma.” (Arendt, 2012, p. 21)

Existe um sentido, portanto em compreender o interesse em massacrar, exterminar centenas de milhares de corpos. Nunca é por acaso que grupos sofrem violências. Podem ser inúmeras as maneiras de violência, no entanto, em comum sempre carregam alguma marca que os estigmatiza (Goffman, 1988), que os diminui, os responsabiliza por sua forma de existir.

Portanto, a reflexão sobre os corpos daqueles que vivem capturados pelas políticas públicas: internações, medicamentos como saída para uma condição que a própria sociedade mantém como meio de justificar porque alguns permanecem em campos de concentração

modernos, instituições que cumprem o esquema de um poder-saber que investe no massacre da vida, nas experiências que cumpre antes da morte.

“O corpo humano entra em numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também uma mecânica de poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. (Foucault, 2014, p.135)

Os que não se submetem a um padrão são submetidos a outro que os encarcera e os controla tanto na rua como no interior da instituição. Pessoas acionam serviços sociais e de segurança, incomodam-se pela imagem, pelo corpo que vaga na esfera pública.

“Ora por meio dessa técnica de sujeição, um novo objeto vai-se compondo e lentamente substituindo o corpo mecânico – o corpo composto de sólidos e comandado por movimentos, cuja imagem tanto povoara os sonhos dos que buscavam a perfeição disciplinar” (Foucault, 2014, p.152)

Os envolvidos na morte de milhares de pessoas, assim como Eichmann que está registrado no cinema, na literatura, assim como no texto de Hannah Arendt, Eichmann em Jerusalém, no qual ele é retratado como um funcionário, um cumpridor de ordens, como alguém que vive plenamente, que apenas faz seu trabalho. Esse comportamento é parte de muitos que assumem posições de poder e que acreditam que sua atitude não é criminosa, mas que combatem um crime. Acreditam ser um representantes da limpeza étnica-social como um bem para humanidade.

“Definir-se como “puro” implica, na prática, categorizar o “Outro” como impuro. A acusação da impureza constitui uma incriminação universal contra quem se pretende massacrar” (Sémelin, 2009, P.62)

Que mecanismo fazem as pessoas acreditarem que uma visão estabelecida é motivo para inocentar seu comportamento por mais violento que possa ser ou compactuar com tal

ideal? Como avançar na compreensão do modelo presente no imaginário social que define quem deve ser violentado em todos os sentidos que perpassam a existência humana?

As reflexões estabelecem um olhar para o contexto e criam condições para perceber que as tecnologias de poder que não apenas combatem, mas massacram uma parcela da sociedade que se encontra viva para morrer. Os determinantes deste corte são estabelecidos pelo racismo institucional ligado a uma tecnologia de poder: um biopoder. (Foucault, 2016)

“Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer censuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder.” (Foucault, 2016 p.214)

Os usuários de crack são objeto privilegiado de minha pesquisa de mestrado, sendo considerados como sujeitos e não objetos de pesquisa. Percebe-se que são capturados pelos sistemas institucionais, pelo racismo de estado, imaginário social, pela crença de desumanidade, de perda de valores, de semelhanças com a morte.

“São esses fenômenos que se começa a levar em conta no final do século XVIII e que trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior de higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população.” (Foucault, 2016 p.205)

Existe toda uma estratégia de poder que cria as condições de destruição dos corpos dos usuários, que os faz crer na doença e, conseqüentemente, os faz aceitar a cura, por vários processos de purificação. Essa biopolítica da espécie humana, de um estado de vida determinado pelo controle da população em prol de um poder de fazer viver ou deixar morrer. Dinâmicas sociais que podem levar à “limpeza étnica” de impulsos vingativos para destruição do inimigo e conquista do poder através do imaginário.

“O primeiro ponto dessa retórica imaginária é transformar a angústia coletiva que mais ou menos se propagou na população, em um sentimento de medo intenso, com relação a um inimigo, do qual eles vão expor toda a periculosidade.” (Sémelin, 2005, p.38).

Sendo assim, há uma provocante convergência das estratégias biopolíticas e da história das violências extremas. Tudo leva a crer que o contexto do consumo coletivo de crack, cristalizado nos espaços segregados chamados de cracolândias, cria as pré-condições para a abjeção e a criminalização de corpos e de comportamentos. E as várias faces da morte. Afinal, como morrem estas pessoas? Nestes espaços segregados, os usuários estão vivendo no limite entre vida e morte e toda uma detida pesquisa sobre violência, mortalidade, desaparecimentos de usuários de crack ainda necessita ser realizada. Não é objetivo desta pesquisa, mas a condição de vulnerabilidade social e jurídica dos usuários, assim como das pessoas em situação de rua, produz uma invisibilidade destes grupos que dificulta em muito fazer um acompanhamento de suas vidas tanto no contexto da rua como nos processos posteriores. O que acontece com os usuários? Esta é uma questão que merece mais reflexão e pesquisa.

Por exemplo, todas as pesquisas afirmam que o usuário de drogas não morre em decorrência dos efeitos da substância, mas sim de concausas, como doenças venéreas, intestinais, má alimentação, violência, violência policial etc. A droga não mata diretamente. A morte decorre da lógica biopolítica, da maneira como são geridos os corpos abjetos. Na nossa etnografia, os usuários simplesmente desaparecem, eles mudam de território; ninguém dá mais notícias de seu *paradeiro*. Como são corpos em movimento, não são *localizáveis*, sendo inclusive a morte não necessariamente um *estado terminal*. A errância supera a imobilidade da morte, mesmo porque é absolutamente fundamental levantar dados sobre a situação da saúde e da mortalidade de usuários de crack, estabelencendo comparações locais, no estado e mesmo no Brasil. Não é por menos que não existem dados confiáveis sobre estes corpos errantes e insubistentes. A questão da saúde do usuário é de enorme importância para compreender os efeitos da própria abjeção:

“Mas há marcas específicas do crack. Enquanto especialistas na área biomédica estão absortos em analisar as alterações pulmonares, cognitivas ou o nível de alumínio sérico no organismo de usuários de crack – preocupações, é preciso que se diga, bastante legítimas – estes, nos cenários de uso, são unânimes em ressaltar três “simples” conseqüências do uso contínuo da droga: dentes e dedos das mãos marcados, lábios machucados e perda de peso. Com menos ênfase, acrescentam uma quarta: a voz rouca. Tais marcas, como se verá, ao se aliarem a um determinado grau de sujeira, são capazes de criar minúsculas, mas importantes, variações nos modos de

engajamento com a droga – o que, por sua vez, resulta em distintas maneiras de se aproximar ou se afastar da condição de nória (Rui, 2012, pg. 270)”.

Ou seja, a condição de saúde é parte integrante da condição corporal dos usuários, marcando profundamente as possibilidades destes serem incorporados aos programas de cuidado, bem como a sua saída da condição de rua e de impermanência. E estes problemas de saúde, típicos dos usuários, visíveis ou invisíveis, marcam suas identidades assim como os seus destinos, nas ruas, em instituições ou em seu eventual retorno às suas casas.

“As três marcas (dentes e dedos marcados, lábios machucados e voz rouca) aliadas à sujeira da pele podem parecer miúdas, mas são significantes para os usuários. Concretamente, elas se combinam a partir de diversos modos e graus, que variam tanto quanto os indivíduos. Contudo, analiticamente, há que se atentar para o fato de que são marcas que se concentram na superfície, ou seja, na pele, na boca, nas mãos, naquilo, em suma, que indica uma fronteira visível, aparente e exposta a outrem, logo, difícil de camuflar (Rui, 2012, pg. 270)”.

A invisibilidade da condição móvel do usuário é confrontada com a visibilidade da abjeção corporal. Sendo assim, pela análise da autora, há limites que, aliados à sujeira e à debilidade, marcam fortemente o corpo destas pessoas e criam obstáculos para as políticas públicas na medida em que definem um limite de aceitabilidade entre higiene, saúde, pobreza etc. A pesquisadora parece falar dos problemas de saúde dos usuários a partir de uma padrão normativo de saúde, higiene e limpeza, padrão socialmente construído com o qual a pesquisadora se identifica e partir do qual ela estabelece uma distância entre ela e o usuário. Limite entre o humano e o nãohumano? Nestas descrições etnográficas, o usuário de crack parece se colocar na posição do *homo sacer*, aquele que é tematização pelas políticas públicas a partir de sua condição abjeta, de sua condição desnuda, em sua absoluta “marginalidade”, porque sempre está à margem da sociedade e das ações públicas, o que leva a extremos quase indescritíveis (Agamben, 2004).

“Em um dia de pesquisa, na “cracolândia”, observei um usuário que estava com a calça de jeans caindo; ela não se sustentava mais em seu corpo tão magro. Ele procurava de todo jeito algo que a fizesse parar na cintura. Tinha um pequeno alfinete

que já vinha usando há algum tempo para prendê-la, porém emagrecera ainda mais e o artefato já não era suficiente para suportar o tanto de pano que sobrava; tentava prendê-la e não conseguia. Ele então teve a idéia de tirar a camiseta, que já estava bem gasta, rasgar uma tira grossa e amarrá-la entre dois passantes da calça; só então a prendeu. Saiu dizendo que ia tentar conseguir uma camiseta grande o suficiente para encobrir o empapuçado da calça, fruto da estranha amarração. Assim que deu de costas, observei todo o dorso afinado e anguloso, ausente de curvas, com os ossos sobressalentes. Havia cicatrizes e marcas roxas. A pele parecia esticar-se apenas para cobrir o esqueleto. Outro usuário, percebendo minha observação, fez questão de me advertir: “é, quem usa muito crack fica só o pó” (Rui, 2012, pg. 272).

Não sei se há uma ressonância do campo de concentração aqui. Parece que a descrição da pesquisadora remete à figura do “muçulmano” dos campos de concentração nazistas: aquelas pessoas que pela sua abjeção estão colocadas entre vida e morte, mortos-vivos, mais mortos do que vivos, que não significam mais nada para ninguém, perderam sua identidade, sua humanidade, ficam largados esperando a hora do morte. O kappo do campo nem se digna em bater mais, porque não obtém mais resposta. O pária absoluto dentro de um espaço de produção de párias; pessoas que não provocam mais empatia. Dentro deste limiar de abjeção, as igrejas neopentecostais vão buscar suas novas ovelhas desgarradas; a chamada Cristolância produz uma retórica de salvação destes corpos tornados absolutamente matáveis, mas que podem renascer para uma nova vida e para um novo corpo (Trinta, 2017). A condição de abjeção merece, assim, uma reflexão mais detida: é preciso pensar estas questões sob a luz de uma conceptualização do corpo e da corporeidade do usuário.

Os corpos dos usuários de crack estão enlaçados por estas tramas complexas e terríveis que são as políticas públicas. É como se o corpo fosse produto delas, uma matéria sólida sobre a qual pesam estratégias preventivas e punitivas. Mas, nestas políticas, não se pensa nas trajetórias dos usuários, em suas identidades, em sua corporeidade. Pensar o corpo e a questão da abjeção do corpo do usuário de crack, portanto, é um problema urgente tanto para as políticas públicas, quanto para as Ciências Sociais. Estas características e estas questões são parte importante da reflexão que se segue.

3. CRACK, CORPOS ABJETOS E CORPOREIDADE

O presente capítulo pretende fazer uma discussão sobre a relação entre uso de crack e abjeção, a partir de uma discussão com as pesquisas etnográficas que analisam os territórios e os corpos dos usuários de crack. O interesse recai sobre como as pesquisas entendem o usuário de crack, tanto em termos de sua condição social, étnica/racial e de gênero, colocando ênfase no debate sobre o corpo e a corporeidade. Neste sentido, o capítulo procura mobilizar outras leituras, de caráter filosófico, para compreender de forma mais detida como é possível pensar o corpo em sua dimensão social, cultural e política.

3.1. Da moralidade à abjeção: capturas dos corpos dos usuários.

Sociologicamente, droga pode ser entendida como toda e qualquer substância, que produz algum efeito sobre o comportamento humano, cujo consumo é estimulado em algum momento, mas que depois é considerada nociva e seu consumo é controlado ou proibido. Mas a proibição não visa impedir a venda e o consumo da substância. Ao contrário, a proibição acaba estimulando um mercado paralelo e ilegal que tem por efeito não apenas ampliar o lucro econômico, mas também permitir a repressão e gestão de determinados grupos sociais marginalizados. Esses grupos são transformados em “viciados, dependentes, doentes, craqueiros ou noias”.

“O discurso da intolerância sobre o crack aparece como instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza em sua forma mais escancarada, da máscara “cracudo”, como moradores de rua, mendigos, pequenos ladrões, pichadores e usuários de drogas. O combate a esse segmento, o mais precariamente inserido da sociedade brasileira, considerado pelas ideologias dominantes “lixo e refugo humano”, indivíduo imprestável ao mundo do capital, do consumo, uma espécie de “ralé da ralé”, se traveste através do discurso intolerante de combate às drogas e ao crack. “A guerra às drogas”, precisamente, “a guerra ao crack”, é justificada na medida em que a droga aparece também como uma substância moral ou formadora de uma sociabilidade precária por si só. Em diversas abordagens midiáticas ocorre uma demonização da droga, que ganha certa vida: “crack escraviza”, “crack destrói”, “crack, a pedra da morte” (...) O craqueiro, cracudo, noia, zumbi, e todos os rótulos e estigmas utilizados para representar essa classificação de precariedade que perturba a ordem dominante.” (Rodrigues, 2016. pgs. 296/297/298).

A dependência é uma das características predominantes dos discursos sobre drogas. Ela é construída na relação entre os indivíduos, na interação com a substância e em razão da posição relativa dos indivíduos na estrutura da sociedade. A dependência, portanto, é uma construção do saber médico que justifica a intervenção sobre o corpo, a saúde e a vida do usuário.

A categoria social dos usuários de crack ganha então relevância: em geral, são vistos como aqueles indivíduos cujas características mais marcantes são a despersonalização e a ausência de cuidados de si. As pessoas que consomem crack são consideradas perigosas e

recebem características atribuidoras de sentido de caráter negativo. É possível mesmo perceber diferenças na maneira como o usuário é visto quando são considerados os marcadores de consumo de “pó” ou de “pedra”, ou se o consumo está atrelado a condições de classe, de raça ou de gênero¹⁵. O usuário acaba sendo identificado com os desclassificados sociais, como traficantes, moradores de rua, doentes mentais, prostitutas ou ladrões (Souza, 2016). A noção de “pedra”, associada ao crack é polissêmica, sendo usada por usuários e por diversos atores sociais que tem no crack as fontes de renda e subsistência simbólica. “Em torno da pedra estabelece-se um mercado paralelo, no qual objetos-símbolo – celular, roupa de marca, tênis etc. – viram fumaça, trocados por um preço correspondente ao valor social de quem os vende.” (Mayora, 2016 pg 152). Documentários e reportagens usam as expressões “uma pedra no caminho”, “o caminho da pedra” ao referirem-se ao crack.

Algumas pesquisas tentam enfrentar o problema da definição destes sujeitos, pois na maior parte eles são tematizados pelo caráter de sua abjeção. Corpos abjetos, que vivem no limite entre o humano e a natureza, entre civilização e barbárie, que não seguem as normas sociais da vergonha e da repugnância. As regras de etiqueta ou de decoro servem para proteger nosso sistema simbólico e social contra ameaças de contaminação física e social; estas regras foram construídas gradualmente para organizar as distâncias e as proximidades sociais e, mais do que isto, permitem manter a matéria, as forças e as pessoas em seus respectivos locais e assim funcionam como mecanismo de profilaxia e de controle social. O uso dos termos relativos à contaminação, neste sentido, é esclarecedor: droga, doença, patologia, sujeira, fedor, feiúra, desordem, ameaça, risco, perigo, poluição, nojo, vergonha, medo, bárbaro, selvagem, impuro, lixo, praga, peste (Douglas, 1976; Elias, 1990).

Conforme definição de Judith Butler (2001, pg. 155): “O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual – e em virtude do qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida.”; ou ainda “O

¹⁵ A pesquisa nacional sobre uso de crack aponta o seguinte: Oito em cada dez usuários regulares de crack são negros. Oito em cada dez não chegaram ao ensino médio; quatro em cada dez vivem em situação de rua; metade tem passagem pelo sistema prisional. As mulheres tem o mesmo perfil, acrescentando que 47% relataram histórico de violência sexual. A mortalidade de usuários de crack é 7 vezes superior à população geral, sendo os homicídios a causa de morte em 60% dos casos (cf. Bastos & Bertoni, 2014).

abjeto designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente “outro”. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do ‘não eu’ como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito (Butler, 2003, pg. 191).”

Não anormais, mas sim monstros, pois que escapam às classificações e às políticas públicas higienistas e normalizadoras (Foucault, 2001). Claro, os usuários são normalizáveis, a denominação de “usuário” já é uma representação que aponta nesta direção. Mas há algo de monstruoso no usuário de crack, de alguém que ultrapassou todos os limites, que não é mais sujeito, a despeito dos termos das políticas públicas que apontam “recomeço”, “redenção”, “salvação”. Eles são tematizados pelo corpo e são confrontados pelas políticas públicas de repressão (sem crime) ou de higiene (sem doença contagiosa). O processo é tão marcante que, os usuários se subjetivam como abjetos, que causam repulsa, desprezo ou medo (Rui, 2012).

“Ao falar dos usuários de crack (...) enfatiza-se tanto a descrição de traços e posturas corporais (...) quanto os atos “incomuns” que realizam (perder o emprego; prostituir-se em hotéis imundos e até debaixo de árvores, cobrar cinco reais pelo programa sexual; pagar um real pela tragada em um cachimbo já preparado; defecar na frente de todo mundo e deixar fezes humanas espalhadas pela calçada; fazer sexo em qualquer lugar; atacar os reclamantes de forma repulsiva: escarrando, abrindo suas feridas e vomitando em cima destes; fumando em tom desafiador debaixo de um chuveiro criado para afastá-los) (Rui, 2012: pg. 06)”.

Este é um dos objetivos principais da presente pesquisa: tentar compreender exatamente como os usuários se subjetivam, ou seja, como interpretam suas atitudes, veem seus corpos e compreendem o olhar do outro.

Segundo Rui:

“A alteridade é, em boa parte, dada pela sujeira. Ao longo da pesquisa, muito do sentimento de vergonha demonstrado por mim e pelos usuários, expresso no silêncio rápido, mas constrangedor, no desviar de olhos, num certo embaraço, estava ligado ao fato de eu estar limpa. Não poucas vezes, quando estendia a mão para cumprimentá-

los, ouvia de volta o pedido de desculpas, quase de recusa, por estarem sujas, seguido de uma mão que se juntava à minha de forma bastante tímida. Um tanto inconscientemente, comecei a ir a campo com roupas desgastadas e calçando tênis velhos, passei a não lavar os cabelos nos dias de pesquisa, não soltá-los, não utilizar adereços (como brincos ou colares) e não passar perfume. Achei que assim a minha limpeza não os afrontava tanto e não precisava gerar tanto desconforto. Em Campinas, como sempre fazíamos atividades no período da tarde, era comum eu almoçar em casa antes de seguir para o PRD. Uma vez, fiz macarrão com molho de tomate e alguns pingos grandes do molho sujaram minha camiseta. Nem passou pela minha cabeça trocá-la. Senti-me muito à vontade de transitar com ela pela linha férrea, ainda que tenha sido observada com certo estranhamento pelas pessoas que estavam no ônibus que me levou até lá. Nesse mesmo dia ainda, me vendo chegar suja para a atividade de campo, um dos redutores brincou: “é, já tá pegando o espírito da linha, hein?” (Rui, 2012, pg, 262).

Estas discussões talvez ajudem a compreender a mudança de foco da pesquisa das políticas públicas para a questão da corporalidade e da subjetividade dos usuários de crack.

“Somam-se também as doenças de pele, que são recorrentes. Muitas estão ligadas ao contato com as muquiranas, piolhos, sarnas que grudam e proliferam nos cobertores, nas roupas, nos cabelos e, sobretudo, nas orelhas (reclamação freqüente dos usuários, não é incomum notá-las carcomidas nos cantos). Do mesmo modo, vários são os casos de micoses que coçam, criam manchas e chegam a ferir o rosto, os braços, os pés, as barrigas. Frequentemente estão marcados por cicatrizes e por sinais de pancadas, queimaduras, facadas; machucados que, devido à falta de cuidado e de higiene, podem se tornar chagas purulentas, vermelhas... (Rui, 2012, pg 268)”.

Este desafio de compreensão passa necessariamente pelo processo de converter o conceito de abjeção num conceito político em que estão implicadas estratégias, conscientes ou não, por parte dos sujeitos de resistência e de não conformidade aos discursos de poder produzidos como tentativa de enquadrá-los em políticas públicas que, por enquanto, só tem feito tornar os usuários invisíveis à reflexão sociológica.

Trata-se de compreender esta relação entre os sujeitos e os corpos na perspectiva da subjetivação da infâmia e da abjeção, isto é, as estratégias de poder que dominam os diversos serviços que atuam sobre o corpo do usuário produzem esse rebaixamento de sua condição humana (Foucault, 2003). Mas é necessário, para efeitos da análise proposta aqui, recuperar os indivíduos desta construção monstruosa. Mais do que um pária que sofre estigma (Goffman, 2004), será que o usuário de crack, em sua corporalidade e em seu comportamento, efetivamente transgride as expectativas sociais? As teorizações entram em curto-circuito quando pensamos na condição extrema dos usuários de crack.

Entre 2012 e 2016, vários documentários alarmistas foram produzidos sobre a Cracolândia. Com algumas raras exceções, os trechos das entrevistas realizadas com usuários apontam que a Cracolândia é um inferno e a droga é diabólica. Falam do sofrimento provocado pela droga, da solidão e do isolamento, reafirmando o estigma de zumbi. As mulheres dizem que se prostituem; os homens vivem de expedientes ligados ao mundo do pequeno crime. Os usuários reconhecem na droga o motivo de destruição de suas vidas e o motivo por se tornarem párias sociais. Falam de si próprios como lixo ou como decaídos moralmente, pois assim parecem incorporar, como parte da construção de sua subjetividade e corporalidade, o discurso, o estigma e a abjeção em relação a sua condição identitária de noia.

Um nóia é, segundo os usuários e abstratamente, uma pessoa que traz em primeiro plano uma imagem degradada, produzida gradualmente a partir da combinação de uso intenso da droga, sujeira, marcas de desgaste e emagrecimento. Ou seja, porções extremas de todos esses “ingredientes” resultam em uma corporalidade repulsiva, a qual se atribui falhas morais. Figura tão deplorável, é mais um atributo do que propriamente uma materialização: um nóia é aquilo que não se deve ser, aquilo que o próprio nóia não quer ser (...) Por isso, se ouve com muito maior frequência a acusação de que alguém é nóia, do que alguém chamando a si mesmo de nóia. É como se sua existência fosse tão ilegítima, tão desconsiderada enquanto “vida”, que não consegue nem se materializar (Rui, 2012, pg. 279-280).

No entanto, no programa Profissão Repórter, os usuários percebem-se, não lhes falta discernimento. Os usuários sabem que sua aparência, sua atitude, sua presença e sua visibilidade incomodam os outros. Apontam, em geral, que a droga é responsável pela perda da família, do trabalho, do amor-próprio. O usuário fala de perdas, a rua e, mais especificamente, a cracolândia parece ser lócus de mobilidade, misturada a uma visibilidade-

invisibilidade¹⁶. As crackolândias tornaram-se cenas comuns nas principais cidades brasileiras, nas duas últimas décadas. E mais recentemente, vários espaços urbanos “vazios” passaram a ser ocupados pelos usuários de drogas, particularmente o crack, criando uma pressão sobre os governos e planejadores urbanos para buscarem soluções para o que consideram um problema urbano porque ajudam a desvalorizar os territórios. Mas, como já foi apontado. As crackolândias são constituídas por uma territorialidade itinerante, as políticas públicas apenas empurram estes territórios de um espaço para outro (Frúgoli Jr & Spaggiari, 2010). No documentário *A Liga*, é possível perceber com mais clareza os diferentes discursos dos usuários. Ao acompanhar a rotina de um usuário de crack chamado de Paulo, que se autodenomina de 13. A entrevista se dá nas ruas da periferia da Zona Norte de São Paulo, onde Paulo é tatuador, grafiteiro e vive da sua arte para comprar crack. Ele diz que trabalha melhor quando fuma e em sua comunidade, assume que é usuário. Os moradores da comunidade contratam seus serviços, pagando valores modestos por sua “arte”. Além de usuário de crack ele também bebe cachaça. Ele começou a usar em razão de problemas familiares e diz abertamente que gosta de fumar. Disse que vai fumar até morrer. Não estaria aí uma atitude de consciência de sua situação, que não confirma a visão de “zumbi” atribuída a ele?

Taniele Rui observa o uso da expressão “nessa situação” por muitos usuários quando não querem encontrar com seus familiares, conhecidos ou redutores de danos por estarem em condições que não consideram adequadas. Há, segundo a autora, no emprego dessa expressão, uma forma de referência muito negativa e um pressuposto de que é evidente o que significa estar “nessa situação” (Rui, 2012, p. 262). Explorando diversos casos e relatos etnográficos, Rui aponta que o termo se refere a determinadas marcas corporais, como sujeira, dentes e dedos marcados, lábios machucados, voz rouca e perda de peso, relacionadas tanto a morar nas ruas quanto ao consumo de crack, que são muito difíceis de esconder (Rui, 2012, p. 272). Mas, ao mesmo tempo, “nessa situação” pode significar a consciência dos sujeitos de sua condição de abjeção e, ao mesmo tempo, um inconformismo com esta situação. Precisamos ir além da abjeção, pois ela é uma categoria atribuidora de sentidos negativos, que faz parte do discurso majoritário que pretende tirar do usuário de crack sua condição de agência.

Considerando a perspectiva da sociologia dos papéis sociais, todas as pessoas usam máscaras (persona) porque estas tornam as relações suportáveis, na medida em que são

¹⁶ Observa-se mais do que isto que os espaços das crackolândias também podem ser compreendidos como lócus de resignificação das trajetórias dos usuários ou como lugares de refúgio em relação ao espaço mais amplo e inseguro da cidade (Trinta, 2017).

intercambiáveis e compreensíveis no interior da racionalidade das regras dos papéis sociais que são desempenhados. Sem as máscaras, é a ruína, as relações ficam abertas, verdadeiras feridas não cicatrizadas. A sociabilidade é um jogo de máscaras necessárias porque as relações não se sobrecarregam pela tirania da intimidade (Sennett, 2014). Norbert Elias (1990, pg. 131) também reflete sobre os papéis sociais: “Do ponto de partida tangível da máscara desenvolveram-se, pois, nuances de sentidos de persona, como as referentes ao papel de um ator ou ao caráter da pessoa por ele representada”.

Sendo assim, o usuário de crack desnuda a ficção socialmente necessária dos papéis porque vive uma vida sem máscaras, na radicalidade de sua interação com a substância? Por esta razão, não é apenas a abjeção (já que outros personagens sociais também são portadores de monstruosidades, como a loucura, a deformação, as sexualidades abjetas etc) que caracteriza o usuário (Butler, 2003). No sentido mais estrito, o que causa pânico em relação à condição e ao corpo dos usuários é que eles talvez não sejam normalizáveis, pois não se submetem às estratégias das políticas públicas, como os moradores de rua, por exemplo, com os quais compartilham uma identidade problemática (Frangella, 2009)? O exemplo da Cracolândia de São Paulo é muito elucidativo porque é possível ver que a questão é como os usuários se percebem, buscam estratégias de vida, conhecimentos e entendem sua interação com a droga.

Todo um universo social e existencial existe nestes territórios e a Cracolândia de São Paulo é paradigmática. “A Cracolândia oferece recursos, fontes de renda, tratamentos de saúde e para a ‘dependência química’, além de uma sociabilidade alternativa a da família de origem, - a qual muita das vezes é lócus de relações violentas - que produz laços afetivos e de parentesco o tempo todo (irmãos, netos, maridos e esposas.) (...) Para além de todo sofrimento social também condensado ali, são produzidas redes de relações, de alianças e de trocas que minimizam dores e que fazem circular ajudas mútuas, afetos e também informações. Relações que produzem fluxos e vínculos interpessoais e com o espaço, além de produzirem regulações e ordenamentos” (Rui, 2012: pg 112). Ou seja, importante enfrentar o desafio de pensar o usuário de crack como categoria social, como grupo, afinal, “uma categoria, então, pode funcionar no sentido de favorecer entre seus membros as relações e formação de grupo, mas sem que seu conjunto total de membros constitua um grupo (Goffman, 2004, p.33).” Será este o caso?

O estigma do usuário está atrelado a sua posição de subalternidade e de periculosidade. O usuário de crack é, antes de tudo, o símbolo e a razão do discurso que coloca na dependência química a responsabilidade pelo perigo representado pelas drogas. O

usuário de crack é aquele que é produzido pelo próprio dispositivo da dependência: mesmo os familiares e os amigos se apropriam do discurso médico para justificar a intervenção psiquiátrica.

“Diferentemente de muitos grupos estudados pelos antropólogos, os usuários de crack não reivindicam uma identidade política ou cultural, não são testemunhas ou sobreviventes de um grande “evento crítico” e não se organizam a ponto de exigir dos pesquisadores fidelidade à sua causa nem um compromisso ético e legal na fala pública sobre eles” (Rui, 2012. Pg. 50).

Numa sociedade que define seus membros pelo critério utilitário do trabalho e da moralidade familiar, as pessoas que estão em movimento, perambulantes e supostamente sem propósitos, tornam-se alvo da obsessão securitária que pretende proibir, cercar ou e induzir os comportamentos inconformistas, reduzindo-os à abjeção (Souza, 2016).

Os discursos procuram enquadrar os usuários no crime, na doença, na queda moral. Ao usuário, drogado ou "noia" é negada uma subjetividade, uma existência livre, uma existência ética. São sujeitos subalternos no sentido mais estrito da palavra. Na condição de subalterno, de abjeto, os usuários caem nas malhas de uma vida sem subjetividade, sendo passíveis de internação e tratamento compulsórios ou são subjetivados como aqueles que precisam encontrar seu caminho, mesmo que isto represente serem submetidos ao mercado da fé.

“Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com os outros, e que é, certamente, um componente do *habitus* social – um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social” (Elias, 1990, p.150).

O *habitus* social refere-se às disposições físicas, sociais e mentais que compõem o quadro geral da identidade individual ou coletiva. O indivíduo constrói sua identidade dentro de uma configuração social específica e, assim, pode estabelecer relações simbólicas de pertencimento ou de não pertencimento a uma comunidade ou grupo. O mesmo vale para as atribuições de sentido que têm a direção oposta, ou seja, os processos sociais que envolvem

estigma, segundo os quais a sociedade atribui, a certos indivíduos ou grupos, características que os colocam em posições sociais determinadas. Sendo assim, para efeitos deste projeto, as noções de *habitus* social de Elias (1990) e de estigma de Goffman (2004) podem ser consideradas em seu conjunto, sendo que para o último autor, o estigma é uma forma de *habitus* social degradado.

Sendo assim, a categoria “usuário de drogas” pertence a toda uma estratégia biopolítica que ao mesmo tempo captura os usuários pela via da abjeção como também os torna objeto de custosas e problemáticas políticas públicas. Assim, o usuário longe de ser visto como um criminoso segundo o direito clássico, agora é visto como doença do corpo social, isto é, antes de cometer o crime ou a prática de abjeções, o usuário já tem em si, em sua subjetividade as marcar do futuro estigma.

"A questão do ilegal e a questão do anormal, ou ainda, a do criminoso e a do patológico, passam portanto a ficar ligadas, e isso não se dá a partir de uma nova ideologia própria, nem de um aparelho estatal, mas em um função de uma tecnologia que caracteriza as novas regras da economia do poder de punir." (Foucault; 2014, pg 78)

Nessa passagem, Foucault mostra que nas separações entre as categorias está o lugar daqueles que providos e dos desprovidos de condição para ter lugar de fala e como parte do corpo social. Do crime, passamos para a patologização do criminoso, daquele que subverte as leis, daquele que vive de forma nômade. Esta de um lado possibilita espaços e discursos de captura e de tratamento, mas também de estranhamento e de exclusão. Como se não devesse pertencer, como um desvio de responsabilidade pessoal. As áreas *psi* foram criadas dentro deste contexto de colocar o problema na ordem da individualidade anormal. Afinal,

"As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno das quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida." (Foucault, 2017, pg. 150)

O território do usuário e sua experiência em relação às drogas podem ser problematizados a partir das categorias analisadas pela antropóloga americana Mary Douglas (1976). Segundo a autora, as categorias culturais estruturantes da vida social, como pureza e

perigo, dependem da maneira como as sociedades dispõem objetos, coisas, pessoas e sentidos dentro de um quadro de aceitabilidade. Nada, na vida social, tem valor em si mesmo, nada é ruim ou mal de forma essencial. Os pares culturais são intercambiáveis em razão dos valores e das experiências sociais. Sendo assim, a terra pode ser considerada impura se estiver disposta em lugar errado, como sobre a mesa da sala de jantar. O sangue pode ser considerado impuro para uma cultura e sagrado para outra. Mesmo a categoria de experiência do sagrado em nossa cultura passa por estes intercâmbios; por exemplo, o sangue é considerado impuro nos hospitais e na religião, mas é o sangue que é a fonte da vida e é o sangue que é matéria da purificação ritual no catolicismo, afinal é o sangue de Cristo que é reencenado no início da liturgia da missa. O sangue é objeto consagrado, ou seja, o sagrado é obtido por meio de um ritual que, em sua origem, é um ritual de derramamento de sangue. Neste sentido, o sangue menstrual é sujo, mas o sangue derramado no altar para fins de sacrifício é puro. Sendo assim, nas sociedades complexas, o discurso de pureza racial, que emerge de um discurso mais antigo que separa os nobres (puros) dos plebeus (impuros) também recorta o campo social e o campo simbólico promovendo dissimetrias e tomadas de posição que não só sustentam o racismo como também justificam processo de extermínio: formas de purificação da raça ou de um determinado grupo¹⁷:

“Concebemos a impureza como uma espécie de compêndio de elementos repelidos pelos nossos sistemas ordenados. A impureza é uma ideia relativa. Estes sapatos não são impuros em si mesmos, mas é impuro pô-los sobre a mesa de jantar; estes alimentos não são impuros em si, mas é impuro deixar os utensílios de cozinha num quarto de dormir. (...); os objetos da casa de banho não estão no seu devido lugar se estiverem na sala de visitas; o mesmo é válido para as roupas abandonadas sobre uma cadeira; para coisas da rua que estão dentro de casa, para objetos do primeiro andar que estão no rés-do-chão; para as roupas de baixo que aparecem onde devia aparecer roupa de cima, e por aí adiante. Em suma, o nosso comportamento face à poluição consiste em condenar qualquer objeto ou qualquer ideia suscetível de lançar confusão ou de contradizer as nossas preciosas classificações (Douglas, 1976. Pg 30).”

¹⁷ No caso específico de São Paulo, há uma verdadeira disputa pelo corpo do usuário de crack. A Cracolândia é assediada pelas áreas da saúde, do serviço social, da polícia e pelos evangélicos da cristolândia (Trinta, 2017). Mais especificamente, a Cracolândia é um espaço demarcado pelo sagrado e pelo profano, onde as vítimas sacrificais têm seu corpo imolado e podem ser mortas sem que isto se torne assassinato, um laboratório do estado de exceção (Agamben, 2016).

Norbert Elias (1990), neste sentido, também nos ajuda a pensar estas questões quando, ao refletir sobre as mudanças estruturais promovidas pelo processo civilizador ocidental, coloca o problema da interiorização dos controles sociais na forma de comportamentos compulsivos que se definem a partir da vergonha e da repugnância. A vergonha do corpo e a repugnância em relação às suas excrecências definiram o padrão de higiene e de limpeza das sociedades ocidentais de uma forma tão profunda que acaba repercutindo até nos padrões estéticos que valorizam a pureza em detrimento da sujeira, a ordem em detrimento do caos etc. Sendo assim, o dispositivo da dependência opera também com categorias polarizadas e saúde e doença, puro e impuro, limpo e sujo no que se refere às substâncias consideradas drogas (as lícitas são puras e as ilícitas são impuras, as lícitas são medicamentos e as ilícitas são drogas) e às pessoas e grupos que fazem uso (drogado é sujo; usuário de drogas significa perigo social). São associações claras que identificam pessoas ao lixo e às sujidades corporais das classes marginalizadas e outras à pureza e à limpeza das classes altas da sociedade (Raupp, 2011; Douglas, 1976).

“O usuário de crack é apresentado pela mídia como um ser perverso, compulsivo, sujo, um alucinado capaz de qualquer coisa para obter a droga, com poucos momentos de lucidez, alguém inconfiável para exercer qualquer atividade fora do “mundo das drogas” – como se houvesse um mundo exclusivamente destinado a essa população. A periculosidade do usuário do crack é pensada como um aspecto de sua personalidade, fazendo deste um monstro moral” (Rodrigues, 2016. pg. 294).

A tarefa de descrever empiricamente a corporalidade abjeta, segundo Rui (2012), foi um de seus principais desafios de pesquisa. Por um lado, isso significa decifrar o que faz alguns serem considerados “noias” e outros não, e por outro, abordar características visíveis (Rui, 2012, p. 284). A sujeira (Rui, 2012, p. 263-264) é o primeiro desses elementos e condiz tanto com a experiência de viver nas ruas quanto com a de consumir o crack (Rui, 2012, p. 269), sendo representada pelos cabelos sebosos, roupas encardidas, pele suja e com crostas, além do cheiro forte. Mas, aponta a autora, existem especificidades relacionadas ao uso constante do crack (Rui, 2012, p. 269), das quais destaca as quatro mais importantes: dentes e dedos com manchas amarelas; lábios machucados e rachados; perda de peso; e voz rouca

(Rui, 2012, p. 270). São marcas consequentes dos efeitos concretos da substância com o consumo repetido, que se cravam nos corpos de alguns usuários (Rui, 2012, p. 272).

Em conjunto, os casos mostram que, da perspectiva dos usuários e nos cenários de uso, há níveis distintos de engajamento com o crack. Cada um deles é produto e produtor de diferentes atributos físicos e morais, que, por sua vez, demarcam fronteiras internas bastante miúdas. Se há sempre alguém melhor, há também alguém que se encontra em posição pior. Independente de serem conscientes ou não, o ponto é que, com suas práticas, corpos e discursos, os usuários de crack vão tentando se posicionar em meio a esses atributos e reinventando sua própria existência (Rui, 2012, pg. 283). É a presença e conjunção dessas marcas corporais que faz o usuário se aproximar ou se afastar da condição de “noia”. Ou seja, esses traços são importantes por indicar, visualmente, tipos de consumo e de usuários de crack, permitindo distinguir uns de outros, uma classificação que envolve valorações morais e simbólicas (Nasser, 2018, pg. 264).

Segundo Rui, a característica do “abjeto” está diretamente imbricada a formas de classificação por utilizar categorias para definir o corpo de uns, distinguindo-os de outros. A abjeção tem como signo mais evidente a sujeira corporal: “Quanto maior o tempo em que passam a ficar continuamente na rua, maior a espessura da sujeira. Nesse processo, os pés vão se tornando ásperos e empoeirados, as unhas ficam pretas, grossas e grandes, os cabelos apresentam-se rançosos, as peles se tornam encardidas, manchadas, opacas e ressecadas, em alguns casos, cheias de espinha ou feridas, os olhos e os ouvidos apresentam-se com remelas. Quem vivencia no corpo esse processo não fica alheio a ele. Ao contrário, e como venho apontando, com grande frequência os indivíduos assumem que estão “sujos” (Rui, 2012, pg. 264).”

Baseando-se na teoria de Alba Zaluar sobre a exclusão, Rui explica que toda classificação produz exclusão e isso é uma questão de ordem teórica, sendo necessário analisar como se manifesta na prática política. A classificação das pessoas da Cracolândia em graus de vulnerabilidade implicou a inclusão de alguns nos programas assistenciais e na exclusão de outros (Nasser, 2018).

Ao longo de toda a tese, venho mostrando que o nóia, tomado externamente como abjeto, é limite de uma série de relações, produto e produtor de várias e diferentes gestões. Atiça e se submete a disputas terapêuticas. Demanda e tolera ingerências do tráfico de drogas. Incita e padece de intervenções urbanas, ora repressivas, ora

assistenciais. Meu principal argumento é o de que não é possível pensar em todo esse efeito público e político sem levar em conta o fato de que ele se liga intimamente à rejeição ou à comiseração diante de uma corporalidade específica, que materializa um tipo social, uma pessoa, que, por sua vez, nos obriga a refletir acerca dos limites da experiência humana (Rui, 2012, pg 248).

O usuário de crack não é visto como apenas um doente, mas como um doente perigoso que propaga um risco social em razão não apenas em relação ao que consome, mas também em relação ao seu comportamento abjeto e infame. Mais ainda, ele representa uma ameaça política na medida em que questiona os limites e as fronteiras dos comportamentos socialmente aceitos? Portanto, a presente pesquisa não pretende reproduzir os termos pejorativos relacionados ao usuário. É importante observar as carreiras morais dos usuários e como são submetidos a estratégias de poder. “Os usuários de crack não assistem passivamente ao definimento de seus corpos. Ao contrário, eles fazem isso com os próprios corpos – o que não significa que se trata de um projeto pessoal, tampouco os impede de manifestarem uma abjeção consigo mesmos” (Rui, 2012. Pg 249). Ou seja, tomar a abjeção como um estigma que incide sobre corpos, sexualidade e atitudes. O usuário é um sujeito que estabelece relações radicais com as drogas, com seu próprio corpo, com o território e com as políticas públicas. Tomando os usuários como categoria política, pode-se ir além do estigma; o usuário passa então a ser visto como infame que vive sua infâmia sem glória.

“Nessa perspectiva consideramos que o trabalho etnográfico e a antropologia podem contribuir para realizar um testemunho a partir das interfaces entre as ações públicas e o espaço de sofrimento de grupos como as populações em situação de rua, e outras como os egressos do sistema penitenciário, moradores de cortiços e ocupações que vão encontrar em um espaço como o da cracolândia, diferentes formas e significados para o uso de drogas lícitas ou ilícitas, mas também formas de sociabilidades, afetividades, emoções e também poder realizar aí um sistema de trocas e de vendas de produtos como recicláveis, pequenos objetos e drogas, que possibilitam viver o cotidiano de cada dia. (Silva e Adorno, 2013. Pg 23).”

Retomando, o que está em jogo neste estudo é a constituição de um dispositivo de risco relacionado ao consumo de drogas, particularmente o crack. A proibição da droga não

inibe, na verdade estimula a compulsão ao consumo¹⁸. Dentro do quadro geral da sociologia, os discursos sobre drogas podem ser analisados a partir da chave do dispositivo do risco, que faz operar as noções de proibição e de dependência; este mesmo dispositivo permite compreender o discurso em termos de sua articulação binária (direito ou saúde; polícia ou medicina; proibir ou liberar; droga pesada ou droga leve; medicamento ou droga; uso recreativo ou médico; droga pura ou impura; usuário ou nória etc) que constitui o campo. O debate então gira em torno de uma epidemia de crack, da repressão ao tráfico e de políticas de redução de danos ou de desintoxicação, que passam por instituições e entidades, públicas, privadas e religiosas, que disputam os corpos dos usuários¹⁹. Mas o debate em geral não leva em consideração os sujeitos e sua relação com a substância, nem como estes sujeitos significam suas vidas a partir do momento em que são designados como “drogados” ou “craqueiros”.

“Enquanto alguns conseguem, durante a exaustão, voltar para os lugares de descanso ou procurar instituições a fim de adormecer, se alimentar e se hidratar, outros acabam se ajeitando nas ruas. Outros ainda desmaiam. Tão esgotados, não é incomum vê-los imóveis, deitados e esparramados por ruas e calçadas, inclusive sob sol forte. Em campo, certa vez um usuário me contou que usara tanto crack “duas semanas atrás”, que ficou desacordado, desmaiado no calçadão, bem no centro de São Paulo. Disse-me que não sabia como chegou ao hospital. Quando acordou, já estava lá. Provavelmente algum transeunte chamou o Serviço de Ambulância Móvel para atendê-lo no local.”

Esta descrição que nos leva a ficar tristes com a situação dos usuários de crack, não pode impedir de pensarmos que muitas pessoas chegam a estes limites extremos por outras razões, o trabalho, por exemplo, ou em outros espaços, nos espaços protegidos de suas casas, das academias, das praças de esporte. Como evitar que a análise sobre a situação de

¹⁸ Aqui, compulsão está sendo tratada como um conceito sociológico atrelado à sociedade de risco, portanto, tendo um papel predominante na disseminação da droga dentro do quadro de um dispositivo que diz que proíbe, mas que na verdade traduz os comportamentos como compulsão. Neste sentido, todas as pessoas numa sociedade de risco são compulsivas, ou seja, têm uma tendência ao consumo e ao consumismo (Bauman, 2000).

¹⁹ O alarmismo é característica da cobertura da imprensa sobre o crack. Em geral, a metáfora da epidemia é acionada para ampliar o foco no problema. Ver a matéria: “Crack ameaça 558 das 645 cidades de São Paulo”. Cf. <https://www.metrojornal.com.br/foco/2017/05/29/crack-ameaca-558-das-645-cidades-sao-paulo.html> Acesso em 10/02/2020.

precariedade de saúde e da “escolha” de uma vida arriscada, não seja associada de forma natural e pejorativa apenas à condição do noia?

“Quanto a tais cenas, há que se observar que a ausência de uma efetiva tentativa pública de acolhê-los nesse momento também contribui para o descanso nas ruas. Não há, por exemplo, locais públicos aos quais os usuários possam se dirigir para repousar quando sentem necessidade, assim como os *chill-outs* (espaços de descanso e lazer) presentes em toda festa *rave*. Os albergues existentes, além de não possuírem vagas suficientes, trabalham geralmente com horários fixos para entrada e saída. Tais horários nem sempre correspondem aos horários de exaustão. (Rui, 2012, pg. 275-276)”.

Esta é a abordagem de redução de danos (RD). Criar espaços seguros para que os usuários superem os efeitos da droga de forma segura e envolvendo cuidados. Evidente que as políticas públicas não estão totalmente preparadas para dar todo este tipo de suporte. Mas talvez a questão não seja esta do cuidado minimizador de efeitos adversos. A questão é como superar esta lógica da redução de danos e assistencial e pensar a questão a partir de sua dimensão propriamente política?

Neste sentido, a perspectiva de uma genealogia do poder, de um processo de constituição de sujeitos, das interações sociais por parte de grupos considerados infames, abjetos ou estigmatizados é que sustenta metodologicamente a presente pesquisa (Foucault, 2003; 1999; Goffman, 2004; Rui, 2012). Os usuários de crack só podem ser analisados a partir das relações de poder que se instauram nos espaços institucionais da saúde pública, da saúde mental e das instituições judiciárias, pois estas relações não apenas condicionam seus espaços de circulação e sua identidade “degradada”, como também são o ponto de inflexão de sua relação de identidade pessoal e com a droga. “Ainda permanece a dificuldade metodológica de como explorar empiricamente a ambiguidade do corpo simultaneamente enquanto corporalidade, sensibilidade, objetividade e pessoalidade, construídas histórica e socialmente” (Rui, 2012, Pg 248). Os usuários, em suas relações e em seus corpos, conformam uma identidade ao mesmo tempo abjeta e infame, que pode ser descrita a partir do mecanismo do estigma (Goffman, 2004). São sujeitos de uma corporalidade, de um comportamento e de uma subjetividade que provocam repulsa, indignação e reprovação.

“Tal como a apreendo, uma boa análise dessas “situações” supõe, primeiramente, não separar o que se refere ao consumo de crack do que se refere à ausência de possibilidades de zelo corporal dada pela própria condição de estar nas ruas, não só porque esta é a experiência desses sujeitos, mas também, aumentando o escopo indutivo, porque já é sabido que, desde que chegou ao país, o crack é uma droga que se liga fortemente ao cotidiano da população urbana desabrigada (embora não só). Enfatizo que me abstenho da procura por uma causalidade, ainda que saiba dos efeitos significativos dela tanto para a história biográfica quanto para a história urbana. Aqui, porém, trabalho com a dupla via: o crack pode tanto ser uma possibilidade para quem já frequentava as ruas, quanto pode levar indivíduos a esta condição.”

Portanto, pela análise da autora, a condição do usuário o prende a um destino terrível porque tanto pode ser resultado da errância, da perda das referências socialmente aprovadas, como pode resultar nesta condição. Uma análise sociológica mais detida deve tentar ultrapassar esta circularidade. Mesmo porque as experiências históricas sobre abjeção mostram que não há limite e que o usuário caracterizado em sua abjeção não está sozinho e não é limite, é passagem, é condição de possibilidade para uma vida qualificada para além da politização da vida e da politização da morte (Agamben, 2004).

“Uma vez na rua, o despojamento corporal, o consumo contínuo da droga, a falta de asseio diário e a ausência de proteção noturna, juntos, denotam com mais evidência a situação a que chegaram. Do modo como os usuários a observam, ela materializa as escolhas realizadas ao longo da vida, o envolvimento com a substância, a estada nas ruas; materializa, ainda, uma falha moral. Longe de configurar apenas um constructo analítico, olhar para esses corpos “nessa situação” é condição sine qua non para o entendimento desses atores sociais (Rui, 2012, pg 261-262)”.

Estas são algumas das indicações que merecem ser problematizadas. O usuário assimila o discurso médico, psiquiátrico e policial. Ele em geral tem consciência de que está percorrendo um caminho perigoso e que sua existência abjeta provoca repulsa por parte da sociedade. Mas não podemos, analiticamente, considerar isto como um destino inevitável. As identidades se produzem na relação com outras identidades. Em termos mais específicos,

como pensar os corpos dos usuários a partir desta condição extrema provocada pelo uso do crack sem cair no discurso da dependência e de seus efeitos perversos? Como pensar estas situações em que o usuário parece simplesmente se entregar como corpo quase inerte e incorporar para si um discurso de recriminação? Como pensar este corpo que não apenas se destrói, mas que se recompõe a partir de uma outra lógica que não é necessariamente acessível a quem observa de fora? Como pensar os sujeitos diante desta condição de absoluto estranhamento que é também uma condição que julga e que exige? O exercício de Michel Foucault e de Giorgio Agamben é importante neste contexto, na medida em que articulam a “abjeção” à condição política, à utilidade biopolítica, à definição dos limites entre quem merece viver e quem merece morrer. Entre como os corpos são governados em termos do seu potencial de vida e de morte. Em como é possível estabelecer limites fluídos que ao mesmo tempo justificam ou proíbem a morte e o estado de exceção. O noia, caracterizado pelas políticas públicas e pelas pesquisas acadêmicas, pela sua abjeção, pela suposta perda de referência morais, sociais, jurídica e higiênicas, não seria, portanto, o limite extremo da atual tatano-política?

3.2. Errâncias e resistências, pensar o corpo e a corporeidade ²⁰.

“Há, na corporalidade humana e na natureza do homem, de modo geral, segundo as leituras que delas fazem as sociedades, uma contradição fundamental: a de ser o homem ao mesmo tempo um ser da natureza (isto é, um animal) e algo diferente de um animal (um ser cultural). Ao erigir-se em símbolo da estrutura social, o corpo, simultaneamente natureza e representante da cultura, condensa em si esta ambigüidade, e reproduz simbolicamente, e ao mesmo tempo, o que a sociedade deseja e o que a sociedade teme, as forças fastas e as forças nefastas. Paralelamente culturalizado e rebelde ao controle cultural, o corpo é "bom para pensar" a dualidade da estrutura social, exprimindo, no que é corporalmente "puro" e "impuro", respectivamente, o que a sociedade quer ou não quer ser. (Rodrigues, 1979. Pg. 166)”

Então, quando falamos de corpos, estamos nos referindo a que mesmo? O corpo parece óbvio em sua materialidade biofisiológica. O corpo parece ser um *a priori* a toda construção sociocultural, uma evidência empírica. Mas é isso mesmo? O corpo está no centro do debate sobre natureza e cultura e, neste sentido, ele é campo de significações e de disputas de sentido. Será, portanto, necessária uma reflexão mais detida sobre esta questão do papel do corpo e da corporeidade em nossa sociedade e, mais especificamente, a ambivalência do corpo “drogado” e de seu potencial político. A noção de corpo que temos hoje no que diz respeito a sujo e limpo surge na virada dos séculos XIX-XX. Por conta da descoberta do mundo microbiano, é necessário um suporte para esse novo olhar sobre a limpeza. O higienismo aguçado que considera a limpeza a base da higiene e o meio para afastar todo risco invisível e micro. Momento que a própria percepção do olhar não permite descobrir o “sujo”, é necessário suspeitar mesmo da água que se encontra translúcida (Vigarello, 2005).

“Corpo e limpeza estão, seja como for, comprometidos com novas representações, no final do século XIX, bem como com novas práticas. [...] As novas práticas do banho e da água no final do século supõem uma total conversão do imaginário do corpo. Supõem uma profunda redistribuição do espaço também: uma

²⁰ Este capítulo está fortemente inspirado no trabalho de Frangella, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009, cujas análises são muito interessantes e contemporâneas. Uma discussão mais detida desta obra ainda merece ser realizada no contexto da presente dissertação.

nova maneira de fazer o corpo passar por fluxos que o mantém, “reconfortam”, seja na intimidade das moradias da elite, seja na funcionalidade dos estabelecimentos para todos.” (Vigarello, 2005, p.392)

São inúmeros os exemplos, pois todo grupo possui determinados sistemas de significados que são atribuídos por seus membros. A palavra é sempre poder. De acordo com Jaques Sémelin, todas as sociedades podem evoluir para a mais pura barbárie humana, no sentido concebido por Levi-Strauss: “O bárbaro é, antes de tudo, o homem que crê na barbárie” (apud Sémelin, 2009).

São corpos que incomodam, são marcas, valores, crenças, modo de subjetivar a própria existência. Vidas que não merecem ser vividas são marcadas pelo grupo que viola. O que interessa para Sémelin é saber como esses agentes transformam tais sentimentos, ao ponto de existir um comum interesse de não ser correto matar alguém, embora seja permitido fazer guerra. A guerra também não é apenas entre nações, ocorre entre não combatentes, os massacres são referentes a um grupo que está em casa, em seu território. Guerra contra um inimigo que precisa ser eliminado. Uma repugnância para espécie que deixa de ser humana e é assemelhada a algo abjeto.

Foucault propõe analisar o poder político, no nível dos mecanismos, das técnicas, das tecnologias de poder. As técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo individual até o século XVIII:

“São esses fenômenos que se começa a levar em conta no final do século XVIII e que trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior de higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população.” (Foucault, 2016 p.205)

Sémelin se propõe compreender a ideia de genocídio: crimes de guerra, contra humanidade, os massacres, genocídios como um fenômeno histórico, e os mecanismos que possibilitam tamanha destruição de grupos inteiros. O interesse de Sémelin é entender os mecanismos, ou melhor, como a angústia do outro existir fora do padrão ideal, gera um desejo de destruir. De modo que essa angústia passa a desejar a morte do outro. Há, neste sentido, a apresentação da figura do inimigo como assustador ou mesmo diabólico.

Angústia sobre um inimigo já considerado um morto no sentido de direito à vida. São vidas não percebidas como tal; são corpos marcados cuja significação determina seu lugar no espaço social. É a carne que fala, grita, que repugna os olhos de quem vê. Que faz arder as narinas de quem passa perto, que causa pânico por meio da sua própria existência. Todo um imaginário alimenta diferentes maneiras de perceber uma condição de inexistência gritante: isso. Não existe, mas grita! As pessoas que vivem na rua, não moram em lugar algum. Isso ocorre com muitas por inúmeros fatores, dentre os quais prefiro não listar, alguns surgem na ideia como motivo, mas só a experiência é capaz de chegar perto dos motivos subjetivos de cada ser. Inexistência por parte de toda tentativa em apagar, conter, afastar, esconder tais existências que, por mais que sejam invisibilizadas por não possuírem voz nem escolhas, é exatamente o problema, uma aparência que grita, que não está imperceptível.

A corporeidade de pessoa em situação é única, mas todas carregam as marcas da exposição de seus corpos. O que acontece com um não ocorre com outra pessoa. Uma vida que experimenta determinadas sensações carrega as marcas da experiência e não tem por onde disfarçar, esconder seu lugar, sendo que seu lugar de pessoa é eliminado por um imaginário que requer distanciar os aspectos humanos. Usuários são doentes, são problemáticos, são zumbis?

Le Breton (2012a) propõe uma genealogia do corpo e dos imaginários sociais que agem sobre o corpo. Sem isso a Sociologia não deve apropriar-se do termo sem as devidas análises. O que pode colaborar para compreender de que modo o estigma opera no imaginário social. O poder do imaginário social por meio de uma memória coletiva, rituais, discursos, constituem-se como ideologias/crenças na humilhação que reduz o outro a um ser infame, a um corpo passível de tortura e violação. Ou seja, um corpo doente que invade a decência de um grupo.

“Os agentes que sabem usar essa arma do imaginário têm, em todo caso, uma arma poderosa que lhes permite pensar em conquista do poder.” (Sémelin, 2009, p.38)

Até mesmo nas políticas públicas, o alvo é o corpo. É o corpo que incomoda que cheira mal que entra nos lugares, a pessoa, enquanto ser; indivíduo, alguém, está fora de alcance e olhar justamente por ora e efeito de todo um dispositivo de controle que articula a constituição política dos corpos.

“As representações do corpo são representações da pessoa. [...] O corpo parece explicar-se a si mesmo, mas nada é mais enganoso. O corpo é socialmente construído, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam seu funcionamento ou nas relações que mantém com o homem que encarna. A característica do corpo, longe de ser unanimidade nas sociedades humanas, revela-se surpreendentemente difícil e suscita várias questões epistemológicas. O corpo é uma falsa evidência, não é um dado inequívoco, mas o efeito de uma elaboração social e cultural.” (Le Breton, 2012a, p. 26)

Sendo assim, o autor propõe uma genealogia do corpo para compreender a importância ou o lugar do corpo na sociedade ocidental. Os padrões das aparências, as existências múltiplas no sentido individual são experiências coletivas, as subjetividades são produzidas socialmente. Aqueles que são considerados abjetos demonstram que o que determina seu lugar social, é sua condição corporal no amplo sentido da palavra.

Há o debate sobre a situação ou condição de abjeção de usuários de crack, assim como sua infâmia e estigma que marcam suas vidas, que deve ser aqui retomado e ampliado. As imagens dos documentários e os depoimentos de pessoas da cidade que observam ou convivem com os usuários que circulam nos territórios considerados como *cracolândia*²¹ e reforçam a repulsa e a abjeção como um dos componentes que se destacam na vida destas pessoas. Em vários momentos, observei, no centro da cidade e sob o olhar dos transeuntes as situações de repulsa e rejeição em relação à presença, aos corpos e aos cheiros dos usuários. Muitos outros territórios transitórios são formados por grupos de pessoas que permanecem em espaços públicos e ali compartilham de um modo de vida que incomoda. Qual é a razão do desconforto? Há uma elaboração coletiva que leva até mesmo o usuário a se subjetivar como um ser abjeto.

Antes mesmo do corpo físico e biológico, há a elaboração de um imaginário a respeito do corpo que se submete a crenças e olhares estigmatizados. O usuário parece reforçar este seu lugar de abjeto, pois ele se coloca à parte na mesma medida em que é colocado numa relação de exteriorização: em certas ocasiões, o usuário percebe o desconforto que causa. Sabemos que, historicamente, os limites entre sujeira e limpeza mudaram e se incorporam na

²¹ Foi esta designação alarmista adotada por duas matérias jornalísticas divulgadas na região, em 2018, falando especificamente da antiga estação ferroviária da cidade. Afora o sensacionalismo, de fato, este é um dos territórios de interesse da presente pesquisa. <https://www.youtube.com/watch?v=ZhajBwfrK0c> Acesso 30/01/2020 e <http://www.visaonoticias.com/noticia/32093/alerta-antiga-estacao-ferroviaria-de-marilia-esta-se-transformando-numa-cracolandia> Acesso em 30/01/2020.

cultura e nas sensibilidades. Le Breton, citando o trabalho de Erving Goffman, diz que o sujeito estigmatizado “tende a ter as mesmas ideias que nós sobre a identidade” e assimila o estigma (Le Breton, 2012b, pg 217). O estigma se torna marca permanente de determinados grupos como as pessoas em situação de rua, os chamados dependentes químicos, os doentes mentais entre outros. A imagem que repele é de uma pessoa? Ou se vê um corpo abjeto? O que incomoda é a questão do cheiro? E todos os olhares e desvios de olhar?

O corpo abjeto ou estigmatizado incomoda na medida em que é visto como indigno de ocupar certos espaços sociais pela sua condição de corpo natural, fora do lugar, deslocado, ou tresloucado por hábitos, atitudes, comportamentos. Neste sentido, a relação entre corpo abjeto e território é flagrante. Embora compartilhem os mesmos atributos corporais, alguns indivíduos incomodam mais ou menos, dependendo do lugar e do seu estado físico. O corpo do usuário é estigmatizado no centro ou nas periferias da cidade, mas é preciso observar também as variações da abjeção em termos de sua condição de gênero, raça, classe ou mesmo de sua condição de “carne”. Como se o corpo abjeto, quando referido como a principal marca identitária de uma pessoa, lembra imediatamente desta condição humana dupla da separação entre corpo e alma. Neste sentido, “O odor é a má parte da outra má parte do homem que é a carne” (Le Breton, 2012b, p.189)

Nossa sociedade valoriza o corpo, sobretudo o corpo saudável, atlético, escultural e apto para o trabalho. O corpo é, assim, uma construção social e objeto de inúmeros saberes e estratégias de controle. O campo da saúde, inclusive, coloca o corpo como base de toda nossa existência, sede da vida em si mesma. O saber médico assim criou um hiato entre o corpo portador de saúde, portanto, normal, e o corpo portador de doença, portanto patológico. O mundo social e nossa cultura replicam esta separação e a aplicam a campos diversos. Comecei a sentir incomodo sobre a questão dos corpos abjetos, pois percebi que desvincular as experiências ou a pessoa de seus corpos é uma estratégia poderosa de poder. Inicialmente neguei o conceito de corpos abjetos por afirmar a condição do (sujeito) enquanto corpo que parecia reduzir tudo à aparência e a estereótipos. É difícil superar o maniqueísmo e o poder das aparências, numa sociedade como a nossa que vive a supremacia do olhar, das imagens e das percepções.

Os corpos são o principal alvo das categorizações de pessoas, a partir das marcas que elas carregam ou marcas que são atribuídas; os estigmas são marcas que separam, hierarquizam e diminuem o status social de pessoas e grupos (Goffman, 2004). A trajetória histórica permite compreender como a noção de corpo que temos hoje interfere no modo

como determinados grupos são considerados abjetos ou desprezíveis. Como se a condição do corpo fosse mais importante do outros fatores definidores da personalidade e da condição sociocultural.

Pensar o corpo como uma construção social, também é pensar na construção dos sentidos e significados que lhe são atribuídos na discussão sobre o corpo e seus usos sociais e as relações com o mesmo.

“A imagem do corpo não é um dado objetivo, não é um fato, é um valor que resulta essencialmente da influência do ambiente e da história pessoal do sujeito” (Le Breton, 2012b, p, 235)

O que é o corpo? Qual seu lugar no campo do imaginário que determina nas relações que se expressa no prático, e isso ocorre através do simbólico (imaginário). Quando não nos submetemos aos padrões do corpo como um aspecto concebido histórica e socialmente, as representações recaem sobre as pessoas que estão em situação de abjeção.

“As representações do corpo, e os saberes que as alcançam, são tributários de um estado social, de uma visão de mundo, e, no interior desta última, de uma definição de pessoa. O corpo é uma construção simbólica, não uma realidade em si. [...] (Le Breton, 2012b, P.18)

Le Breton contribui para análise sobre a questão do corpo apresentando aspectos da história da modernidade e construção social e cultural em torno da corporeidade. Considero tais resgates feitos pelo autor como meio para entender o lugar do corpo na atualidade por parecer ser esta a maior razão para que alguns sejam contidos pelas políticas que afirmam quem são dependentes químicos, os doentes e aquilo devem fazer: atenção e tratamento/internação. Então os sentidos atribuídos ao corpo que fazem dele o que ele é, o que representa socialmente como estigmatizado:

“Esse imaginário do corpo segue fielmente e (sócio) logicamente o processo de individuação que marca as sociedades ocidentais de maneira acelerada desde o fim dos anos 1960: investimento da esfera privada, preocupação com o eu, multiplicação dos modos de vida, atomização dos atores, obsolescência rápida das referências e dos

valores, indeterminação. Um novo tempo do individualismo ocidental vem ao mundo e modifica em profundidade as relações tradicionais em relação ao corpo.” (Le Breton, 2012b, p.241-242)

Os infames do mundo contemporâneo e globalizado são os usuários de drogas, mais do que criminosos, prostitutas e doentes mentais. Os infames são essas pessoas e estes grupos sociais que vivem à margem, que não se enquadram, que provocam medo e horror, objetos de ações policiais, judiciais, militares e médicas, que procuram puni-los, enquadrá-los e, de alguma forma, compreendê-los pela sua exterioridade física, pela sua abjeção. Uma das chaves de compreensão da infâmia e dos processos de estigmatização é o corpo, corpo como espaço de lutas e de disputas. Sendo assim, o corpo pode ser compreendido como "coletividade inaudita de seres vivos, todos dependentes e subordinados, mas em outro sentido dominantes e dotados de atividade voluntária" (Nietzsche *apud* Guiraldelli, 2007, p. 90-91). Sendo assim, onde há corpo não como realidade dada, mas como feixe de relações, há luta e resistência. Então, não haveria, nesta perspectiva, uma relação necessária entre sujeito e corpo, entre corporeidade e consciência (Guiraldelli, 2007, p. 90-91). Mais ainda, o corpo deve ser tomado como o espaço no qual se dá a constituição mesma do sujeito, já que Nietzsche pretendeu “contrapor o corpo à razão para elaborar uma nova noção de corpo e mostrar que tal corpo deve substituir o homem, e não apenas o sujeito” (Guiraldelli, 2007, p. 91).

A saída da filosofia sempre foi marcar um distanciamento do corpo em relação ao espírito (ou consciência), por meio do sujeito como categoria. Nietzsche, então, compreendeu perfeitamente bem que o corpo é múltiplo e uno: o corpo real, histórico, objeto de relações de força e de luta. “O que é corpo em nossa sociedade atual senão o comandante de processos sociais, em especial quando percebemos que ele é, até pela sua visibilidade, quem dá regras estéticas para substituir regras morais” (Guiraldelli, 2007, p.92).

Ou seja, o corpo, tomado como fruto de relações históricas, ultrapassa a sua mera realidade física, sua substância material e *corpórea*. Um princípio de unidade e de identidade. Devemos então falar de corpos, de corporeidade, de relações de poder.

Então, será possível pensar um além-corpo? Um corpo que em sua materialidade produz algo que escape da rotina e do senso comum? Um corpo movimento? Um corpo plástico? Um corpo que está para além do bem e do mal? Estas indagações não terminam aqui. Neste momento, trata-se apenas de tentar caminhar por outras referências e repensar as

categorias do pensamento. Indicar, na verdade, que estas categorias são essencializadoras do corpo e da nossa relação com o corpo, ao separem corpo da mente, corpo do espírito. Neste sentido, o desafio é criticar os modelos normativos, as estratégias de poder e as formas de conhecimento que colocam o corpo como um dado, como uma evidência científica.

3.3. Inflexões sobre as vidas abjetas: a relação entre drogas, raça e gênero.

Em 2015, foram entrevistadas 17 mil pessoas com idades entre 12 e 65 anos, em todo o Brasil, com o objetivo de estimar e avaliar o uso de drogas. O Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira foi coordenado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e contou com a parceria de várias outras instituições. Trata-se do mais completo levantamento sobre drogas já realizado e, pela primeira vez, alcança abrangência nacional, sendo representativo também de pequenos municípios e de zonas de fronteira. Foram feitas perguntas sobre uso de tabaco, álcool, cocaína, maconha, crack, solventes, heroína, ecstasy, tranquilizantes benzodiazepínicos, esteroides anabolizantes, sedativos barbitúricos, estimulantes anfetamínicos, analgésicos opiáceos, anticolinérgicos, LSD, quetamina, chá de ayahuasca e drogas injetáveis²².

Os resultados revelam, por exemplo, que 3,2% dos brasileiros usaram substâncias ilícitas nos 12 meses anteriores à pesquisa, o que equivale a 4,9 milhões de pessoas. Esse percentual é muito maior entre os homens: 5% (entre as mulheres fica em 1,5%). E também entre os jovens: 7,4% das pessoas entre 18 e 24 anos haviam consumido drogas ilegais no ano anterior à entrevista. A substância ilícita mais consumida no Brasil é a maconha: 7,7% dos brasileiros de 12 a 65 anos já a usaram ao menos uma vez na vida. Em segundo lugar, fica a cocaína em pó: 3,1% já consumiram a substância.

Aproximadamente 1,4 milhão de pessoas entre 12 e 65 anos relataram ter feito uso de crack e similares alguma vez na vida, o que corresponde a 0,9% da população de pesquisa, com um diferencial pronunciado entre homens (1,4%) e mulheres (0,4%). Nos 12 meses anteriores ao levantamento, o uso dessa droga foi reportado por 0,3% da população. A pesquisa baseada num inquérito domiciliar não é capaz de captar as pessoas que são usuárias e não se encontram regularmente domiciliadas ou estão em situações especiais, como, por exemplo, que estão em abrigos ou em presídios.

Os usuários de crack compõem uma população majoritariamente marginalizada, que vive em situação de rua. A percepção do brasileiro quanto às drogas atrela mais risco ao uso do crack do que ao álcool: 44,5% acham que o primeiro é a droga associada ao maior número de mortes no país, enquanto apenas 26,7% colocariam o álcool no topo do ranking. Mas o álcool é a substância mais associada, direta ou indiretamente, a danos à saúde que levam à

²² A pesquisa foi importante porque assinala a inexistência de uma epidemia de drogas no país e, principalmente, demonstra que o nível de consumo de crack não corresponde ao pânico moral incitado pela mídia no Brasil. Para ver o relatório completo e metodologia da pesquisa, que pretende ser representativa da população brasileira, acessar: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614> Acesso em julho de 2019.

morte. Os jovens brasileiros estão consumindo drogas com mais potencial de provocar danos e riscos, como o próprio crack. Além disso, há uma tendência ao poliuso [uso simultâneo de drogas diferentes]. A pesquisa cruza os dados com variáveis de sexo, faixa etária e escolaridade. Não há dados sobre a cor dos usuários. Este é o ponto central desta discussão: a invisibilização da cor e do corpo dos usuários de drogas em geral e em particular o usuário de crack. “Se pode dizer que, nas ruas, a sujeira é o atributo corporal mais destacável, mais até que a cor da pele (Rui, 2012, pg. 266)”.

Para a presente dissertação, estamos usando o conceito de raça como um conceito político e não como conceito biológico e naturalizado. Raça não se refere, neste sentido, à cor da pele mais à identidade assumida pelos sujeitos nos contextos políticos de luta contra os efeitos perversos do racismo e como forma de afirmação identitária. Evidente que o processo de conscientização do negro e assimilação da noção política de negritude que foi fundamental para a luta contra o racismo no Brasil tem uma historia longa.

De toda forma, este conceito é importante na medida em que se coloca como crítica ao tradicional mito da miscigenação e da democracia racial ainda em grande parte vigente no país. Como sabemos, a política do país em relação ao que fazer com os ex-escravos libertos foi extermínio, violência, segregação e apagamento da memória²³. Neste sentido, procurou-se constituir um conceito de nação em que não se colocou a questão do pluralismo e da democracia para negros e demais grupos sociais, como os indígenas. O Brasil assumiu o discurso da integração enquanto adotava medidas racistas para estes grupos sociais²⁴.

O racismo, como mecanismo de segregação, seria uma invenção específica do ocidente é uma das inverdades que atualmente desfrutam de grande circulação. A idéia central é que o racismo participa de alguma coisa muito mais universal que habitualmente não se quer admitir. O racismo é um resultado particularmente agudo e exacerbado de um traço quase empiricamente universal das sociedades humanas. Trata-se da aparente incapacidade de se constituir como si sem excluir o outro - e da aparente incapacidade de excluir o outro sem desvalorizá-lo e, finalmente, odiá-lo.

²³ O apagamento da violência racial foi sendo denunciado por autores importantes na história do Brasil. Ver Nascimento, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. E também foi o caso, por exemplo, do apagamento dos territórios negros nas principais cidades brasileiras no final do século XIX, particularmente dos quilombos urbanos. Cf. Rosemberg, André. Ordem e burla. Processos sociais, escravidão e justiça em Santos. São Paulo: Alameda, 2006.

²⁴ Há um longo debate sobre a questão do racismo no Brasil, sobretudo em sua conotação negacionista por meio do tema da miscigenação ou, como ficou estabelecido pelos autores que debatem o tema, a chamada “democracia racial”. Para recompor esta discussão, ver o excelente trabalho: Munanga, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

Tudo se tornaria então indiferente e seria desinvestido. Isso deveria significar que os outros são simplesmente outros; em outras palavras, que não somente as línguas, a cultura ou as maneiras à mesa, mas as instituições consideradas globalmente, como conjunto e no detalhe são incomparáveis. Tudo isso diz respeito à exclusão da alteridade externa em geral. Mas a questão do racismo é muito mais específica: por que o que poderia permanecer simples afirmação da "inferioridade" dos outros se torna discriminação, desprezo, confinamento, para finalmente se exacerbar em raiva, ódio e morte.

A partir do momento em que há a fixação racista, como se sabe, os "outros" não são apenas excluídos e inferiores; eles se tornam, como indivíduos e como coletividade, ponto de apoio de uma cristalização imaginária segunda, que os dota de uma série de atributos e, atrás desses atributos, de uma essência má e perversa que justifica de antemão tudo o que se propõe fazê-los sofrer. A única verdadeira especificidade do racismo é que o verdadeiro racismo não permite que os outros abjurem. Para o racismo, o outro é inconvertível. Assim, o racismo pressupõe e mobiliza a rejeição do outro enquanto outro: “Como uma cultura poderia admitir que existam culturas outras que lhe são incomparáveis e para as quais são alimentos o que é para ela sujeira?”²⁵

Neste sentido, a não articulação entre raça e corpos abjetos em relação aos usuários de drogas coloca o problema desta distância monumental que se criou em nossas sociedades entre os considerados normais e anormais, considerando que os usuários de drogas são vistos como sujeitos que parecem não ser passíveis de conversão e nem mesmo passíveis de serem considerados nas pesquisas que usam a metodologia da amostragem por domicílio²⁶.

Para Michel Foucault, biopolítica é “a assunção da vida pelo poder”. Isto é, quando o poder tomar o homem enquanto ser vivo. O poder soberano tinha “direito de vida e de morte”, ou seja, ela pode “fazer morrer e deixar viver”. Sendo que, neste caso, a vida e a morte são tomadas como fenômenos naturais, portanto, fora do campo do político. Nos séculos XVII e XVIII surgiram técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual, o que foi denominado de poder disciplinar. Estas técnicas não tomam mais o corpo como algo natural, mas como objeto de poder: “Eram também as técnicas pelas quais se

²⁵ Esta é uma discussão muito importante no cenário da antropologia. Ver para esta discussão: Castoriadis, Cornelius. Anotações sobre o racismo. Filosofia Política n.5. 1994.

²⁶ Neste sentido, a luta contra o racismo é, em primeiro lugar, uma luta pela visibilidade. As ações afirmativas, adotadas nos EUA e no Brasil, são componentes importantes não apenas para construir uma identidade negra onde ele não existe como também instrumento de política pública que amplia a oportunidade para os grupos segregados, excluídos e tornados invisíveis pelo racismo. Guimarães, Antonio Sergio Alfredo. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.

incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento.” (1999, pg.288).

A biopolítica, surgida no final do século XVIII, neste sentido, não é nem poder de morte soberano nem poder sobre o corpo individual da disciplina. Ela é de outra ordem e diz respeito ao corpo, mas a ao corpo coletivo, ao corpo social. Não se trata, assim, de um corpo matável ou de uma “anátomo-política do corpo humano”, mas de uma “biopolítica da espécie humana.” Trata-se de um conjunto de processos que dizem respeito às características manipuláveis de uma determinada população no tempo e no espaço.

“Ora, agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no ‘como’ da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder. Ela está de do lado de fora, em relação ao poder: é o que cai fora de seu domínio, e sobre o que o poder só terá domínio de modo geral, global, estatístico. Isso sobre o que o poder tem domínio não é a morte, é a mortalidade. E, nessa medida, é normal que a morte, agora, passe para o âmbito privado e do que já de mais privado. Enquanto, no direito de soberania, a morte era o ponto em que mais brilhava, da forma mais manifesta, o absoluto do poder do soberano, agora a morte vai ser, ao contrário, o momento em que o indivíduo escapa a qualquer poder, volta a si mesmo e ensimesma, de certo modo, em sua parte mais privada. O poder não conhece a morte. No sentido estrito, o poder deixa a morte de lado (Foucault, 1999: 286-299).”

Já no poder disciplinar, a sexualidade, a natalidade, a mortalidade e a produtividade dos corpos individuais estavam sendo colocadas como objeto de poder. Agora, no poder sobre a população, trata-se de definir e controlar os corpos coletivos não apenas de sua resistência ao poder, mas em relação ao seu movimento geral e sua utilidade econômica e política. Trata-se de conceber uma multiplicidade biológica não em termos de sua naturalidade, mas em termos de sua posição relativa numa “norma”. O biopoder é um poder que produz uma sociedade de normalização em que se articulam a disciplina do corpo e norma da regulamentação. O biopoder vai, portanto, do orgânico ao biológico e do corpo à população.

A questão que o autor se coloca, neste momento, é como um poder que tem como objetivo a vida vai se converter num poder de morte, já que esta é a característica básica da soberania. “Como um poder como este pode matar já que se trata de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades? Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder?” Daí a importância do racismo.

“Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir, afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será o tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. Isso vai permitir ao poder tratar uma população como uma mistura de raças ou, mais precisamente, tratar a espécie, subdividir a espécie de que ele se incumbiu em subgrupos que serão, precisamente, raças. (...) De outro lado, o racismo terá sua segunda função: terá como papel permitir uma relação positiva, se vocês quiserem, do tipo ‘quanto mais você matar, mais você fará morrer’, ou ‘quanto mais você deixar morrer, mais, por isso mesmo, você viverá’. Eu diria que esta relação afinal não foi o racismo, nem o Estado moderno, que inventou. É a relação guerreira: ‘para viver, é preciso que você massacre seus inimigos’. Mas o racismo faz justamente funcionar, faz atuar esse relação de tipo guerreiro de uma maneira que é inteiramente nova e que, precisamente, é compatível com o exercício do biopoder. De uma parte, de fato, o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: ‘quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo mas enquanto espécie – viverei, mas forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar’. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado ou do anormal) é o

que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (Foucault, 1999: 303-304).”

O racismo é parte integrante de uma estratégia biopolítica segundo a qual, grupos sociais são submetidos aos cálculos do poder para que sejam utilizados econômica e politicamente. O limite extremo da biopolítica é a morte dos grupos que não são passíveis de serem utilizados. O racismo, assim, é uma forma de gestão de grupos e de corpos. Os usuários de crack são utilizados pelas políticas públicas da saúde e da segurança para que seus corpos sejam tornados úteis. Mas os usuários de crack, sobretudo aqueles que fazem da rua sua vida, parecem interpor resistência às estratégias de poder ou porque atingiram o limite extremo de sua utilidade, convertendo-se em noias, ou porque encontram outras formas de vida que não são passíveis de captura pelo discurso moralizante da sociedade, não obstante as estratégias de grupos evangélicos nesta direção. Assim, uma via interessante de análise da condição do usuário, é pensar nas estratégias segundo as quais ele se subjetiva como usuário a partir da sua condição “abjeta”. Colocando o processo de subjetivação numa linearidade histórica, podemos seguir Foucault quando este usa a noção de “cuidado de si”, ou seja, como uma prática a partir da qual o sujeito se constitui a si mesmo, problematizando suas atitudes e sua existência. Foucault, ao retomar a antiguidade helenística e romana, problematiza a relação do sujeito consigo mesmo, a relação do sujeito com a verdade, do ponto de vista do conjunto das práticas, técnicas, tecnologias que as compuseram e as regularam (Foucault, 2006).

Nas etnografias realizadas sobre usuários de crack, o debate sobre a relação entre uso de drogas e raça não é frequente; quando os autores fazem referências à condição racial dos usuários, o fazem sempre como constatação fática e não como um tema de reflexão. Em geral, as pesquisas tendem a observar a condição de depauperação do usuário na medida em que, ao longo do processo de transformação corporal e social – que sempre implica entrar numa escalada descendente de degradação, violência e vida em risco nos espaços urbanos públicos – ele vai perdendo peso e se submetendo à lógica da “situação”.

“Uma vez na rua, o despojamento corporal, o consumo contínuo da droga, a falta de asseio diário e a ausência de proteção noturna, juntos, denotam com mais evidência a situação a que chegaram. Do modo como os usuários a observam, ela materializa as escolhas realizadas ao longo da vida, o envolvimento com a substância, a estada nas ruas; materializa, ainda, uma falha moral. Longe de configurar apenas um constructo

analítico, olhar para esses corpos “nessa situação” é condição sine qua non para o entendimento desses atores sociais.” (Rui, 2012. Pg. 263).

Todavia, vemos nos documentários ou nos territórios de consumo que a maioria dos usuários pode ser considerada não branca e pobre, com forte presença de mulheres²⁷. Então, há um enigma a ser elucidado que diz respeito a pensar se a condição racial tem impacto na situação de vulnerabilidade social e na relação específica que o usuário constrói com a substância. Percebe-se que no mundo dos usuários, existem hierarquias, espaços segregados, lógicas de poder, construção de corporalidades. Mas, parece que a condição atribuída de abjeção estabelece uma tábula rasa que dificulta compreender estas diferenças na maneira como os usuários vivem sua condição e são vistos pela sociedade. As várias etapas do descenso à condição de “noia” devem ser pensadas de forma mais detida, assim como é necessário identificar as oscilações na condição do usuário em termos de “sobriedade” e “fissura”, por exemplo, para o sucesso das abordagens das políticas públicas. Esta discussão pode ser encontrada numa etnografia sobre os usuários de crack (Rui, 2012).

“Em conjunto, os casos mostram que, da perspectiva dos usuários e nos cenários de uso, há níveis distintos de engajamento com o crack. Cada um deles é produto e produtor de diferentes atributos físicos e morais, que, por sua vez, demarcam fronteiras internas bastante miúdas. Se há sempre alguém melhor, há também alguém que se encontra em posição pior. Independente de serem conscientes ou não, o ponto é que, com suas práticas, corpos e discursos, os usuários de crack vão tentando se posicionar em meio a esses atributos e reinventando sua própria existência” (Rui, 2012, pg. 283).

As pesquisas mostram claramente as estratégias dos usuários para conseguir acesso à droga. A droga é poderosa para tornar suportável a vida nas ruas, sobretudo, diminuir a sensibilidade em relação à fome e ao frio. Além, portanto, da dependência e suas consequências para o corpo e para a saúde, os usuários querem a droga porque não apenas o corpo pede, mas também porque precisam da substância na economia vital das ruas e da

²⁷ Todos os documentários mostram isto. Mas um dos melhores documentários sobre o lugar da classe, raça e gênero é o Profissão Repórter. Ver Cracolândia: https://www.youtube.com/watch?v=QX_-zJYtXPk&has_verified=1 Acesso em 08/09/2019.

violência inerente à condição “abjeta”. Então, os usuários apelam para pequenos expedientes para conseguir dinheiro. Os homens pedem dinheiro nas ruas, frequentam filas assistenciais, se submetem a uma noite ou a alguns dias nos serviços sociais de redução de danos, praticam pequenas delinquências. Os usuários também lavam vidros de carros, pegam latas nos lixos, guardam carros nas ruas, roubam, furtam e carregam objetos. Evidentemente, a visibilidade daqueles que usam crack, mas mantêm-se em suas casas e conseguem manter seus empregos e famílias é menos em relação ao usuário que está em situação de rua. Estes últimos são, em sua maioria, pessoas não-brancas. As mulheres também entram neste mesmo circuito de sobrevivência, além disso, como as pesquisas mostram, a prostituição é sempre um caminho para obter o dinheiro necessário. As mulheres, em alguns casos, são levadas à prostituição mesmo por seus companheiros de condição. Ou seja, a relação com a droga reforça os marcadores sociais de gênero²⁸.

Assim, as pesquisas refletem sobre as diferentes modalizações da abjeção nas vidas e trajetórias dos usuários. Mas, a condição racial não é colocada em debate e em discussão. Por quê? Será que os pesquisadores não consideram os usuários como sujeitos políticos e, portanto, não são vistos como sujeitos e assim não se rebelam?

Então, o crack e a abjeção parecem colocar limites à nossa capacidade de pensar a diferença; a diferença parece ser tão grande que não conseguimos enxergar que nas cracolândias se reproduzem várias formas de segregação, sendo a segregação racial a mais evidente e, no entanto, pouco explorada. A droga e os territórios de uso e consumo de drogas são uma forma de transformar uma questão de políticas de segregação social, racial e química em um problema sanitário e policial. Em torno da droga e dos usuários de crack se constroem muros simbólicos e físicos, em que a violência e a morte são naturalizadas.

²⁸ Numa rara pesquisa que se dedica exclusivamente às mulheres ligadas às prostituições e sua relação com as drogas, inclusive com o crack, Silva (2000) mostrou que o impacto sobre as vidas das mulheres é marcante e condiciona sua saúde, a exposição às doenças sexualmente transmissíveis e ao tratamento que estas mulheres recebem.

4. VER O CORPO, COMPREENDER O SUJEITO.

O presente capítulo, ainda em construção, pretende ampliar a discussão, pensando no usuário de crack como sujeito, não apenas como vítima ou como ser abjeto. Para isto, o capítulo, a partir da leitura de alguns autores pós-estruturalistas, pretende ver as estratégias de resistência, de transgressão e de subjetivação de sua condição, tanto a partir do corpo como a partir de sua relação com as políticas públicas. Por estas razões, a descrição do campo de pesquisa, a ser feita neste capítulo, vai procurar ver os territórios, a relação com a droga e os pontos de fuga, assim como as resistências nos espaços e territórios de uso de crack na cidade pesquisada.

4.1. Crack e subjetividade, para além da abjeção

Errare humanum est, perseverare autem diabolicum.

(Errar é humano, mas perseverar no erro é diabólico).

O brocardo latino é muito citado no mundo jurídico e sua autoria é atribuída a Sêneca, filósofo estoico de origem hispânica e que foi preceptor de Nero, um dos mais infames imperadores romanos. Nero condenou Sêneca à morte por suicídio pela ingestão de veneno, depois que este reprovara as atitudes *insanas* do tirano ao mandar matar sua mãe, Agripina, e atear fogo à cidade eterna. Podemos propor uma tradução alternativa: a *errância* é humana, a *perseverança* é diabólica. Parece que, assim, o brocardo dialoga diretamente com a condição do usuário de crack, um errante por excelência e, portanto, um ser humano.

Para pensar os usuários como sujeitos de suas próprias ações e experiência, não dá apenas para pensar no crime nem no criminoso. Não são as drogas que estão em questão, mas a experiência em relação à substância, as múltiplas (e nem sempre fáceis e livres de violências) possibilidades de existência diante uma subjetividade construída como infame. Interessa pensar não nos motivos, nem nas formas de denuncia, mas sim interessa problematizar as relações e interações sociais dos grupos de usuários.

No processo descrito, dá-se a constituição de múltiplas corporalidades. Mas estas são capturadas pelas marcas comuns. Determinadas marcas estão relacionadas ao mundo das drogas, ao uso do proibido, da destruição, da perda. A pergunta não é por que se perdeu, mas como encontrou naquele grupo, naquele hábito algo que o envolve e afeta. Estes que são assujeitados ou são sujeitos que de algum modo articulam um modo de vida que pretende emancipar-se. Uma subjetividade que foge do modelo disciplinar? Como pensar as resistências e as recusas contra a abjeção? Como se constituem “as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural” (De Certeau, 1994, p. 41)?

Sendo assim, importante repensar o tema da subjetividade. Temos que fazer o esforço de sair das capturas psi da subjetividade. Não devemos mais associar a subjetividade a uma verdade interna ao sujeito, aquele que o sujeito efetivamente é para além das aparências. Essa captura da subjetividade não leva em consideração as diversas maneiras pelas quais um sujeito se constitui, as diferentes modalidades de si, para além das classificações e dos estigmas. Pretendo repensar a questão da subjetividade como um processo que envolve o

outro, seja ele um indivíduo ou uma coletividade. Em outros termos, penso na construção efetiva do sujeito. É importante também nos afastarmos da relação universal sujeito/objeto, objetivo/subjetivo, aparência/essência e tantos outros binarismos que não ajudam a compreender as dinâmicas e os processos. O que tenho que pensar para poder escrever é algo que antecede a formulação do pensamento sobre a própria forma de existência. Assim, subjetividade pode ser pensada como subjetivação, ou seja o processo pelo qual, numa sociedade dada, o sujeito se compreende e interpreta a si mesmo. Isso pode ser apreendido por meio de narrativas de si, em contraste com as atribuições de sentido definidas pelas relações de poder e pelos saberes institucionalizados²⁹. Sendo assim, é importante dar espaço para os sujeitos, em todos os seus problemas, tendo na expressão corporal e nos discursos seu ponto nodal: libertar o olhar para compreender as relações, as escolhas, os desejos, os prazeres, as subjetividades, ressaltando a pluralidade das experiências individuais e sociais. Vamos tentar ensaiar um olhar para as vidas e as existências em uma perspectiva da ontologia da existência, ou seja, na perspectiva de uma ação que o indivíduo exerce sobre si mesmo e não apenas sobre um poder que o constitui como obediente. As experiências das vidas infames, vidas breves, vidas de algumas linhas ou de algumas páginas: vidas enigmáticas!

“Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos, eis aí a infâmia das quais eu quis juntar alguns restos.” (Foucault, 2003, p.210)

Pensar o sujeito, neste sentido, implica pensar acerca da produção da subjetividade. De acordo com as ideias aqui esboçadas, pretendo pensar o grupo de usuários de crack e mais especificamente pensar sua relação com o crack e com o grupo com que compartilha suas experiências. O contato com a droga pode ser lido como uma experiência de si, que transforma, mas que também carrega marcas distintivas. Portanto, trata-se de pensar uma estética da existência, uma política da vida que se ligam ao modo de constituição, modo de subjetivação.

²⁹ No caso específico de São Paulo, há uma verdadeira disputa pelo corpo do usuário de crack. A Cracolândia é assediada pelas áreas da saúde, do serviço social, da polícia e pelos evangélicos da cristolândia (Trinta, 2017). Mais especificamente, a Cracolândia é um espaço demarcado pelo sagrado e pelo profano, onde as vítimas sacrificais têm seu corpo imolado e podem ser mortas sem que isto se torne assassinato. Assassinadas pela polícia, pelos traficantes, por outros usuários ou mesmo pelas políticas públicas que não levam em consideração suas características e necessidades. Neste sentido, é possível fazer uma reflexão destes espaços urbanos transitórios como laboratórios do estado de exceção (Agamben, 2016).

“Não existe enunciado individual, nunca há. Todo enunciado é o produto de um agenciamento maquínico, quer dizer, de agentes coletivos de enunciação (por "agentes coletivos" não se deve entender povos ou sociedades, mas multiplicidades). Ora, o nome próprio não designa um indivíduo: ao contrário, quando o indivíduo se abre às multiplicidades que o atravessam de lado a lado, ao fim do mais severo exercício de despersonalização, é que ele adquire seu verdadeiro nome próprio.” (Deleuze; Guattari, 1995, p.49)

Para Guattari, dentro de uma visão micropolítica, a subjetividade é uma produção, portanto, pode ser entendida de maneira plural, múltipla, variada por se tratar de singularidades. A produção da subjetividade que perpassa o sujeito e isso ocorre no âmbito social sem que este deixe de ser singular por suas experiências, mas estão conectadas ao que acontece no todo. A construção de uma imagem, a aparência enquanto corporalidade, o corpo-que representa o sujeito ou que é representado por ele. As formas de ser possíveis a cada um. Trato aqui da singularidade, dos processos de subjetivação. Enquanto alguns corpos se tornam dóceis e atendem a disciplinarização dos corpos, outros irão sucumbir a obrigação em se apresentar como esperar ou deixar de ter determinadas práticas por sua ilegalidade ou desaprovação social. O não lugar é um lugar, muitas vezes com endereço. Todos sabem onde estão os grupos infames, sabem onde ficam aqueles que não são legítimos de estar ali, no espaço público e em circulação:

“Quando falo em “processo de subjetivação”, de “singularização”, isso não tem nada a ver com o indivíduo. A meu ver, não existe unidade evidente da pessoa: o indivíduo, o ego, a política do ego, a política da individuação da subjetividade, são correlativos de sistemas de identificação os quais são modelizantes. (Guattari, Rolnik, 2016, P.47)

Pensar desta maneira ajuda, sem dúvida, a ir além das categorias abstratas de sujeito e do biopoder: não se trata de pensar a subjetividade de forma passiva, é importante, portanto, colocar o sujeito no centro da discussão, em ação, falando sobre si, tentando entender seus atos e seus conflitos.

"Seria conveniente definir de outro modo a noção de subjetividade, renunciando totalmente à ideia de que a sociedade, os fenômenos de expressão social são a resultante de um simples aglomerado, de uma simples somatória de subjetividades individuais. Penso, ao contrário, que é a subjetividade individual que resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia e tantas outras." (Guattari; Rolnik, 2016 p. 43)

Este é o desafio da presente reflexão, não aceitar o dado ou as interpretações dominantes, ir além da abjeção, tentar entender como os sujeitos da pesquisa se subjetivam, constroem seu mundo e significam a relação com a substância.

“Não existe subjetividade tipo ‘recipiente’ onde se colocariam coisas essencialmente exteriores, que seriam “interiorizadas”. (Guattari; Rolnik, 2016, p. 43)

A concepção fixa, psíquica e endógena da subjetividade deve ser colocar no contexto da sociedade contemporânea, na qual o dispositivo da biopolítica neoliberal constrói corpos e sujeitos sem singularidades existenciais e sem pluralidade. Sujeitos assujeitados à dinâmica do ganho econômico e da subjetividade voltada para o consumismo. Não é à toa que a teoria do capital humano que concebe o sujeito como empreendedor de si está ameaçando as pluralidades. Ela está presente na análise dos processos econômicos à análise da racionalidade interna dos comportamentos humanos.

Em contraposição a essa fórmula de subjetivar-se, está o interesse em alcançar um método de análise dos micropoderes para compreender como ocorre essa dominação sobre os corpos e como muitos estão situados na estratégia do biopoder e outros escapam a esta lógica, mas não escapam a outras estratégias. Aqueles que fogem à regra, que escapam o ideal que liberam seus desejos e se encontram em armadilhas do próprio poder, do biopoder. Aqueles que são a resistência mesmo que na busca de um caminho de emancipação terá que lidar com o poder, uma nova forma de conter a resistência se faz presente através das instituições do Estado. É exatamente o ponto em que exerce força, nos caminhos de emancipação.

Uma crítica pertinente aos modelos de captura dos usuários de drogas deve tirar o centro da subjetividade das drogas propriamente ditas. Não são as drogas que estão em questão, mas sim o hábito de utilizar substâncias. Não são os motivos, mas as formas de denúncia e as formas de problematização das relações e interações sociais dos grupos de

usuários de drogas. As categorias de identidade pertencentes ao grupo de usuários conseguem enquadrar sujeitos a um tipo, um perfil que o faz ser um doente, um usuário, um nória, um drogado, um delinquente ou mesmo um ser que se subjetiva por meio de condições que proporcionam determinadas objetivações negadoras de sentido. A resistência pressupõe caminhos de emancipação. Se existe resistência, existe poder, pensado como potência de transformação.

4.2. Juntando as partes. Usuários de crack e os desafios da pesquisa

“Os monstros existem, mas são muito pouco numerosos para ser realmente perigosos; mais perigosos são os homens comuns, os funcionários dispostos a acreditar e obedecer sem discutir”. Primo Levi.

Sendo assim, a observação detida dos territórios de uso e consumo de crack na cidade do interior do Estado de São Paulo, a partir da observação de campo e tendo em vista as conversas informais com usuários, gestores de políticas públicas e profissionais da área da saúde, mostra a volatilidade da condição do usuário. Os usuários ocupam territórios na cidade, mas também estão em constante movimento, em trânsito. O território neste sentido é transitório, como a condição do usuário. Em seus trânsitos, os territórios são desterritorializados e reterritorializados: “é o movimento pelo qual se abandona o território, é a operação da linha de fuga, e a reterritorialização é o movimento de construção do território (Haesbaert, 2014, p.127)”. Por isso que é importante compreender o sentido que os usuários atribuem à sua relação com o crack, bem como os efeitos deste uso em seus corpos, como sequência às discussões sobre abjeção e corporeidade. Interessa perguntar as razões para o uso da droga, o processo de transformação corporal e as relações entre os usuários nos espaços e territórios em que circulam. Mas as perguntas continuam a exigir reflexões adicionais: como os usuários de crack enfrentam os limites e os estigmas de sua condição; será que apenas são pessoas que perderam sua subjetividade e sua capacidade de agência? Será que estão tão imersos na abjeção a ponto de perder as referências de sua subjetividade, de seus desejos e vontades? O usuário de crack, ao desafiar o sistema, pode ser considerado também um sujeito político?

Esta pesquisa buscou contribuir com um olhar para as formas possíveis de subjetividades de vidas e histórias quase silenciadas. Vidas que fazem parte de uma construção, de um tipo de se fazer que parece estar à parte, mas que constitui um mecanismo biopolítico. As práticas que são construídas em nossa sociedade e embasadas em saberes são parte de um conjunto de dispositivos e procedimentos (Foucault, 2008). Se pensarmos em pessoas que estão em situação de rua e buscam lugares para permanecer por algumas horas ou dias, meses e até anos. Permanecer em um espaço que ninguém fazia questão acaba mobilizando pessoas não para se aproximar visto que as diferenças entre as pessoas

incomodam. A estratégia passa a ser a da expulsão para remover e expurgar. Por mais que as pessoas fiquem em lugares de pouco acesso, estão no meio do caminho de alguém.

Então, com o objetivo de contribuir para o debate em torno dos territórios, ou melhor, das experiências e a significação da droga no contexto de uma cidade média do interior paulista. A presente dissertação visa pensar sobre as vidas infames que por conta da invisibilidade ou falta de representação desses grupos torna ainda mais difícil que possamos perceber sem o olhar moral e direcionado. Os que vagam pelas ruas, e embora, tentem ser apagados, capturados, afastados e classificados, são vistos em geral como pessoas que estão abaixo da linha que demarca o sujeito de direitos. O que interessa nessa pesquisa é compreender como ele produz sua subjetividade em relação ao seu corpo e em relação a outros usuários. O interesse teórico da pesquisa é refletir sobre a situação de abjeção, de infâmia e de estigma que marca a vida e a corporeidade dos usuários de crack. Inicialmente pretendia realizar uma etnografia e entrevistas (conversas informais) com os usuários de crack em instituições, ou seja, pessoas em tratamento para desuso do crack. A pesquisa etnográfica mostrou-se difícil em razão das características próprias do campo. Mesmo assim, observações e incursões foram feitas nos territórios e junto às políticas públicas locais, durante os anos de 2018, 2019 e 2020. Esta experiência de observação, o debate teórico e a revisão da bibliografia ajudam a discussão sobre a situação social e sobre a questão do corpo dos usuários. Os conceitos de subjetivação, de corporeidade e de abjeção têm centralidade na reflexão até aqui realizada.

“A humanidade é a posição do congênere, o modo reflexivo do coletivo, e como tal é derivada em relação às posições primárias de predador e presa, que envolvem necessariamente outros coletivos, outras multiplicidades pessoais em situação de alteridade perspectiva.” (Viveiros de Castro, p.47, 2018)

O que incomoda não é o ato isolado, o destruir-se, o morrer aos poucos ou ser um morto vivo, como é muito frequente ouvirmos sobre pessoas em situação de rua que frequentem territórios que são constituídos por usuários de crack, as chamadas cracolândias. Muitos de nós estamos como mortos vivos, diversas pessoas vivem dopadas, anestesiadas,

mas estão dispostas a não incomodar, e nem romper com as regras sociais. E esse abismo na questão das drogas é um grande problema.

“[...] O fato a destacar é que, se é em nome da saúde dos corpos que o consumo não medicamentoso de drogas é combatido, é também pelo mesmo motivo, em nome dos mesmos corpos, que o consumo medicamentoso de drogas é incitado.” (Vargas, p.124, 2001).

Os chamados de “nóias” são a expressão para objetivar o outro em algo que está fora, aquilo que representa a aparência. À medida que se é o nóia, doente mental, dependente químico, já não se é mais do que aquilo, quem se é, já foi. Não pelo fato de não ser alguém, mas pelo conjunto de ações que são parte do que o tornam abjeto. Pensar em identidades é pensar em histórias de vida, trajetórias pessoais e em visões de mundo. “a *pessoa* é algo além de um fato de organização, mais do que o nome ou o direito reconhecido a um personagem e mais do que uma máscara ritual” (Mauss, 1974: 226).

Em outras palavras, a noção de pessoa correspondia a um plano de realização da identidade, na medida em que os atores utilizam várias formas de discurso para construí-lo quando falam de si ou mesmo ao serem observados em diferentes situações (Cardoso; Rodrigues, 2001). Essa é mais uma maneira de reprimir. Quando falamos de experiências, estamos nos referindo sempre sobre sensações. A sensação de prazer e dor está intimamente ligada. Ninguém vai buscar a dor. Acontece que esse prazer pode se tornar obsessivo, assim como a dor que o segue na mesma proporção. A sensação produzida pela obsessão, no caso das drogas, acaba por se definida como categoria psiquiátrica dos transtornos. O uso de droga, e a chamada dependência química, são as definidoras da classificação de transtorno mental. Então deixar de ser um ser criminoso e vagabundo para ser um doente.

“Os sujeitos, tanto quanto os objetos, são concebidos como resultantes de processos de objetivação: o sujeito se constitui ou reconhece a si mesmo nos objetos que produz, e se conhece objetivamente quando consegue se ver “de fora”, como um “isso”. Nosso jogo epistemológico se chama objetivação ; o que não foi objetivado permanece irreal e abstrato. A forma do Outro é a coisa. “ (Viveiros de Castro, 2018, pg. 50)

Pensar esse corpo do usuário de crack a partir do olhar da antropologia, permite perceber o corpo, esse corpo que rompe com as normas aceitáveis de se apresentar socialmente.

“Esse fato de que a condição de pessoa (cuja forma aperceptiva universal é a anatomia e a etologia humanas) possa ser tanto “estendida” a outras espécies como “recusada” a outros coletivos de nossa espécie sugere, de saída, que o conceito de pessoa – centro de intencionalidade constituído por uma diferença de potencial interna- é anterior e superior logicamente ao conceito de humano. (Viveiros de Castro, 2018, pg. 50)” As marcas são parte de um processo de construção, mesmo quando consideradas destrutivas. Os cuidados e descuidados ou a maneira de compreender e de significar o mundo e a relação com aquilo que vivenciamos, pode ser percebida de diferentes maneiras, a partir de cada relação.

“Primeiramente, é preciso distinguir as marginalidades e as minorias. Trata-se de uma distinção de método. Na linguagem habitual, podemos dizer que as “pessoas-margens” (marginais) são as vítimas de uma segregação e são cada vez mais controladas, vigiadas, assistidas nas sociedades (ao menos nas “desenvolvidas”). É aquilo a que se refere Foucault com a expressão “vigiar e punir”. No fundo, tudo o que não entra nas normas dominantes é enquadrado, classificado em pequenas prateleiras, em espaços particulares que podem até mesmo ter uma ideologia teórica particular. Há portanto processo de marginalização social à medida que a sociedade se torna mais totalitária, é isso para definir um certo tipo de subjetividade dominante, à qual cada um deve se conformar. Isso ocorre em todos os níveis: desde a roupa que você usa até suas ambições, suas possibilidades subjetivas práticas.” (Guattari, 2013, pg 143)

Mesmo quando a linguagem tenta ser mais adequada, no caso, de nódia para dependente químico, doente mental, como saída- uma linguagem “mais adequada”- para definir o lugar daquele corpo no espaço social. Considerando que o que está em questão, em jogo, é o corpo, não a droga. A aparência desse corpo e o quanto é produtiva é o que interessa mais do que a saúde/doença no sentido da condição devida de cada um. O corpo de multidões em cracolândias espalhadas por todo país são visto como aglomerados de doentes. Como

aconteceu durante os meses de março, agosto e setembro de 2020, e em meio à pandemia, pessoas são despejadas.

Após questionamentos do coletivo **Mundaréu da Luz** em relação às estratégias de despejo da Cracolândia, a justificativa do prefeito Bruno Covas foi a de que o local é ocupado exclusivamente por dependentes químicos, então a desocupação prosseguiria. Ainda não sei o que pesar a respeito de um corpo que apenas é o que é por pertencer a um determinado meio social, então uma construção social e cultural que atribuem significados ao corpo. Existe uma dificuldade em tocar em questões que são tabus³⁰, ou que as pessoas já tem bem definido o que representa. Como falar sobre esta questão? Por onde começar a pensar as classificações que determinam as pessoas? O que pode levar alguma pessoa ser classificada como nória? Essas são as questões que refleti nesta dissertação. As mais urgentes perguntas feitas e que contribuem na tarefa de avançar, sair da armadilha de querer classificar ou dizer quais os motivos que levam alguém a um estado ou outro. Muito do que é disseminado nos diversos meios de comunicação e até mesmo em trabalhos acadêmicos de diferentes áreas do saber, inclusive nas Ciências Sociais, que muitas vezes se atém a pensar sobre os malefícios das substâncias, o que pode ter levado os indivíduos a estar naquela situação e o que devemos fazer enquanto sociedade com um grupo crescente, diante de um total distanciamento daquilo que é considerado aceito e normal.

A **Craco Resiste** é um coletivo que começa a atuar em 2016 contra a violência policial na Cracolândia da Luz, na região central de São Paulo. O movimento começa a oferecer atividades e apresentações, mas ali no meio deles, para eles. Orientando sobre as formas de denunciar a violência institucional e formar uma rede de apoio³¹. Durante a pandemia da Covid19, o poder público fechou o programa Atende 2, destinado a atender as necessidades dos usuários da área. A prefeitura de Bruno Covas, assim como de muitas capitais e cidades médias do interior, é violenta com pessoas em situação de rua, (ainda mais de cracolândias): leva suas barracas e pertences, assim como materiais de trabalho. Nesse momento de

³⁰ A questão da abordagem antropológica do papel do tabu em nossas sociedades não será abordada aqui. Mas, numa perspectiva do papel que o tabu representa, pode considerar o usuário de drogas nesta perspectiva de que ele é poluído pela sua relação com a substância proibida. Como a substância é impura, o usuário se torna objeto poluído e fator de poluição e contágio. É mais ou menos por aí que caminham as reflexões de José Carlos Rodrigues (1979, pg. 157-158): “Relação entre impureza e distância social é tão clara, que é muito comum ser a primeira um instrumento explícito de marcação da segunda. No sistema de castas da Índia, a especialização em determinadas tarefas é responsável pela atribuição da condição de impureza a certas categorias de pessoas, exigindo-se das posições inferiores que desempenhem as funções equivalentes às mais impuras - o que se verifica na divisão social do trabalho, também entre nós.”

³¹ O trabalho do Coletivo pode ser acompanhado por meio dos seus endereços nas redes sociais: <https://www.facebook.com/ACracoResiste> e https://twitter.com/a_cracoresiste Acesso 30/10/2020.

pandemia com fechamento de um equipamento com justificativa de evitar aglomerações. Os funcionários da saúde também ficarão impedidos de entrar na região. Quando alguém precisa de assistência tem que sair da região da Luz. As medidas para reprimir a aglomeração não condizem com a realidade. Como adotar o isolamento social, se as pessoas dependem desse coletivo, não apenas para uso do crack, mas para atender às necessidade de quem está em situação de rua. Momento de aumento considerável de pessoas na Cracolândia e de falta de assistência, aumentando também a violência policial.

Inicialmente o interesse dessa pesquisa seria o de analisar a partir das falas de usuários à visão do próprio objeto de pesquisa: a própria situação, a relação com a substância e com o grupo que compartilha do mesmo interesse. Um conjunto de indivíduos que possuem interesses e desejos próprios. Encontrei dificuldade para estar em um campo institucionalizado, e como já estava percorrendo partes da cidade, e por vezes, fui até os espaços localizados no centro da cidade e observei, caminhei e estive presente nos lugares onde usuários consomem o crack e permaneceram até serem expulsos e ainda assim continuei a fazer minhas observações. A partir de tais observações, pensei sobre o que incomoda, já que escolhi um tema incômodo. Trabalhar com um tema que gera tanto mal estar, incomoda até a pesquisadora. Embora a dissertação tenha por objetivo propor um olhar que ultrapasse algumas maneiras consolidadas de ver essa questão, e que nos permita pensar e discutir sobre o tema e tentar romper com os tabus e verdades que constituem as crenças acerca das substâncias proibidas, e mais do que isso, a crenças sobre as pessoas que a utilizam. Que ao menos este trabalho tenha como levantar novos questionamentos acerca das realidades e dos mecanismos que sustentam as relações de poder em nossa sociedade.

Esses coletivos de pessoas, indivíduos, sujeitos de corpos ingovernáveis que precisam ser nomeados e de alguma maneira recompostos dentro de um modelo de normalização. Quando não o são, são vistos como pessoa que o que as resta é uma internação /tratamento como única maneira se não de salvação, mas de forma de lidar com a pessoa, em um espaço institucionalizado que assuma o controle sobre o indivíduo/sujeito. Essa indagação diz respeito, principalmente a pessoas que se encontram em situação de rua por motivos relacionados ao uso de crack. Muitos são retirados da rua e internados, mas vários deles nem mesmo o sistema de saúde consegue manter na instituição ou fazer com que mude a conduta criminalizada e /ou vista como doença mental. Sim, os usuários de crack são alvo das políticas públicas de saúde mental, isso quando elas existem. Na cidade média que venho observando por um tempo, o serviço que o município tem prestado é oferecer internação para pessoas que

usam crack, e isso ocorre quando existe vaga tanto por vontade dos usuários quanto de forma compulsória com ordem judícia, que é na maioria das vezes a pedido da família. Quando passa pela internação e cumpre o período, pode dar continuidade sendo acompanhado pelo CAPS-AD. Quando falamos sobre drogas pensamos logo nos efeitos que cada substância provoca e seus malefícios. Como alguém segue por esse caminho do “mundo das drogas”? Por que alguns conseguem parar e outros não? Por que alguém chega a perder tudo por uma droga? São questionamentos que ainda persistem a despeito dos esforços de compreensão empreendidos na presente dissertação.

Creio ser relevante abordar tais questões como as drogas, e o crack nas Ciências Sociais. Trabalhos que questionem além do motivo pelo qual alguém usa droga, no caso uma droga destrutiva, que em alguns casos deixará isso nítido e causará aversões. Inicialmente pretendia com este trabalho dar espaço e voz aos usuários de crack, uma forma de visibilidade sobre suas experiências e trajetórias, suas relações com aqueles que dividem do uso. O termo corpo abjeto utilizado por Rui (2012) não me parecia adequado, por parecer reforçar o estigma e o lugar de pessoas que possuem como marca corpos que constroem os olhares que os evitam e ignoram por medo ou aversão. Percebi depois que as classificações serão inevitáveis para nomear, e até para problematizar as questões sobre elas. Então quem são os usuários de crack? São inúmeros profissionais, pessoas que conversamos e que se relacionam conosco? Certamente. Mas quem são os que incomodam? São os nômades em situação de rua, aqueles que vagam? Podemos classificar nos termos de Foucault (2008) como o povo? Aqueles que são indisciplinados que não obedecem a uma regra de conduta social e causam incomodo à população?

Sim, são os vistos pela incapacidade de conter como parte, de se disciplinar ou ajustar aos moldes e regras sociais, as leis e boa conduta. O povo é o conjunto de sujeitos que precisa ser feito, que deve ser dominado para tornar-se população. Deve ser disciplinado para que possa ser o sujeito que a biopolítica consiga gerir. As internações são vistas como uma tentativa para tornar tais sujeitos dóceis, economicamente racionais, e politicamente incapazes que vivem como certa capacidade de utilidade e de produtividade. Dentro da lógica de um modelo neoliberal, as pessoas que não produzem algo que colabore com o mercado, são inúteis, doentes, nômades e tudo isso junto. Afinal, “[...] “Governar” é seguir um caminho ou fazer seguir um caminho[...]” (Foucault, 2008, P.162).

O tema que escolhi, já é um tema incomodo por si só, as drogas. Parece um assunto que só pode ser abordado e pensado a partir da do crime e da punição ou na perspectiva da saúde, mais especificamente da saúde mental. Visto que os usuários de droga só incomodam ou se tornam problema quando não correspondem mais às expectativas de comportamento desejado, esperado e produtivo. Esta dissertação tenha com objetivo de buscar um olhar que permita pensarmos e discutirmos sobre a questão, e de certa forma, tentar romper com os tabus e verdades que constituem as crenças acerca das “substâncias proibidas”. É importante dizer que o incomodo não começa quando falamos sobre o tema, pois ele pode ser concebido como algo que é classificado e que deve ser banido e oferecido tratamento; a droga e o seu consumo são tomados sempre como problemas: dúvida, pré-disposições e fraquezas marcam as identidades abjetas dos usuários. Fica mais fácil sustentar os tabus e a ideia de que é melhor não falar sobre outro viés, o do ponto de vista das representações que são formadas pelo estigma e preconceito, como visões que levantam algo e mostram como são as práticas de outros grupos; vimos que tudo isto permite a manutenção da distância social e a separação de outros grupos em situação de rua. É fundamental ultrapassar os tabus para que a discussão sobre os usuários como sujeitos possa avançar. As drogas permanecem como problemas que já possuem explicações em excesso, mas zero de compreensão. Outros caminhos são possíveis.

Termino este capítulo retomando o discurso que se tornou padrão na maneira como o tema das drogas é abordado:

“O crack possui um poder avassalador, capaz de desestruturar a personalidade, agindo num prazo muito curto e criando dependência física e psicológica. Ele diminui a fome, aumenta a atividade psicomotora e altera o funcionamento dos centros-límbicos do cérebro, responsáveis pela sensação de prazer. Os resultados imediatos são: euforia, desinibição, agitação psicomotora, taquicardia, dilatação da pupila, aumento da pressão arterial e sudorese. A droga provoca ainda paranoia, manifestada sob a forma de alucinações visuais e delírios. Apesar de o crack diminuir o desejo sexual, a gravidez acaba ocorrendo, pois as mulheres muitas vezes se prostituem para manter o vício. A degradação moral e física é o mais terrível estágio da dependência. O viciado é capaz de tudo para conseguir as tais ‘pedras porosas’. Começa com pequenos furtos em casa, vem depois a prostituição, assaltos e homicídios. O crack é produto coercivo.

Pela sua potência o usuário é levado a roubar para obter satisfação. A soma do vício com a miséria explica de alguma forma a violência urbana assoladora (Fefferman, 2006. Pg. 76)”.

Não é necessário reafirmar a importância de pesquisa e de reflexões para a problematização destas afirmações consolidadas nos discursos religiosos, políticos, psiquiátricos e das políticas públicas que, ao associarem as identidades e as lutas dos usuários de crack com o mal absoluto corroboram o lugar de seres abjetos em que são colocados os usuários. Está na hora de que a pesquisa na área das Ciências Sociais, mesmo sem dar respostas, consiga deslocar os discursos de patologização e de risco e busque compreender, antes mesmo de afirmar ou julgar os comportamentos inconformistas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sonhar, Amar, Acreditar!
Sonhar, amar, acreditar
Lutar, buscar vai encontrar (Refrão)
E como invade, vestígios, é o vício pelo crack
Paranoia força que ninguém controla, selvagem
Cada mente um túnel fundo que não dá passagem
Felicidade saudade de estar presente

Tudo é passageiro acaba e pode nascer de novo
Escolhas que envolvem, fogo, pedra, sopro choro
Gritos, pesadelos, fatias de angústia
Desprezo por si mesmo, desiste até da luta

Sorrir, respirar, sentir, amar construir
O que faz um ser desistir de existir
São momentos de fraqueza que domina o querer
Um corpo vivo, um suspiro na busca pelo viver

Como pode se render
Olhe a realidade esta diante de você
Uma tragada a vida passa em um instante sem perceber
Nada será como antes não queira ver pra crer

Eles não querem que acabe
É lucrativo todos sabem
Para o sistema é menos um na resistência
Manifestações batalhas sem luta vaga
Na fissura que nunca se acaba

Doença que se alastra labirinto sem volta
Volta, volta, encontre uma saída
Você acorda preso nessa constante sina
Mais amor esperança perspectiva

Já viu tio, como é que ficou feio
Na luz, cadê a luz? se apagou no beco
Dedo amarelado, dente "zuado" peso pena
Alucinados qualquer horário é horário, não tem problema

Criança sem problema idoso sem problema
Homem sem problema mulher sem problema
Tudo junto e misturado, pobre rico favelado
Neste vício incontrolável isto sim é problema

Quem ta de fora, ignora não da bola esnoba

Não entende o que se passa na cabeça esnoba
E quem entende, o vício quem te entende
Tomar a dignidade ao ponto de abandonar seus filhos por um trago de crack

Compositor: Chai, Afrolet e Jô Maloupas Scratch Dj Dog

Esta dissertação pretendeu lançar outro olhar sobre o lugar do usuário de crack em nossa sociedade. A ideia era tentar compreender sem julgar nem desconfiar. Ou seja, tentar entender a pluralidade de suas experiências e a multiplicidade de questões ligadas ao sentido da droga, do uso, das políticas e dos trânsitos. Questões estas que puderam ser colocadas em razão da inserção informal na pesquisa de campo e de alguns anos me dedicando a leituras sobre este tema espinhoso de pesquisa. Ao mesmo tempo, a dissertação procurou lançar um olhar crítico sobre as políticas públicas em razão de seu caráter repressivo, policialesco e assistencial, desferindo críticas também às chamadas políticas de redução de danos (RD), porque estas tematizam o usuário pelo risco que representa, pela sua negatividade e não como sujeito político e muito menos como sujeito coletivo. Ainda será necessário lançar olhar mais atento sobre esta questão do usuário de crack como categoria política, na lógica da inversão das monstruosidades que permite a passagem da submissão à rebelião, segundo Frédéric Gros (2018).

Estas são considerações finais que têm o propósito de indicar possibilidade e caminhos para novas reflexões e, assim, são provisórias. Elas procuram dar um pouco de ordem ao caos do processo de reflexão e de construção de uma dissertação que percorreu um longo e tortuoso caminho até aqui. Uma dissertação que, em seu projeto, pretendia descrever os territórios de uso do crack numa cidade interiorana, a partir das redes de atendimento de saúde e do contato direto com os usuários. A pesquisa percorreu o caminho de uma reflexão teórica sobre a questão do corpo, da corporeidade, da subjetividade e da abjeção. Mais inquietante de tudo é descobrir que o usuário de crack frequenta este espaço limítrofe entre o puro e o impuro, entre saúde e doença, entre normal e patológico. E ao mesmo tempo a figura do usuário coloca problemas nos limites destas demarcações e, por isso, escapa aos processos estabelecidos de denominação. E estas questões ainda não estão perfeitamente costuradas no presente texto. Mas acho que toda pesquisa é assim mesmo, um diálogo complexo e incompleto com um desejo de compreensão que está ao mesmo tempo além e aquém de nossas possibilidades.

Uma tentativa de estabelecer diálogo entre diferentes análises para pensar a construção dos corpos (corporeidade) enquanto meio dos atores sociais constituírem experiências e os

meios utilizados para despossuir a pessoa de uma identidade e as múltiplas características de um corpo que coopera com um sistema perverso de massacres, de estigmas e de invisibilidades. Encontrei a discussão sobre os questionamentos desse corpo social na sociologia do corpo e tentei associar aos autores que discutem de fato a questão do massacre e da violência, tendo como eixo o corpo abjeto do usuário de crack. Um meio de análise que não propõe afastar ou ignorar ou apenas argumentar sobre o corpo de um grupo considerado infame, os usuários de crack, e sim, a compreensão de como os dispositivos operam nesse controle dos mecanismos de poder no que diz respeito à construção da corporeidade. E esse dispositivo é complexo porque se apoia não apenas nas políticas públicas da área da saúde, do direito, mas em todo um repertório de estigmas e de criminalização sobre a droga e o usuário. As Ciências Sociais parecem não escapar dos efeitos do dispositivo aqui descrito de forma sumária.

O ato de destruição do outro (ou de desumanização), de um grupo inespecífico que pode ser qualquer um, sempre existiu em sociedades humanas e funciona no interior da biopolítica. O usuário de crack, neste sentido, em sua condição de errante e por sua inespecificidade, é foco destas problematizações das formas de governo. O desejo por destruir parece estar atrelado ao desejo de ter domínio dos outros, daqueles que por algum motivo, étnico, cultural, religioso, de padrões de higiene e de modos de subjetivar-se foram abolidos de seus direito de vida: vidas abjetas! Qualquer coisa pode ser motivo para esmagar uma parcela, uma grande parcela da população, basta elaborar uma verdade sobre a necessidade de torna-los objeto de poder. O corpo do usuário de crack, em suas emanações abjetas, é a construção social do lugar inespecífico que ele ocupa/desocupa (Bauman, 1999; Frangella, 2009).

A reflexão sobre os corpos daqueles que vivem capturados pelas políticas públicas (vigilância, expulsão, prisões, internações, igrejas, terapias, sessões de exorcismo, medicamentos) é uma saída para uma condição que a própria sociedade criou. Ao usuário de crack restam estas estratégias múltiplas de localização e de captura de corpos ilocalizáveis e incapturáveis: as instituições que cumprem o esquema de um poder-saber que investe no massacre da *zoe* do usuário, nas experiências possíveis antes da morte, dentro de um espaço urbano desigual, excludente, fragmentário e privatizado.

Os usuários de crack são infames não necessariamente por estas razões; o uso da droga é crime em nosso ordenamento jurídico; os usuários não podem ser vistos de forma simplista como pessoas portadoras de transtornos mentais, embora, em razão da "guerra contra a

cracolândia" e do pânico moral em torno da "dependência", eles estejam cada vez mais sendo capturados pela psiquiatria. O que torna o usuário de drogas um infame? Além dos estigmas e das abjeções, a suposta ilegalidade de uma substância transforma o usuário em criminoso; a dependência faz dele um doente mental. Os usuários de crack, embora fazendo parte da sociedade, quando atingem um estado de "total envolvimento com a substância" são considerados como párias, como ralé. E talvez exatamente em razão disto que eles podem ser considerados infames sem glória. Embora, como refere Foucault, os infames não são monstros, já que não nascem como aberrações e não vivem vidas totalmente isoladas e apartadas do mundo. De toda forma, dependendo da condição social e econômica e do estado psíquico, bem como da corporeidade, os usuários de crack são o ponto médio da anormalidade. Fato inquietante, observado nos discursos jurídicos, psiquiátricos e midiáticos, parece às vezes que o usuário traz uma reencenação ambígua de uma monstruosidade caracterizada pela incapacidade mesma da sociedade significar aquilo que ultrapassa os limites da simples significação.

Por meio da infâmia sem glória e sem rosto, por meio do isolamento social, da errância e da inconstância, o usuário está na condição de *inassimilável*? Essas pessoas são tratadas como “monstros morais”³², por sua aparência, por seu comportamento, por sua condição física abjeta ou simplesmente pelo desvio em relação a uma suposta norma. O usuário é assimilado ao criminoso, mas não cometeu crime; é associado ao doente, mas não tem uma doença no sentido estrito do termo. A captura dos sujeitos é uma forma de submissão aos dispositivos de controle jurídico, moral e sanitário. O usuário transita entre uma subjetividade abjeta e uma subjetividade normalizada: tudo que se espera dele é a submissão à disciplina, mas ele escapa à disciplina. Muitos usuários, através de suas falas e de suas experiências, são subjetivados pelo discurso da norma e da religião; muitos outros apresentam visões errantes, destacadas do contexto social, não lamentando do seu destino. Trata-se de uma subjetivação mutante que ora se expressa na culpa diante do mal causado, ora se expressa num mundo sem culpa, apenas com a droga e com a vida errante? A *errância* está expressa na condição corporal, na saúde, nos hábitos e na maneira como estes sujeitos percebem o mundo e ao mesmo tempo se percebem?

Estas notas e reflexões finais são apenas uma tentativa de colocar o pensamento em ordem, avaliar o caminho percorrido e deixar espaços vazios para outros olhares. Como sequência ao trabalho de pesquisa realizado para a presente dissertação de mestrado, seria

³² Seria importante uma discussão mais detida sobre este conceito de “monstro moral”, utilizado por alguns autores para pensar a condição de abjeção dos usuários de crack.

importante ampliar o quadro de leituras a partir de uma bibliografia sobre usuários de crack que incorpore várias áreas do saber. Outra possibilidade é tentar explorar os *insights* surgidos durante a pesquisa de campo, sobretudo na relação entre corpo e sujeito, entre sujeito e grupo, entre subjetividade e política. Talvez, um caminho possível fosse estudar a representação da droga e do usuário nas artes, sobretudo, nas artes visuais. Ou seja, explorar a relação entre droga e estética, por exemplo. São muitos caminhos e várias possibilidades. A análise de representações gráficas e visuais, por meio de uma semiótica política, poderia ajudar a compreender porque a droga como um problema biopolítico ganha esta centralidade em nossa cultura e em nossa atualidade. Gostaria de terminar esta narração chamando a atenção para a arte feita pelos editores da revista *Isto É*, na foto abaixo, de corpos marcados, mutilados, esqueléticos, classificados e objetos de repressão, incompreensão, estigma e abjeção. Ao mesmo tempo, no centro da imagem, uma mulher grávida com o cachimbo de crack, talvez ofertado por uma redutora de danos, e um jovem com uma camiseta com a inscrição Hawaii, que é representado como paraíso terreal. Muito ainda poderia ser dito sobre as personagens centrais desta foto editada com tons vermelhos. Personagens que são, também, os sujeitos centrais desta dissertação.



Usuários na crackolândia, SP. Foto: Stringer/Brazil, 05/2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Cristiano Nabuco de. Et all. Dependência de Internet e de jogos eletrônicos: uma revisão. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. 2008; 30 (2):156-67.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora da UFMG/Humanitas, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- ALVES, Ygor Diego Delgado; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Uma antropologia do “fluxo”: Reflexões sobre dependência no contexto do crack. *Revista INTERthesis*, Florianópolis, v.16, n.1, p.123-144 Jan-Abr 2019.
- ARENDT, Hannah. “As esferas pública e privada” in *A Condição Humana*. Rio de Janeiro e São Paulo: Forense Universitária, 1989.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- AZEVEDO, Américo Orlando; SOUZA, Tadeu de. Internação compulsória de pessoas em uso de drogas e a Contrarreforma Psiquiátrica Brasileira. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 27 [3]: 491-510, 2017.
- BASTOS F; BERTONI N. Pesquisa nacional sobre o uso de crack. Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: Fiocruz; 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. “Turistas e vagabundos”; “Lei global, ordens locais” in *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BECK, Ulrich. “Individualização da desigualdade social: sobre a destradicionalização das formas de vida da sociedade industrial” in *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BRANDÃO, Marcílio Dantas. *A maconha na jurisdição médica brasileira*. Trabalho Apresentado no 40º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2016.

BRITES, Cristina Maria. “Política de Drogas no Brasil: uso e abusos” in Bokany, Vilma (org). *Drogas no Brasil entre a saúde e a justiça. Proximidade e opiniões*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

BURKE, Peter. A contaminação da pureza. Caderno Mais, Folha de São Paulo, 30 de maio de 1999: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs30059903.htm> Acesso 20/09/2020.

BUTLER, Judith P. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2000.

CAMPOS, Marcelo Silveira. Entre doentes e bandidos: A tramitação da lei de drogas (nº11.343/2006) no Congresso Nacional. *Revista de Estudos Empíricos em Direito* 156. vol. 2, n. 2, jan 2015a.

CAMPOS, Marcelo Silveira. *Pela Metade. As implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal de São Paulo*. São Paulo: FFLCH-USP, Tese de Doutorado. 2015b.

CARDOSO, Carlos Alberto; RODRIGUES, Nubia. *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas/organizado por Luiz Fernando Duarte e Ondina Fachel Leal*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

CARLINI, Elisaldo Araújo. A história da maconha no Brasil. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. vol. 55 nº. 4 Rio de Janeiro, 2006.

CARNEIRO, Henrique. *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005.

CARNEIRO, Henrique. Palestra proferida no *I Encontro Nordeste Antiproibicionista*, Natal. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

<https://www.youtube.com/watch?v=ZYrKqclpNNY> Acesso em 19/03/2017.

CASTORIADIS, Cornelius. Anotações sobre o racismo. *Revista Filosofia Política* n.5. 1994.

COELHO, Isabel, Maria Helena Barros de Oliveira. Internação compulsória e crack: um desserviço à saúde pública. In *Saúde Debate*. Rio de Janeiro, V. 38, N. 101, P. 359-367, Abr-Jun 2014.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. 1995-1997. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus*. O Sistema de castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 1992.

ELIAS, Norbert. “Apontamentos para uma teoria de processos civilizadores” in *O processo civilizador*. Vol. II. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FEFFERMAN, Marisa. *Vidas arriscadas. O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis: Vozes, 2006.

IORE, M. *Uso de “drogas”: controvérsias médicas e debate público*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2007.

IORE, M. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. *Revista Novos Estudos*, v. 92, PP. 9-21, São Paulo: CEBRAP, 2012.

IORE, Maurício. *Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2013.

FOOTE-WHYTE, William. *Sociedade de esquina. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. “Direito de morte e poder sobre a vida” in *História da Sexualidade*. Vol. I *A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. “Sobre a história da sexualidade” in *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. “A vida dos homens infames” in *Ditos e Escritos*. Estratégia Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FRAGA, Paulo César Pontes. A geopolítica das drogas na América Latina. *Em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Número 19, 2007.

FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.

FRÚGOLI, H.; SPAGGIARI Enrico. Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Ponto. Urbe (USP)*, v. Ano 4, p. 6.0, 2010.
Disponível em: <http://www.pontourbe.net/edicao6artigos/118-da-cracolandia-aos-noias-percursos-etnograficos-no-bairro-da-luz>.

GALLASSI, Andrea e Luís Fernando Tófoli. Pior do que as drogas é a política adotada para lidar com a questão. *Jornal ELETRÔNICO Nexo*, 2017a:
<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Pior-do-que-as-drogas-%C3%A9-a-pol%C3%ADtica-adotada-para-lidar-com-a-quest%C3%A3o> Acesso em 18/03/2017.

GALLASSI, Andrea. O uso da maconha para tratamento da dependência do crack. Palestra para o *Portal Connabis*, 2017b:
<https://www.youtube.com/watch?v=pzt74m2AAJg> Acesso em 15/03/2017.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira et al. A Política Antidrogas Brasileira: velhos dilemas. *Psicologia & Sociedade*; 20 (2): 257-266, 2008.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole. O que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GHIRALDELLI JR, Paulo. *O Corpo. Filosofia e Educação*. São Paulo: Editora Ática, 2007.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2004.

GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: O novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GROS, Frédéric. *Desobedecer*. São Paulo: Ubu editora, 2018.

GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica. Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 2016.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LE BRETON, David. *Sociologia do Corpo*, Petrópolis: Editora Vozes, 2012a.

LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012b.

MANN, Peter H. *Métodos de investigação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARTINEZ, Mariana Medina. *Redes do cuidado: etnografia de aparatos de gestão intersectorial para usuários de drogas*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Carlos: UFSCar, 2016.

MAYORA, Marcelo. O crack e a rua. SOUZA, Jessé (org). *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.

MELO, Rosa Virgínia. Crack: doença e família na lógica da ajuda mútua. SOUZA, Jessé (org). *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro. Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASSER, Marina Mattar Soukef. Entre a ameaça e a proteção: categorias, práticas e efeitos de uma política de inclusão na Cracolândia de São Paulo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 24, n. 50, p. 243-270, jan./abr. 2018.

NEVES, Anderson Souto. *Genealogia das Políticas Proibicionistas sobre Drogas no Brasil (1970-1990)*. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

PASSOS, E. H.; SOUZA, T. de P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". *Psicologia Social*. Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 154-162, abr. 2011.

RAUPP, Luciane Marques. Circuitos de uso de crack nas cidades de São Paulo e Porto Alegre: cotidiano, práticas e cuidado. Tese de Doutorado. São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, USP 2011.

RIBEIRO, Sidarta, Luís Fernando Tófoli e João Ricardo Lacerda de Menezes. Uso medicinal da maconha e outras drogas atualmente ilícitas. In Bokany, Vilma (org). *Drogas no Brasil entre a saúde e a justiça proximidade e opiniões*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

RIBEIRO, Sidarta. Maconha faz bem? Devemos legalizar? Legalização e descriminalização. *Fórum: "Além da Guerra às Drogas"*. Campinas, Unicamp, 2014.
<https://www.youtube.com/watch?v=zel3lRhIxxI> Acesso em 20/11/2016.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota e SILVA, José Augusto da. Pânico social e animalização do usuário: o crack na Folha de S. Paulo. SOUZA, Jessé (org). *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.

RODRIGUES, José Carlos. O tabu do corpo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

RODRIGUES, T. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 9-41, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v34n1/v34n1a01.pdf>>.

RODRIGUES, Igor de Souza. Crack, a noia da mídia. SOUZA, Jessé (org). *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.

ROSEMBERG, André. Ordem e burla. Processos sociais, escravidão e justiça em Santos. São Paulo: Alameda, 2006.

RUI, Taniele Cristina. *Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Campinas: Unicamp, 2012.

SCHMIDT, Naiara Conservani. *Cidadãos privados: uma investigação sobre o processo de fortificação do interior paulista*. Dissertação Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília 2013.

SEIBEL, Sergio Dario e TOSCANO JR, Alfredo (Orgs.). *A. Dependência de drogas*. São Paulo: Editora Atheneu, 2001.

SÉMELIN, Jacques. *Purificar e Destruir: Usos políticos dos massacres e dos genocídios*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

SILVA, Anna Katarina Barbosa da. “No meio do caminho tinha uma pedra...” : um estudo de caso sobre discurso do sujeito usuário de crack em sua relação com o corpo no uso abusivo da substância. Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, 2016.

SILVA, Selma Lima da. *Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack*. Mestrado em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública. USP. 2000.

SILVA, Selma Lima da; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. A etnografia e o trânsito das vulnerabilidades em territórios de resistências, registros, narrativas e reflexões a partir da Cracolândia. *Saude. & Transformação Social*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 21-31, 2013.

SOUZA, Jessé (org). *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.

SOUZA, Leticia Canonico de. *Entre usuários e traficantes: Múltiplos discursos “sobre” e “da” atuação dos agentes de segurança na região da “cracolândia”*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Carlos: UFSCAR, 2015.

TRAD, Sergio. “Controle do uso de drogas e prevenção no Brasil: revisitando sua trajetória para entender os desafios atuais”. In: Antonio Nery Filho, organizadores (et al.). *Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas*. Salvador: EDUFBA; CETAD, 2009.

TRINTA, Deborah Rio Fromm. *O “fim da Cracolândia” etnografia de uma aporia urbana*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas: Unicamp. 2017

VALIM, Danielle; ZALUAR, Alba; SAMPAIO, Christiane. Uma etnografia das cenas de uso de crack no Rio de Janeiro e seus efeitos nos usuários. In TEIXEIRA, Mirna; FONSECA, Zilma (orgs), *Saberes e práticas na atenção primária à saúde: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas*. São Paulo: Hucitec, 2015.

VARGAS, Eduardo Viana. “Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas”. In LABATE, Beatriz Caiuby (et. all), (orgs.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

VERÍSSIMO, Marcos. Quem são os ‘cracudos’? Apontamentos para o estudo antropológico de um ‘problema social’ DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 8 - no 2 - ABR/MAI/JUN 2015 - pp. 303-327.

VIGARELLO, Georges. História do corpo, Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Metafísicas Canibais*, São Paulo: Ubu Editora, 2018.

ZORZETTO, Ricardo. O preço da abstinência. *Revista Fapesp*, número 250, Dezembro de 2016.

REFERÊNCIAS DAS FOTOS

Foto 1: <https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2012/02/12-02-01>

Foto 2: <https://www.otempo.com.br>

Foto 3: <https://istoe.com.br/cracolandia-o-inferno-e-aqui/>